

**Televisão Comunitária e o exercício da liberdade de expressão: uma
abordagem no âmbito da CPLP**

Maria Alice dos Santos Tristão Campos

**Dissertação Ciências da Comunicação – Estudo dos Media e do
Jornalismo**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

JUNHO/2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação, realizada sob a orientação científica de João José Pissarra Nunes Esteves.

Dedicado a minha mãe D. Luizete, a meu filho Fernando Miguel que na distância entenderam o desafio. Ao meu primo-tio Carlos Alberto Moniz, pela confiança depositada em mim, pelo incentivo ímpar e pelo carinho paterno.

AGRADECIMENTOS

A Arroios TV, a TV Klelé e a TV Taubaté canais que acreditam na existência da comunicação participativa e comunitária e permitiram a recolha de dados, o que permitiu o desenvolvimento deste estudo.

Aos meus professores do mestrado, em especial ao Prof. Dr. João José Pissarra Nunes Esteves, que sempre me deixou livre mas manteve a corda ali, para quando eu quisesse puxar.

Às amigas e amigos que cederam suas horas de atenção e sua paciência.

Televisão Comunitária e o exercício da liberdade de expressão: uma abordagem no âmbito da CPLP

DISSERTATION

Maria Alice dos Santos Tristão Campos

[RESUMO]

[ABSTRACT]

PALAVRAS-CHAVE: Televisão comunitária, direitos humanos, liberdade de expressão, democracia e cidadania.

KEYWORDS: Community television, human rights, freedom of expression, democracy and citizenship.

Este é estudo comparativo sobre Media de base comunitária em três países de língua portuguesa (CPLP): Brasil, Guiné-Bissau e Portugal. Mais precisamente, dois casos em que a existência formal destes meios de comunicação se encontra legalmente consagrada, no Brasil e na Guiné-Bissau, e mais um caso de televisão de proximidade, em Portugal, que trata-se de uma televisão de junta de freguesia na cidade de Lisboa. Buscamos observar como se processa a participação da comunidade nestes Media.

This is a comparative study on community-based media in three Portuguese-speaking countries (CPLP): Brazil, Guinea-Bissau and Portugal.

More precisely, two cases in which the formal existence of these means of communication is legally enshrined in Brazil and Guinea-Bissau. Added to this is a case of proximity television in Portugal, which is a parish board television in the city of Lisbon. We seek to observe how the participation of the community in these Media is processed.

ÍNDICE

Introdução.....	10
Capítulo I: Televisão comunitária e participação popular.....	15
I. 1. O papel da comunicação comunitária na sociedade democrática moderna.....	15
I. 2. Comunicação e participação comunitária.....	21
I. 3. Televisão comunitária e liberdade de expressão.....	24
Capítulo II: TVs comunitárias na CPLP.....	28
II. 1. TVs comunitárias no Brasil, Guiné-Bissau e Portugal.....	28
II. 2. Análise.....	33
Capítulo III: Metodologia.....	37
III. 1. Seleção de técnicas.....	37
III. 2. Seleção de temas.....	39
III. 3. Recolha de dados.....	39
III. 4. Análise dos dados.....	40
Capítulo IV: Resultados e discussão.....	42
IV. 1. Descrição dos resultados.....	42
IV. 2. Análise geral sobre a produção e veiculação de conteúdos.....	43
IV. 3. Participação comunitária elementar e na produção de conteúdos.....	48
IV. 4. Participação comunitária nos espaços de planeamento e gestão.....	54
Conclusão.....	57
Bibliografia.....	61
Anexo I - Entrevistas.....	65
A1. Guião das entrevistas.....	65
A2. Transcrição de entrevistas - Representantes/coordenadores das televisões.....	67

Anexo II - Estatutos das televisões comunitárias.....	84
Anexo III – Tabelas sobre características gerais dos programas.....	110
Anexo IV– Tabelas análise de participação da comunidade.....	118
Anexo V – Tabela de dados complementares sobre os programas assistidos e links.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS

ART	Artigo
CPLP	Comunidade dos países de língua portuguesa
FullHD	Full High Definition
ONG	Organização não governamental
TICs	Tecnologias da informação e da comunicação

INTRODUÇÃO

A comunicação comunitária, não necessariamente num modelo de transmissão por radiodifusão, caracteriza-se pela transmissão/veiculação de conteúdos audiovisuais de interesse comunitário, cuja produção resulta de uma participação social.

Instituídos como associações não-governamentais e sem fins lucrativos, buscam refletir os temas de interesse da comunidade, através de um espaço para debates e apresentação de propostas que são encaminhadas para o espaço interno da própria comunidade ou para os organismos de gestão local, como demandas sociais. Ao retratar livremente o quotidiano das comunidades, vivências, relações e condições sociais, estes Media comunitários contrastam com os Media estatais e comerciais, como também com suas respectivas produções de conteúdos imbuídos de interesses políticos, económicos ou sociais.

A existência de organizações de comunicação comunitária em Estados de direito democrático, bem como a forma de relacionamento dos membros da comunidade nestes espaços, permite refletir sobre a relevância que a existência destes Media conferem a garantia de direitos do homem, na participação social, na liberdade de expressão, no diálogo e análise crítica sobre sua própria comunidade, sendo uma oportunidade para analisar o contexto do exercício de direitos e deveres sociais, de respeito pelas diferenças e pluralidade de ideais que constituem o importante papel a ser desempenhado pela comunicação social.

Cicilia Peruzzo trata a participação popular na comunicação como uma estratégia ampliadora do status da cidadania. Considera que os meios de comunicação comunitários são os que potencializam a participação direta do cidadão na esfera da comunicação pública¹. A ausência de uma pluralidade de organizações de comunicação social, onde haja predomínio dos meios privados e tradicionais, coloca em risco a existência de um viés de *comunicação apenas como fim (conscientizar, convencer, educar) e não como meio facilitador de um processo de auto-emancipação cidadã* (PERUZZO, 2014: 35-38)

Individual ou coletivo, o ato de comunicar entre seres vivos manifesta-se nos primeiros sinais de vida e tem como denominador comum a sobrevivência da espécie.

¹ Peruzzo faz como referência o modelo existente no Brasil contemporâneo.

Das primeiras manifestações de interação através de sons, gestos, imagens ou símbolos do chamado período pré-histórico até aos nossos dias, o homem percorreu um longo caminho em que acumulou um infindável histórico de informação e criou formas de a comunicar.

Os registos mais antigos de comunicação (que chegaram aos nossos dias) são conhecidos por pinturas rupestres, datam de há mais de 10.000 anos e são um indicador de que a sobrevivência e rápida evolução do homem, se comparada com outros seres vivos no mesmo ambiente, se ficou a dever à sua capacidade intelectual, única entre os seres vivos, tornou-se o diferencial da evolução da espécie no ato de comunicar utilizando para tal, diversas ferramentas.

A consolidação desta supremacia refletiu-se no aumento da população e consequente criação de signos de linguagem, conduta e sistemas políticos, em cuja génese está a fixação das comunidades e respetiva organização social e económica.

Se primeiro grande momento da história da comunicação e da humanidade foi em 1455 através da edição do primeiro livro impresso, a Bíblia, a descoberta da imprensa revolucionou irreversivelmente os formatos de disseminação da informação e a sociedade. Até aí circunscrito a pequenos grupos sociais, o saber passou, ainda que lentamente, a estar disponível, alargando e criando novos os grupos com acesso e transmissão do conhecimento.

A descoberta da fotografia e cinema, das telecomunicações (rádio e telefone) e, posteriormente, da televisão são outros grandes momentos que modificaram definitivamente a forma dos seres humanos se relacionarem, constituindo mudanças mentais e culturais de âmbito mundial e globalizado.

A democratização destas ferramentas de disseminação do conhecimento, a falta da literacia educacional e mediática reduziu consideravelmente e, com a inerente evolução daqueles meios de comunicação, foram-se criando espaços de divulgação da cultura e de defesa de ideias e ideais.

O ser humano, curioso do seu próprio mundo, buscou refletir a imagem real a partir da reprodução de imagens visuais, através de narrativas documentais e ficcionais. A demanda de consumo de bens e serviços criou modelos sociais e diferentes concepções de prosperidade e felicidade. Este movimento, a Cultura de Consumo, fortaleceu-se com

o desenvolvimento dos *Mass Media*, assim como os ideais dos diversos sistemas políticos e económicos.

Esta vontade de partilhar a realidade vivida, promoveu o aparecimento dos *Citizen Media* (conteúdos informativos produzidos pelo próprio cidadão) que associados a vontade humana de narrar, o que contribuiu para o aparecimento de meios de comunicação comunitários – canais de rádio e televisão - tendo como *conditio sine qua non* a participação popular na realização dos conteúdos.

Atualmente existem: a *Community television* no Canadá e na Austrália, a *public-access television* nos EUA (1969), a *television comunitaria* em países da América do Sul, a *televisão comunitária* no Brasil e na Guiné-Bissau, entre outros.²

O outro grande momento da história da comunicação, talvez o mais importante para a disseminação do conhecimento, deu-se com a descoberta do mundo virtual e rápida democratização das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

A difusão da informação, passou a ser em tempo real e o desenvolvimento das chamadas *network* alteraram radicalmente as formas de relacionamento humano e ampliaram espaços de convivência como é exemplo o surgimento do *não-espaço*, o lugar virtual de encontro e troca de experiências e pensamentos entre indivíduos. Que amplificou o alcance destes espaços cidadãos e permitiram um maior alcance de suas programações.

Não obstante a relevância de cada meio de comunicação (rádio, TV, jornal, Internet), são as televisões que constituem a plataforma mais atrativa. Mais do que o formato audiovisual, do que o equipamento de transmissão, o meio televisivo permite além do conteúdo informacional, observar e perceber situações, contextos, espaços, tempos e histórias, em linguagens verbais e não-verbais. Apesar do extraordinário avanço das TICs - que transferem audiências da televisão para os formatos subscritos na Web - a televisão continua a manter a supremacia enquanto meio de comunicação,

² Os *Citizen Media* televisivos surgem inspirados pela génese das primeiras experiências do cinema documental, realizadas a partir de 1922, quando o cineasta Robert Flaherty filma *Nanook of the North*. A depuração da realidade, e filmar pessoas concretas, reais, de filmar personagens reais que representam uma comunidade. Assim é *Nanook*, o esquimó que age como os outros membros da comunidade e assim representa o coletivo. O espelho do coletivo.

Nanook seria citado, na década de 1960, como inspiração de um grupo de cineastas associados com o National Film Board of Canada, ao criarem um estúdio onde as pessoas eram livres para ajudar de forma comunitária, como forma de exigir da rádio-televisão canadense e empresas de cabo veiculação o conteúdo comunitário produzido. Em 16 de julho de 1971, a Comissão de Telecomunicações passa a autorizar o acesso do público do que viria a ser um canal comunitário.

propagação de conteúdos e de espaço para as discussões de temáticas de interesse social.

A apresentação desta dissertação de mestrado, remete para a nossa convivência com a comunicação comunitária desde 2006, o que permitiu um conhecimento prévio, em várias etapas, deste tipo de comunicação. Incluindo a produção de conteúdos, veiculação de programas, o relacionamento com as comunidades, questões de infraestruturas e sustentabilidade, legislação e os embates políticos resultantes das pressões geradas por condições políticas, económicas e sociais. Procurámos refletir a relação democracia/cidadania/participação, vocacionado para o estudo dos Media comunitários.

Para este estudo comparativo sobre meios de comunicação com base comunitária, que aqui apresentamos, selecionamos as televisões em três países da comunidade de língua portuguesa Brasil, Guiné-Bissau e Portugal. A partir de pesquisa empírica, foi possível conhecer estes espaços, entrevistar seus coordenadores, ter acesso aos estatutos e diplomas legais vigentes, finalizando por analisar o conteúdo produzido e exibido através destes meios de comunicação.

No Brasil e na Guiné-Bissau, a existência formal de meios de comunicação comunitária estão legalmente instituídos, como são exemplo os casos da TV Taubaté e da TV Klelé, respetivamente. Em Portugal, apesar de não haver base legal para a existência daqueles meios comunitários, foi possível identificar emissões aparentadas ou mais ou menos experimentais, como é o caso da Arroios TV, uma televisão de Junta de Freguesia de Arroios, na cidade de Lisboa.

Estruturados em países, legislação e contextos sociais diferentes, o estudo sobre estes canais de comunicação poderá proporcionar um melhor entendimento sobre a relação Media/democracia/cidadania, no exercício da liberdade de expressão e fornecer subsídios para uma análise mais precisa da participação da comunidade e sua relevância para os *Citizen Media*, *Mass Media* de base comunitária.

A partir do estudo de Peter Dahlgren e de Amartya Sen é analisado o contexto da participação popular nestes meios de comunicação comunitária e sua influência na garantia do direito à liberdade de expressão.

Com Dahlgren observamos três aspetos no sistema democrático sustentado na participação dos cidadãos nas instituições públicas, na saúde desta democracia

associada a saúde dos Media e a interação sociocultural entre os cidadãos. Sen traduz a democracia como um sistema traduzido pelo exercício da participação, como resultado desta participação e a importância dos Media no alcance da justiça social.

CAPÍTULO I: Televisão comunitária e participação popular

I. 1. O papel da comunicação comunitária na sociedade democrática moderna

A contemporaneidade sinaliza um contexto mundial, embora não totalmente homogêneo, que elegeu as liberdades e a dignidade humana como princípios de sua existência, tenha-se em atenção as inúmeras vinculações de países à Declaração Universal dos Direitos Humanos³, cujos princípios regem de um modo geral as Constituições dos Estados de Direito democráticos.

Os princípios das cartas magnas destes Estados, signatários dos direitos humanos, são alinhados de forma a garantir uma proteção das liberdades (incluindo liberdade de informação, liberdade de expressão e liberdade de discordância) e da dignidade humana.

Para analisar as condições de democracia, cidadania e participação cívica no âmbito de operação dos media comunitários, procurámos referências nos estudos de Peter Dahlgren e de Amartya Sen, que por sua vez estabelecem um franco diálogo com o trabalho de Jürgen Habermas⁴.

Dahlgren trata a esfera pública, os media e a democracia no campo da teoria social, cultural e política; propõe-se analisar a televisão a partir de alguns casos concretos (Suécia e EUA); e desenvolve um entendimento da esfera pública como espaço de interação sociocultural, no qual se processa a ação política e social. Aborda, ainda, a relação media-cidadania, procurando a partir dela explorar horizontes possíveis (políticos, sociológicos, culturais) de desenvolvimento da sociedade civil.

Por sua vez, Amartya Sen conduz-nos a uma análise da democracia e da justiça social em que a globalização da comunicação assume um forte impacto na forma como

³ Documento aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948. Em 2015, a lista de signatários era 192 países.

⁴ Dahlgren parte dos estudos de Jürgen Habermas, *Structural Transformation of the Public Sphere* (1962), com base do seu estudo sobre comunicação e democracia. Porém, considera que Habermas não responde a questões da ligação entre esfera pública, Media e democracia, um trabalho é mais teórico, uma proposta para resolver questões conceituais em um futuro trabalho empírico. Sen desenvolve sua “teoria de justiça” com comparativos que incluem os estudos de Habermas sobre esfera pública e o papel crucial da argumentação pública na prática da democracia, aponta a relevância dos Media no processo democrático.

estes mesmos conceitos são repactuados nos dias de hoje, dedicando uma atenção especial ao papel da imprensa e dos media de modo mais geral.

A análise a partir da perspectiva de Dahlgren assume que a democracia se encontra sustentada pela participação dos cidadãos nas instituições políticas e sociais. Essa participação cidadã é constituída por todo um leque de atividades políticas, desde as formas de discussão num âmbito restrito até um âmbito mais geral, como meio de aproximar (e unir) as pessoas, à volta de uma mesma causa; mas sem deixar de reconhecer que o grande *problema é que a democracia pode significar coisas muito diferentes para pessoas diferentes* (2000: 2) . A preocupação do autor consiste em contrariar uma perspectiva da democracia como restrita a um grupo específico (políticos profissionais, jornalistas, lobistas e outras elites sociais).

Por sua vez, a saúde da democracia apresenta-se cada vez mais associada à saúde dos meios de comunicação, considerando a forma como a informação é compartilhada e as opções que os indivíduos possuem para exercer a sua liberdade de expressão (ideias e ideais).

É necessária uma comunicação que se processe num espaço social, historicamente condicionado a um certo leque de informações e ideias, onde o debate possa circular e, assim, a opinião política formar-se – aquilo que Habermas traduziu como sendo a esfera pública, onde a visão de futuro reservaria algo melhor a ser alcançado (2000: 9).

É a interação sociocultural entre os cidadãos que fornece o suporte para o conhecimento sobre a dinâmica da esfera pública, na forma como os indivíduos agem nos seus encontros sociais e nos papéis que assumem ao discutir questões sociais e políticas. Esta interação é um dos mecanismos de organização de uma sociedade, a par dos elementos estruturais e históricos, embora nem toda interação seja uma manifestação da esfera pública, mas o funcionamento da esfera pública é absolutamente dependente da natureza da interação sociocultural (DAHLGREN, 2000: 11).

Na identificação dos princípios democráticos que envolvem o estudo dos media, nos foi pertinente considerar os trabalhos de Amartya Sen (2009), para quem a democracia se traduz no exercício da participação, do diálogo, da tolerância em relação a pontos de vista diferentes, da interação pública, que por sua vez se expressa através da

liberdade do voto secreto e da garantia de direitos como a liberdade de informação, a liberdade de expressão e a liberdade de discordar.

Sen considera que outro exemplo de um conceito restrito consistiria na imposição do modelo democrático ocidental a países de diferentes culturas, como ocorrido já muitas vezes no âmbito das relações mundiais ocidente-orientes, o que pressupõe uma falsa liberdade. A democracia deve ser o resultado expresso de uma tendência social de participação. A preferência que conduz ao processo democrático deve estar consolidada na vontade da deliberação, na troca de opiniões e discussões sobre as questões políticas públicas - seria a forma de *governo por meio do debate*, de Walter Bagehot (2009: 267-268).

A democracia seria um sistema político que deveria estar baseado governança participativa, na razão pública, centrada na participação política, no diálogo e na interação pública (SEN, 2009: 269).

Como práticas sociais, estes elementos (participação, diálogo e interação) não designam por si só a existência de uma democracia. Há uma necessidade de que haja uma integração de práticas, na promoção da argumentação pública, que na compreensão de um mundo mais justo, onde consideramos o respeito aos direitos de todos. E, uma das iniciativas mais importantes para a promoção da argumentação pública no mundo é a de apoiar uma imprensa livre o ponto central é o de apoiar uma imprensa livre e independente (SEN, 2009: 275).

Citando o termo *mídia livre*, Sen aponta quatro razões para a importância de sua existência no contexto de uma democracia saudável e justa. Em linhas gerais, seria em primeiro lugar a garantia de conhecer melhor o mundo em que vivemos e melhorar a qualidade de vida. Segundo, difundir o conhecimento e com isto permitir a análise crítica. Terceiro, proteção e segurança humana, dando voz aos negligenciados e desfavorecidos. Por fim, a quarta razão seria a de formação de valores baseada na existência de liberdade na comunicação e na argumentação pública (2009: 275-276).

O sistema mediático desempenha o papel de facilitar a argumentação pública, *os media são importantes não só para a democracia, mas para alcançar a justiça em geral* (SEN, 2009: 277). Porém, no desenvolvimento das nossas sociedades, há situações onde o sistema mediático pode se tornar precário e vulnerável ao alcance de uma justiça social. O triunfo do capitalismo e do modelo liberal de democracia, cada um

sem grandes concorrentes na sua área, pode ser um risco sério ao bem-estar da humanidade e do planeta, ameaçados quando observados apenas pela lógica do mercado e de dominação.

Sen considera que, no sistema democrático, *desempenho económico, oportunidade social, voz política e a argumentação racional pública estão profundamente interligados* (2009: 286).

Retornando a Dahlgren, a partir dos estudos de Arnason Dunn (1990) são identificadas duas direções básicas na teoria democrática atual. A primeira aponta no sentido de uma ideologia sombria, de fundamentação conservadora e de bases políticas liberais. A segunda pode ser considerada como utópica, na base de um radicalismo romântico, por promover um viés participativo, que evoca muitos desejos, porém, que não é mais vista como um sistema de expressão da vontade do povo, mas resultado daquele que oferece a *escolha do consumidor na rotação das elites* (2000: 3).

A necessidade de equilibrar o foco do estudo dos media, considerando o seu enquadramento em horizontes mais amplos da teoria social aponta duas linhas de preocupação. A primeira, sobre as relações na comunidade, a partir dos locais de receção, e as possibilidades de uma construção democrática a partir da esfera pública; a segunda, acerca da categorização das audiências, que embora possa ser considerada necessária se torna inadequada, já que *a noção de público e os discursos em que este opera tendam a moldar a nossa compreensão da receção, no que se refere ao relacionamento das pessoas com a televisão* (DAHLGREN. 2000: 6).

Quando a radiodifusão surge na América Latina é reflexo da influência da indústria norte-americana, cujos modelos e linguagens se destinam a fortalecer pressupostos políticos e comerciais liberais, operacionalizados enquanto formação de audiências. Um modelo diferente do europeu (serviço público de radiodifusão), que se afirmou sob uma forte intervenção do Estado, só alterada a partir da década de 1980, quando se iniciou a abertura do mercado à radiodifusão privada.

O contexto público/privado de carácter democrático nos *Mass Media* ocorre quando, na esfera pública, os cidadãos se reúnem para discutir questões do dia, especificamente de interesse político, dando deste modo forma ao exercício dos seus direitos de reunião e de associação. A escala da sociedade moderna, em função da sua noção alargada de cidadania, não permite a reunião física do conjunto dos cidadãos,

razão pela qual os meios de comunicação de massa se vieram a afirmar como as principais instituições da esfera pública, cumprindo o objetivo de assegurar um raciocínio ativo por parte do público.

De modo geral, a comunicação social de massa é um processo social de intercâmbio e socialização do conhecimento, que ao ser apropriado de uma forma interativa e com a garantia de acesso a todos os cidadãos, passa a integrar o processo democrático como ferramenta para o exercício das liberdades e da dignidade humana. Para além disso, este tipo de comunicação proporciona também a difusão e valorização da cultura, contribuindo assim para uma afirmação da identidade nacional.

Na sua forma mais perniciosa, os *Mass Media* podem ser mecanismos de alienação das massas, de propagação de conteúdos ideológicos particulares no intuito de sustentar sistemas sociais dominantes.

Seriam mecanismos de dominação e propagação de ideias e ideais em estados-nações cujo vulnerabilidade do processo democrático os transforma-se também em meios vulneráveis. Estes meios de comunicação poderiam sofrer influência negativa, de interferências, com a precariedade das suas funções enquanto órgão de comunicação social, como por exemplo quando ocorrem economias em declínio, ameaças aos direitos humanos, guerras, delimitações finas entre uso militar e a violência. Uma visão hegemónica determinada exclusivamente pela lógica de mercado e manutenção de poder nos meios de comunicação, por determinados grupos sociais.

A participação social remete ao exercício da cidadania, tem a ver com a pertença, com a inclusão; ser cidadão é ser um membro do que chamamos comunidade. Por sua vez, a cidadania tem a ver com as condições da participação nesta comunidade, os processos que determinam inclusão ou exclusão, que concedam ou neguem participação, sobre as questões da vida política, mas também da vida pública em geral. Um cidadão é um membro da sociedade bem integrado politicamente, cívica e socialmente. (DAHLGREN, 2000: 136)

Na linha de pensamento desenvolvida por Michael Walzer (1992: 97), Dahlgren direciona a ideia de uma sociedade civil que deve servir como um amortecedor contra visões simplistas e reducionistas da Vida Boa. Considera que apenas um Estado democrático pode dar origem a uma sociedade civil também democrática, a qual por sua vez seria a sustentação deste mesmo Estado democrático (DALHGREN, 2000: 6).

O conceito de sociedade civil destacaria, entre outras coisas, as ligações inseparáveis entre o aspecto sociocultural e político. Remete a nova categorização de bem viver, onde a sociedade civil seria uma condição viável para uma esfera pública viável. Seria uma proposta de estarem integradas em objetivos comuns, sociedade civil e esfera pública, que não significam a mesma coisa.

É esta sociedade civil, que ao assumir uma certa forma organizada de atuação, concretizará um desejo de possuir uma comunicação própria, tendo por foco a busca por uma participação e por um envolvimento dos cidadãos comuns, membros destas comunidades, com os temas que sejam de interesse público.

A comunicação proveniente destas comunidades, seriam pois diferente das provenientes de empresas comerciais, que por seus aspectos privado e com fins lucrativos, não são necessariamente estabelecidas com princípios democráticos. Empresas privadas são criadas para atender a lógica do mercado, por outro lado, muitos regimes democráticos ignoram as formas de participação popular, em meios de comunicação comunitários, como sendo relevantes para o próprio equilíbrio do sistema social, e depositam nestas instituições privadas as percepções das demandas sociais como se fossem uma comunicação democrática.

Por outro lado, a comunicação pública existente neste regimes, deve atender a uma lógica para o público, dedicar-se a registros não comerciais, fugir da lógica das audiências e do consumo de massa, buscar a valorização da pluralidade e da diversidade cultural existente, como propósito da manutenção de suas atividades.

Uma valorização da subjetividade, enquanto singularidade de modos de pensar dos diferentes cidadãos, é de óbvia relevância para a formação de uma esfera pública: opiniões e atitudes, valores e normas, conhecimento e informação, quadros de referência e esquemas de relevância, visões de mundo, e assim por diante, todos são pertinentes. Compõem elementos fundamentais dos processos pelos quais os cidadãos participam na dinâmica comunicativa do Estado democrático (DALHGREN, 2000: 21).

Somos instigados a pensar no modelo de nossas relações e em como os sujeitos nestas relações nos percebem, o que comunicamos e por que meios realizamos a nossa comunicação.

Os modelos, público e privado, passam a diferenciar-se principalmente pelas relações entre mercado e consumidor, nem sempre refletidas nas audiências.

A comunicação como direito humano pretende atender e servir os interesses do público, da comunidade, favorecer o debate sobre os temas de interesse nas esferas individuais e coletivas. A formação de um senso comum pernicioso, de uma opinião pública induzida por organismos de comunicação dependentes de interesses sociais, políticos ou económicos, por sua vez pode induzir ao surgimento de sistemas democráticos perniciosos e gerar políticas de exclusão social, xenófobas e populistas.

A adoção de modelos comunitários, em um mundo globalizado, seria justificada pela necessidade de prevenir e salvaguardar as identidades culturais e as necessidades locais contra ações políticas, económicas e sociais de dominação e poder, com origem exterior às comunidades.

Teríamos, por um lado, os *Mass Media* como formadores de opinião de consumo e a responder às exigências do mercado e do sistema capitalista, às lógicas de poder e dominação imperialista e, por outro lado, os media comunitários inseridos numa relação local, em resposta às exigências sociais comunitárias e como resultado de uma participação cidadã. Espaços diferentes, para necessidades e contexto diferentes.

I. 2. Comunicação e participação comunitária

O estudo sobre as televisões comunitárias não identifica um modelo específico para este tipo de *Medium*. Além dos diplomas legais de cada país sobre este tema, seria necessário identificar as características que os qualificam como sendo comunitários. A participação do cidadão no meio de comunicação e a forma como esta participação ocorre poderia ser este elemento.

A partir das relações de interação dos Media com os membros de sua comunidade, o que inclui a análise sobre os tipos de programas e quem os produzem, tentámos identificar os elementos que compõem os meios de comunicação comunitários independentemente da comunidade concreta a ser observada, possa criar um padrão a ser identificado como comunitário.

Paredes Rivera, ao tratar os resultados da sua pesquisa de mestrado em Educação sobre a construção da cidadania à volta do canal comunitário de Campinas (Brasil), considera que as *TVs comunitárias, se bem que realizem tarefas similares às emissoras comerciais, têm formas diferenciadas de produzir e transmitir os seus programas, como também de dispo-los na grelha de emissão* (2004: 68)

Incorporados no cotidiano da comunidade, como seu espaço de comunicação e difusão cultural, os canais comunitários seriam um meio privilegiado para experimentação, a partir de estéticas e narrativas renovadas, bem assim como, também, para a criação de sistemas de produção economicamente viáveis e sustentáveis. A sua premissa seria a participação das entidades da sociedade, e dos cidadãos, na construção dos seus conteúdos. Procurariam promover o caráter diverso e plural da comunidade, estimular através do audiovisual a diminuição das desigualdades, sendo assim um espaço destinado a *dar voz* aos cidadãos e aos temas de interesse público.

Outro ponto a verificar é se o conteúdo veiculado incide sobre alguma representação do contexto social da comunidade. Quais os grupos sociais que possuem espaço garantido na grelha de programação destes media?

Cicilia Peruzzo, nos seus estudos sobre a participação cidadã em televisões comunitárias brasileiras, salienta a importância que estes canais possuem no processo de democratização e exercício de cidadania no âmbito dos meios de comunicação de massa, porém aponta dificuldades inerentes à existência de um baixo nível de participação das entidades da sociedade civil, bem assim como a própria indefinição sobre o que seja um canal comunitário. Haveria a necessidade de democratização da comunicação a partir da mobilização popular onde a televisão comunitária fosse uma forma de inovar o conceito de televisão pública (PERUZZO, 2007: 147).

Outro estudo de Peruzzo aponta que estes meios de comunicação, multifacetados pelas diferentes maneiras de se trabalhar o audiovisual, possuem uma força motriz proveniente da *geração de uma programação voltada para o aumento da cidadania, educação, cultura e desenvolvimento social com base em ampla participação popular, sem se submeter aos padrões da TV comercial*. (PERUZZO, 2009: 94).

As televisões comunitárias são estabelecidas a partir de princípios que permitam dar voz aos membros de uma comunidade, garantam a presença dos membros da comunidade e possuam uma programação não comercial, diversa e plural. De uma forma geral, a base é a participação cidadã no meio de comunicação.

Emile Durkheim (1858-1917), nas formas elementares da vida religiosa, chamou a atenção para os efeitos provocados pela copresença física dos seres humanos num mesmo local. Sempre que um ser humano encontra outro ser humano desencadeiam-se, no sistema nervoso central de ambos, influxos que produzem estímulos e respostas, de

que resultam comportamentos específicos a que a troca verbal está associada. A linguagem é uma parte do comportamento social (RODRIGUES, 2013: 15-16). A linguagem constrói mundos sociais diferentes. Assim, a forma de participação social em um *Medium* mudará de acordo com as características que regem cada comunidade.

Aquilo que os falantes produzem não são frases ou orações, não são construções gramaticais abstratas, mas enunciados, comportamentos verbais concretos, apropriados em cada ocorrência das diferentes situações de interação nas quais se encontram envolvidos ao longo das suas vidas, seja em contexto de relações familiares, sociais ou profissionais.

A comunicação é um elemento político-social que pode permitir ao cidadão comum a garantia de suas liberdades e uma participação social mais ativa no contexto comunitário. Pode estar inserida em dois contextos divergentes, de localização e de globalização, de ordens sociais opostas. Haveria um reflexo local sobre temas de ordem mundial, adaptados às análises e conjunturas culturais vividas localmente. Uma forma de resistência a massificação de ideias e ideais. A existência de Media comunitários se fortaleceria a partir da existência dos próprios *Mass Media* globalizados, resultado das relações para consolidar o “fazer império”, revestido na lógica capitalista da conquista, sem o uso de armas e sem exércitos (PAIVA, 2003: 30).

Em um recorte da história da radiodifusão no Brasil, é possível demonstrar a ocorrência de uma pressão feita por interesses económicos dominantes, resultado de um domínio imperialista externo. O intuito seria de controlar a economia nacional, alicerçada na influência governamental e num controle da opinião pública, sob a perspectiva de que as massas populares venham a superar a condição de objeto e passem a ser sujeito dos processos coletivos de comunicação (HERZ, 1983). Os *Mass Media* estariam subordinados a direcionamentos políticos e ideológicos, que acabam por interferir na formação dos valores aos quais os indivíduos, singulares e coletivos, se encontram expostos.

A comunicação privada de finalidade económica, cuja propriedade e gestão pertence a grupos empresariais ou de carácter familiar, tende a formar grandes conglomerados e monopólios de informação, em resultado da globalização e de alianças empresariais internacionais. Aqui a lógica comercial tem guiado, quase que em exclusividade, o funcionamento do sistema mediático, sobretudo em países com uma

menor consolidação da cultura democrática (BECERRA, CASTILEJJO, SANTAMARÍA, ARROYO, 2012: 37) e de literacia mediática.

Em sua tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, Álvaro Benevenuto JR define a comunicação dominante como o fenómeno comunicacional que ocorre através de meios de comunicação de massa legalmente e tradicionalmente constituídos. Esta ideia seria sustentada pelo alto índice de audiência. As principais características destes *media* seriam a identificação das suas marcas comerciais e a divulgação de informações (gerais e segmentadas) sobre a vida social, numa lógica de controle e desejo de manutenção de *status quo* vigente. São meios de comunicação que promovem determinados setores e que a partir disto sobrevivem basicamente da publicidade, ao mesmo tempo que não abrem mão de veicularem propaganda de cunho estatal ou social, pelo seu valor financeiro e não social (2005: 176).

Há uma preponderância em garantir a formação de uma opinião pública, de carácter publicitário ou ideológico. Uma apropriação da opinião em favor de interesses próprios, que inclui a indução ao julgamento e a reputação de indivíduos, causas ou ideias. O Medium como formador na dimensão moral para aprovação ou censura. (FERREIRA, 2015: 54).

O poder dos Media seria o direccionamento da opinião pública, a exclusão de pautas, informações e fatos que representem interesse público, aqui supondo a exclusão de um determinado assunto como se este nunca houvesse ocorrido. A invisibilidade da pauta.

Esta forma de agir, por parte dos Media, poderia ser ocasionada por interdependência económica e política, a exemplo de governos de regimes autoritários, de ocorrência de pressões políticas punitivas que interferem em processos eleitorais, e por vezes na manutenção de ditadores no poder, mesmo quando em sistemas denominados de democracias.

I. 3. Televisão comunitária e liberdade de expressão

A comunicação comunitária distingue-se da comunicação privada de finalidade comercial, entre outros motivos, por possuir uma programação destituída de intenções de comercialização de produtos e serviços, sendo a mesma antes forjada a partir das necessidades da comunidade.

Nestes espaços importa muito mais os objetivos e comprometimentos entre as partes, para se alcançar metas programadas, do que as escolhas sobre o tipo de sistema de comunicação que será utilizado (PAIVA, 2003: 51).

Os meios comunitários têm por finalidade dar oportunidade à difusão da voz e ideias dos cidadãos, dos seus elementos da cultura, tradições e hábitos das comunidades. Alguns oferecem mecanismos de formação e integração social, estimulam o lazer, a cultura, promovem prestação de serviços de utilidade pública, articulando-se mais diretamente com os serviços de proteção civil.

O surgimento dos meios de comunicação comunitários, incluídos entre os chamados *citizen media*, no formato de rádios e de televisões, traz a participação do cidadão na constituição de sua essência, enquanto membro de uma comunidade, na condução de uma prática social envolta na valorização das visões de mundo de cada indivíduo e coletivos .

Estes Media estariam alicerçados nos princípios que regem a sua própria sociedade, comprometidos com os interesses dos seus interlocutores, e tendo em vista contribuir para o exercício da cidadania. O seu potencial seria o de desenvolver a organização popular. Estariam carregados de conteúdos de informação e elementos culturais resultado da participação social dos membros da comunidade nos espaços de planeamento, produção e gestão destes meios comunitários, o que contribuiria duplamente, para a construção da cidadania (PERUZZO, 2004).

A identidade cultural de um povo é particularmente fortalecida quando a comunicação valoriza a cultura tradicional local, ao mesmo tempo que pode favorecer novas linguagens e experimentações. A presença do cidadão no desenvolvimento das atividades do meio de comunicação, agrega valores que transforma, a ele próprio, em protagonista da atividade. Por outro lado, permite a que este meio de comunicação tenha informações mais próximas e atuais das necessidades e interesses locais.

Os Media comunitários são responsáveis por integrar processos de produção, fruição, valorização e intercâmbio cultural, seja no âmbito local, regional, nacional ou internacional. Importante instrumento de veiculação e acesso do conteúdo produzido pelos membros da comunidade e para a comunidade, em diversas dimensões: simbólica, cidadã e económica. Na sua dimensão simbólica, apresenta a multiplicidade de linguagens, experiências e vivências próprias de cada comunidade.

A dimensão cidadã diz respeito à condição própria do exercício do direito à liberdade de expressão, na continuidade da liberdade de criação de cada um dos atores sociais, como resultado dos seus conhecimentos e vivências no conjunto da comunidade. E na dimensão económica, quando passa a inserir conceitos de trabalho e rendimentos, fomentando e procurando mecanismos de desenvolvimento e sustentabilidade do meio e das suas produções. A cultura integra-se com a comunicação na procura de unir criatividade e economia, produção e fruição, respeito da pluralidade e da comunidade, sem confundir o público com o privado.

Dentre os direitos humanos referentes ao contexto da comunicação, a liberdade de expressão têm sido constantemente reafirmada, e a sua regulamentação retificada em acordos internacionais e em cartas magnas de inúmeros países. Todavia, a existência de um direito legalmente registado e regulamentado não garante só por si que esse direito será interiorizado, apropriado e exercido como uma faculdade de cada cidadão.

Para ocorrer o livre exercício da liberdade de expressão são necessárias condições que a viabilizem como um direito pleno, que incluem o conhecimento da existência do próprio princípio enquanto tal, o domínio do processo de emissão de mensagens (a nível de dispositivos e meios de comunicação), para além de garantias de um fácil acesso à receção destas mensagens pela generalidade dos membros da comunidade.

A globalização da comunicação tem um forte impacto na forma como os conceitos de justiça são repactuados, por exemplo na assimetria de direitos homem-mulher. Stuart Mill considerava a origem da liberdade social como algo de natureza e limites do poder que a sociedade legitimamente exerça sobre o indivíduo, protegendo-os contra a tirania de governos políticos, contrários aos desejos do povo.

Sendo a comunicação um direito humano e a liberdade de expressão um exercício de cidadania, não há como confundir a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão. Na sua origem, a liberdade de imprensa, também chamada de liberdade de informação, está subordinada à condição do mecanismo da informação. É um exercício democrático que não se vincula exatamente com o seu modo de funcionamento, já que está alinhado principalmente com quem financia sua existência, habitualmente interesses políticos e mercadológicos.

No que cabe à liberdade de expressão, enquanto direito humano, esta tem vindo a ser subjugada constantemente pela imposição de interesses contrários aos princípios estabelecidos em um Estado de direito democrático, mas configura-se na condição de expressão de valores, ideias e práticas que devem estar inseridas no processo da comunicação e nas várias modalidades e meios de comunicação.

A condição da existência de ambas integra uma parte maior do direito consignado às liberdades da comunicação e *nem pelo seu fundamento, nem pelo seu objeto, nem pelo seu conteúdo, nem pelos seus limites, nem pelos seus titulares, o direito à informação ou liberdade de imprensa se pode entender como um caso especial da liberdade de expressão* (ALEXANDRINO, 2014: 43).

Então, pode haver liberdade de expressão sem que estejam garantidos os mecanismos de emissão e receção, bem como o entendimento sobre a função exercida por estes meios comunitários? A prática da participação social possibilita a configuração de um hábito, o desafio seria encontrar soluções para o incentivo desta prática. Os canais comunitários poderiam ser a resposta, dado a sua característica de traduzirem interesses da comunidade também a partir do seu protagonismo social.

CAPÍTULO II: TVs comunitárias na CPLP

II. 1. TVs comunitárias no Brasil, Guiné-Bissau e Portugal

A existência das televisões comunitárias, em cada localidade pesquisada, apresenta características próprias, ajustadas as formas de manifestações culturais de cada povo e comunidade. Incorporam-se aos hábitos sociais locais, as características do idioma, ao nível de desenvolvimento humano e formas de relações coletivas em geral.

Tendo esta pesquisa optado pelo estudo dos elementos de comunicação comunitária em televisões de países de língua portuguesa, em três continentes, passamos a seguir a uma análise da constituição e do perfil de atuação dos referidos Media, nas localidades onde estão inseridos, aqui identificados como: a) TV Cidade de Taubaté (Brasil/América do Sul); b) TVKlelé (Guiné-Bissau/África) e; Arroios TV (Portugal/Europa).

A escolha destes três países decorre da condição de que, em apenas estes, existem televisões com características comunitárias. Os demais países da comunidade de língua portuguesa não possuem comunicação comunitária no formato televisivo, embora apresentem rádio comunitárias como é o caso de Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Perfis dos Media comunitários estudados e abrangência

a) TV Cidade de Taubaté.

O município de Taubaté, nome da televisão comunitária local, fica localizado no interior de São Paulo, unidade federativa do Brasil, com uma população de cerca de 223 mil habitantes⁵. O idioma local é o português, falado por toda a população.

A TV Cidade de Taubaté é um canal comunitário televisivo constituído na forma de organização não-governamental, sem fins lucrativos, designada como OSCIP - Organização Social de Interesse Público e registada em cartório de títulos e documentos.

⁵ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (2015)

Nasceu a partir do idealismo de indivíduos que acreditavam que a comunicação social no Brasil podia ser diversificada, participativa e democrática, que segundo o presidente e fundador do canal comunitário, pudesse contar com a presença direta dos membros da comunidade, que deixariam os noticiários policiais para se tornarem notícia pelo que são, pelo que fazem de bem. Um fato recorrente a outros canais comunitários no país. Esta situação reflete uma questão apontada por Peruzzo sobre a comunicação que, de antes forma ilegal e idealista, passou a ser quase obrigação fazê-la por parte das organizações não-governamentais no Brasil (PERUZO, 2007: 37). Apesar disto, as televisões comunitárias no Brasil não são registradas como órgãos de comunicação social. Existem cerca de 95 televisões comunitárias no país.

Com o estabelecimento da legalidade jurídica, a TV Cidade iniciou suas transmissões no ano de 2002, e continua em pleno funcionamento até a presente data, ininterruptamente. Decorreu da vontade do jornalista Mário Jefferson Leite Melo, de sua esposa Cláudia Valéria de Castro Perroni Leite Melo e outros membros da comunidade.

A área geográfica de alcance via acesso condicionado é restrita a 3 municípios: Caçapava, Pindamonhangaba e Taubaté. Além disso, a programação veiculada fica disponível, *on demand*, através de canal do YouTube, na Internet. Através de fanpage no Facebook a programação é divulgada e a comunidade pode utilizar este espaço virtual para interagir com a programação, com mensagens de opiniões e sugestões de pautas e programas.

Inicialmente agindo como programadora de conteúdos, decorrente da necessidade de produzir conteúdos locais, mais adiante passam a ser distribuidora de programas e conteúdos para outras TVs.

Grande parte dos conteúdos veiculados são produzidos pelo próprio canal, que também recebe conteúdos de produtores independentes da cidade de Taubaté e de outros municípios.

A TV possui uma produtora com equipe de produção própria. Existem alguns programas que são produzidos pela TV, de interesse da comunidade e produzidos pela comunidade, utilizando a infraestrutura da TV, disponibilizando equipamentos e pessoal.

Busca desenvolver uma linha de atividades que envolvam a pluralidade, onde a comunidade é chamada a discutir todos os temas de interesse seja na área social, desporto, lazer, cultura. Uma participação efetiva, mantendo-se programas de entrevista diários, que abordam questões específicas. Também mantém uma escola de comunicação comunitária, a oferecer aos membros da comunidade, principalmente jovens, a oportunidade de aprendizado sobre produção audiovisual.

b) TVKlelé

Quelelé é um bairro da capital guineense, com uma população de 17,5 mil habitantes. Na Guiné-Bissau, 90% da comunidade guineense fala crioulo, apenas 27% o português.⁶

Sediada no bairro de Quelelé, em Bissau, capital da Guiné-Bissau, a TV Klelé – Televisão Comunitária de Klelé, ou Quelelé, é um órgão de comunicação comunitária, primeira televisão neste segmento instituída no país. Surgiu a partir da existência das rádios comunitárias na Guiné-Bissau, mais precisamente a partir da rádio Voz de Quelelé, a primeira rádio constituída com o propósito de desenvolvimento de atividades e participação comunitária local, permitindo às pessoas do bairro o uso da fala sobre os temas e interesse público.

A proposta da rádio era desenvolver uma comunicação que permitisse sensibilizar, educar e informar para temas ligados a saúde, a educação e ao meio ambiente, não excluindo outras temáticas. O impacto que a rádio trouxe com essa comunicação participativa, indicou a relevância de associar a parte auditiva, da rádio, com a parte de imagem, como mecanismos para melhorar a transmissão da mensagem e conseguir atingir aos objetivos propostos para este tipo de comunicação.

O atual diretor da Televisão Comunitária de Klelé e coordenador das TVs comunitárias da Guiné-Bissau, Demba Sanhá, não fazia parte do grupo fundador, mesmo no início das atividades não estava presente. Demba entrou na TVKlelé dois anos depois de sua constituição, como outros jovens do bairro que queriam manejar uma câmara. Porém, narrou a história do surgimento da televisão, a partir da iniciativa da associação dos moradores do bairro de Quelelé, com o apoio da ONG AD, instituição

⁶ Africadata (2009)

local que está a intervir na Guiné-Bissau e também no bairro de Klelé⁷. A ONG AD apoiou esta iniciativa da associação dos moradores, espelhada numa experiência do Brasil de televisão comunitária, e desenvolveu a proposta na Guiné-Bissau.

A experiência brasileira era de projeção de conteúdos na rua, com captação de imagens a partir do protagonismo de jovens da comunidade, principiantes, sobretudo na comunicação. A proposta era de filmar problemas locais e difundir a informação dentro da comunidade, o que permitiu aos membros desta comunidade passassem a ter voz, principalmente para aqueles que não têm a oportunidade de falar nas televisões Estatais e privadas. Com a televisão comunitária qualquer um que está na comunidade tem oportunidade de dar sua contribuição.

Em 2001 surge a TVKlelé, primeira das quatro⁸ televisões comunitárias existentes atualmente na Guiné-Bissau.

No que tange sua produção audiovisual, a TVKlelé tende a produzir e veicular seus próprios programas, com foco no desenvolvimento local, sobretudo induzidos por temáticas ligadas as preocupações da comunidade, com destaque aos temas ligados ao saneamento básico e a agricultura. A programação da televisão reflete as preocupações da própria comunidade como acontece no caso do saneamento, da higiene, de como as pessoas podem melhorar as técnicas de gestão do lixo. Por exemplo, as pessoas produzem muito lixo na Guiné-Bissau e a Câmara de Bissau não tem capacidade de escoamento do lixo, busca-se produzir um conteúdo audiovisual que ensine os indivíduos a se mobilizarem dentro da comunidade para gestão de lixo e como podem melhorar ou contribuir para apoiar a câmara municipal.

Possui uma forma peculiar de transmissão, ao exibir seus conteúdos em espaços abertos, campos de futebol, praças, através do uso de equipamentos de projeção. A equipe da TV vai para um sítio e projeta o conteúdo. Ao final de cada projeção é promovido um debate sobre o vídeo exibido e a TVKlelé transmite *ao vivo*, para o telão, as opiniões das pessoas, ao que denominam de *câmara aberta*⁹.

Outro tipo de programa desenvolvido é a *TV Móvel*, que designa o deslocamento da equipe da TVKlelé ao interior, a outra região do país. Quando isto ocorre, é

⁷ Referência a entrevista realizada com Demba Sanhá no dia 29 de Agosto de 2016, em Queluz/Amadora/Portugal.

⁸ As outras televisões comunitárias guineenses são: TV Bagunda (em São Domingos), TV Massar (em Cantanhez) e TV (Pkes Utchak em Canchungo). Pkes Utchak é o nome da TV comunitária em dialeto local.

⁹ *Camara aberta* é o termo como designam esta interatividade na Guiné-Bissau.

produzido uma reportagem em cada local, que depois é editada, projetada e transmitida para que as pessoas residentes no local participem de um debate. E foi a realizar este tipo de atividade que nasceu mais três televisões comunitárias no interior da Guiné-Bissau.

c) Arroios TV

A freguesia de Arroios, onde está sediada a Arroios TV, é o resultado da junção de três ex-freguesias da cidade de Lisboa: Pena, São Jorge de Arroios e Anjos. Com uma população de cerca de 40 mil pessoas, em 57 km², num conjunto de 79 nacionalidades. O país possui 10,6 milhões de habitantes, com um índice de desenvolvimento humano de 0,744 o que é considerado alto, a expectativa de vida é longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida é decente¹⁰.

A TV da junta de freguesia surge como uma das promessas de campanha da atual presidente da junta, Margarida Martins, com o desejo de fazer uma televisão de proximidade para a comunidade. A proposta era inovar no projeto levando a comunicação tradicional mais a frente, com a primeira televisão de uma junta de freguesia.

A Arroios TV insere-se no projeto de comunicação mais vasto da junta de freguesia, que engloba vários canais de comunicação com a comunidade: o jornal de Arroios, a revista trimestral AR Magazines, o Jornalinho (infantil), o site, uma página no Facebook, a divulgação por cartazes e, a promoção dos eventos.

Seus conteúdos audiovisuais são transmitidos para todo o mundo, tendo em vista que sua transmissão se dá pela internet, através de um canal disponibilizado pela operadora *Meo Canal*. Qualquer pessoa, em qualquer lugar do planeta, com acesso a rede de computadores, pode acessar a programação veiculada em formato de grade diária, através do www.kanal/5050. Em Portugal, é possível também aceder à programação através da operadora de tv por cabo *Meo*, através do canal 5050.

Os conteúdos que fazem parte da televisão possuem uma perspetiva mais local, dão primazia aos temas que tem a ver com a região, direta e indiretamente, o que inclui a vasta presença de imigrantes e turistas. Há pessoas que nasceram na freguesia, os que

¹⁰ Human Development Reports (2015).

lá cresceram e aqueles que, mesmo distantes, em outros locais, sentem uma proximidade com a junta de freguesia de Arroios.

Durante a entrevista aos coordenadores do canal, foi sinalizado a receção de *feedback* de pessoas que estão em outras partes do mundo, que acompanham a Arroios TV, o que aponta para um dos objetivos do canal que é de oportunizar às pessoas que não estão em Arroios estes conteúdos.

II. 2. Análise

Iniciando a observação, pela constituição legal dos canais, passamos a existência, ou não, de diplomas que possam garantir o funcionamento de espaços comunitários.

Análise dos diplomas legais

a) Brasil

O país apresenta uma legislação fragmentada em Comunicações e em Telecomunicações. Os diplomas da primeira estabelecem as normativas legais das rádios comunitárias¹¹, enquanto os da segunda incluem o serviço de acesso condicionado onde estão inseridos os canais (televisões) comunitários¹².

O nascedouro das rádios e das televisões comunitárias se dá no contexto dos debates e fóruns para democratização da comunicação, a partir da década de 80, no processo de redemocratização do país, pós-ditadura militar.

As Leis que regem a Radiodifusão Comunitária são a Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998 e suas alterações, que cria o serviço; o Decreto nº 2.615 de 1998, que o regulamenta; e a Norma 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de

¹¹ A legislação brasileira vigente para a radiodifusão comunitária contempla apenas transmissão sonora em potência limitada a 25 watts.

¹² Televisões comunitárias são os “canais comunitários de acesso condicionado”, usual na Lei Nº 12.485/2012 e que se distingue do entendimento de canal de uso comunitário previsto na regulamentação do Sistema de Televisão Digital Terrestre, transmitidos de forma aberta, pelo ar. É regulado pelo Decreto Nº 5.820, que cria os canais digitais públicos entre os quais o Canal da Cidadania, e da PORTARIA Nº 489, de 18 de dezembro de 2012, que aprova a norma regulamentar deste, passa a existir na multiprogramação duas faixas de programação para a veiculação de programas produzidos pela comunidade do Município ou que tratem de questões relativas à realidade local.

2011, que estabelece critérios de outorga e de renovação e de funcionamento das emissoras autorizadas.

A existência das televisões comunitárias são regidas pela Lei nº 8.977 de 1995¹³, Lei. nº 12.485 de 2012 e Medida Provisória Nº 2.228-1 de 2001 e Lei Nº 11.437 de 2006. Estes diplomas não são específicos para a comunicação comunitária, mas garantem a existência dos canais comunitários de forma legal. Em seu *caput*, apresentam a existência de *canais básicos de utilização gratuita*¹⁴ como uma forma de contrapartida social dos operadores de TV por cabo. A televisão comunitária possui sua constituição conferida pela existência deste texto do diploma legal dos serviços de acesso condicionado e discriminado, então, como *canais básicos*.

O entendimento legal é de que a prestadora de serviço de acesso condicionado, em sua área de prestação, deve tornar disponíveis canais de programação de distribuição obrigatória, entre os quais *um canal comunitário para utilização livre e compartilhada por entidades não-governamentais e sem fins lucrativos*¹⁵.

b) Guiné-Bissau

Só após 13 anos de sua criação, a TV Klelé foi autorizada a emissão pelas autoridades nacionais, nomeadamente pelo Ministério da Comunicação Social. Inicialmente, tiveram uma declaração de que poderiam fazer este tipo de comunicação a título provisório. O registo do estatuto e da ata de constituição será lavrado no dia 19 de fevereiro de 2014, no Cartório Notarial de Guiné-Bissau, registado nas folhas 90 a 123, livro 12 - série A, com o número 186. Com o registo a televisão está legalizada como uma Associação e com estatuto jurídico de um órgão de comunicação comunitário legal.

Recentemente foi aprovada na Assembleia Nacional da Guiné-Bissau uma lei para órgãos de comunicação em geral e, em particular para órgãos de comunicação comunitária. Neste documento está definido como as regras são feitas e como se pode

¹³ A Lei nº 8.977 de 6 de janeiro de 1995 que define o “serviço de TV a Cabo” como sendo “o serviço de telecomunicações que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio, a assinantes, mediante transporte por meios físicos”. Esta lei continua em vigor, embora vários de seus artigos tenham sido revogados pela Lei Nº 12.485 de 12 de setembro de 2012, a chamada Lei do Serviço de Acesso Condicional (SeAC).

¹⁴ A alínea I, do Art. 23 da Lei Nº 8.977 de 6 de janeiro de 1995, substituída pela alínea VIII, do Art. 32 da Lei nº 12.485/2012, determina que *um canal comunitário para utilização livre e compartilhada por entidades não governamentais e sem fins lucrativos*. A alteração do diploma confere pela primeira vez a designação de *canal comunitário*.

¹⁵ Art. 32º da Lei Nº 12.485/2011.

desenvolver a comunicação, portanto é nessa ótica, a comunicação comunitária está incluída.

Além disso, um leque de regras foram instituídas pelo Estado da Guiné-Bissau, há uma lei recente para os órgãos de comunicação comunitária, visto que até então o país não possuía uma legislação específica sobre o tema.¹⁶ O preâmbulo desta legislação aponta que a sociedade guineense, multifacetada e com uma ampla gama etnolinguística, necessita de informação que atenda as realidades de cada localidade, em zonas periféricas e do interior. Aponta a importância da dinâmica comunitária de rádios e televisões comunitárias e que na atualidade se constituem em um importante serviço de proximidade e de desenvolvimento.

A nova lei permitirá a regulamentação da comunicação comunitária o que favorece a garantia dos direitos constitucionais e, conseqüentemente, da participação popular e da liberdade de expressão. A participação fica garantida através de um Conselho Comunitário, eleitos dentro da própria comunidade. Outros aspetos inseridos no diploma dizem respeito a garantia da participação dos membros da comunidade na produção do conteúdo, na valorização da cultura local e até em meios de sustentabilidade, com financiamento de tempo de antena.

Com a nova lei, as televisões comunitárias poderão emitir sinal para uma potência de até 300 watts num raio de 36 quilómetros. Outra mudança é a necessidade de emitir programação diária, o que não ocorre neste momento.

c) Portugal

Portugal possui uma legislação que poderá ser considerada avançada no campo da comunicação social e da regulação dos media, não dispondo no entanto de previsão legal para a existência de meios de comunicação comunitários. Já na União Europeia, de que Portugal é membro, no contexto de um importante arcabouço de resoluções e orientações sobre liberdade de expressão, bem como do conjunto de mecanismos que promovem a sua garantia de existência, constam referências aos meios comunitários.

No país não há existência de canais comunitários, nem de pressupostos legais que o permitam, o que insere no trabalho um substrato sob as variantes quanto a

¹⁶ Durante a realização deste projeto de pesquisa, a lei em questão havia acabado de ser votada pela Assembleia Nacional, aguardava promulgação pelo presidente da república.

ausência deste tipo de meio de comunicação. Porém, há indícios que já houve algo próximo a um canal “pirata”, utilizados pela comunidade sem licença e por isso ilegal, como também a existência de meios de comunicação regionais, mas que não se comparam ao processo comunitário do Brasil ou da Guiné-Bissau.

Pelos anos de 1980, quando existiam estas rádios piratas, o governo e o parlamento resolveram regularizar estas estações e foi constituído um mapa do espectro radioelétrico, que permitiu a identificação de emissoras. Na época, foram criadas cerca de 300 rádios locais, em Portugal. Mas ainda não se enquadrava nos pressupostos de comunicação comunitária, como visto nos outros dois países referenciados.

CAPÍTULO III: Metodologia

III. 1. Seleção de técnicas

Este projeto de dissertação será cumprido a partir de um percurso em quatro etapas: revisão bibliográfica, análise documental, análise de conteúdos audiovisuais e entrevistas.

Revisão bibliográfica

Tem-se em vista estabelecer o marco teórico da pesquisa e um estado da arte quanto às televisões comunitárias, a partir da relação comunicação e participação cidadã.

Quanto ao marco teórico, a revisão bibliográfica proporcionará o acesso aos principais trabalhos científicos disponíveis sobre o tema da pesquisa, a partir de duas perspectivas de análise fundamentais: uma legal, reportando os conceitos e legislação que enquadram o tema dos direitos humanos e, mais especificamente, da liberdade de expressão, e a outra comunicacional, sobre a realidade da comunicação comunitária em cada um dos países da pesquisa.

Para além dos autores citados ao longo da dissertação, as referências bibliográfica são compostas, também, pelos autores que foram estudados ao longo do processo de pesquisa e que contribuíram para a observação e desenvolvimento deste trabalho.

Análise documental

A análise de documentos como estatutos, regimentos, atas de reunião e outros tipos de registos, inclusive vídeos, de cada uma das TVs comunitárias, permitirá observar que instrumentos legais são dados como garantia por cada veículo. A existência de pressupostos em tais instrumentos não assegura só por si o exercício da liberdade de expressão, mas permite saber se há predisposição à sua prática e quais as instâncias de participação que são garantidas à comunidade (como clubes de espetadores ou conselhos de programação).

Da mesma forma, pretende-se fazer uma análise do marco legal para o setor da comunicação de cada país, verificar se há preceitos legais que viabilizem a existência destes media comunitários, ou mesmo compreender como o Estado se posiciona perante o tema (se o legitima ou não, se há permissões ou restrições legais à sua existência).

Análise de conteúdos produzidos

Para entender o processo de participação na programação do canal, faz-se necessário incluir uma análise sobre os conteúdos produzidos e veiculados em período de tempo alargado. Esta análise será realizada recorrendo a uma pesquisa quantitativa, com dados fornecidos pelas televisões sobre o material produzido.

O espaço temporal da análise compreenderia inicialmente o período de uma semana. Foi possível observar efetivamente a produção semanal apenas da TV Arroios, com os programas que foram veiculados no período. No caso da TV Cidade de Taubaté, a transmissão é realizada apenas por serviço de acesso condicionado local, não possui transmissão *on line*, e, apesar de possuir um arquivo de programas no YouTube, não disponibiliza seu conteúdo que foi veiculado. Neste caso, foi necessário incluir a observação de programas antigos, exibidos em períodos diferentes.

Com a TV Klelé, a sua condição de produção reduzida necessitou de um alargamento ainda maior do período de análise, com a utilização de programas produzidos em anos anteriores, até 2009. Aqui a lógica era observar a participação da comunidade nos conteúdos.

Foi observado o tipo de conteúdo e a relação de participação da comunidade em sua produção. Se eram uma produção do próprio canal ou se tinha por procedência entidades, produtoras audiovisuais ou pessoas da comunidade, a título individual. Quem assumem o processo de produção audiovisual, se há participação da comunidade e como esta presença se expressa nestes conteúdos produzidos.

d) Entrevistas

Por fim, teremos a realização de entrevistas aos responsáveis dos canais pesquisados, que nos permitirão “obter relatos em primeira mão de eventos comunicativos e experiências passadas” (DEACON, PICKERING, GOLDING e

MURDOCK, 1999: 16) enriquecendo o contexto simbólico e subjetivo da pesquisa, no que diz respeito à forma como as TVs buscam articular-se com ações das suas comunidades.

III. 2. Seleção de temas

O tema cidadania e da participação popular, como elemento fomentador de liberdade de expressão, foram a base para este estudo sobre Media comunitários. Através da análise de três casos em realidades de países com as condições históricas, sociais e culturais muito diversas.

Buscou-se observar como nestes espaços, características que poderiam indicar os elementos que definiriam o espaço como sendo comunitário. Inclusive se poderiam estas características se converterem em elementos que garantissem o exercício da liberdade de expressão.

III. 3. Recolha de dados

Os documentos utilizados para análise, diplomas legais, foram obtidos através de consulta via Internet e de estatutos e regimentos disponibilizados pelos canais em análise, exceção quanto a Arroios TV, pois se trata de um meio de comunicação interno da junta de freguesia, incorporado à sua assessoria de comunicação. No caso português, observou-se a inexistência de uma legislação que trate de comunicação comunitária. Os estatutos da TV Cidade de Taubaté e da TV Klelé estão reproduzidos no Anexo II.

As entrevistas com os gestores das televisões foram realizadas presencialmente, no caso da Arroios TV e da TV Klelé. Por questões de conexão fraca, a entrevista ao coordenador da TV Taubaté, inicialmente prevista para ser gravada via Skype, foi produzida pela própria TV e enviada na íntegra, sem cortes. O guião das entrevistas e o conteúdo transcrito estão disponíveis no Anexo I.

A observação sobre o conteúdo produzido e veiculado, a presença e a participação da comunidade, as características na produção, veiculação e condições de acesso, decorreu de acordo com a situação de produção, quantidade de vídeos e condições de acesso a estes conteúdos, todos disponíveis através da plataforma YouTube.

O material de cada televisão, selecionado para análise, foi organizado em tabelas, dispostas nos anexos III, IV e V.

Anexo III, tabelas com as características gerais dos programas: tipo, periodicidade, duração média (em minutos), local de gravação (estúdio ou externas) e público alvo e observações que fossem relevantes.

Anexo IV, tabelas com a análise sobre a participação da comunidade no meio de comunicação pesquisado indicando que são os produtores de cada conteúdo e qual o tipo de participação (na produção, na apresentação, como entrevistado, nas imagens e se é conteúdo de produtora independente.

E no anexo V, tabelas de dados sobre os programas assistidos, com as características da produção, número de episódios assistidos, data de veiculação e link de acesso ao conteúdo no YouTube.

Foram assistidos 81 conteúdos audiovisuais, entre programas diários, semanais, séries e documentários. Cerca de 54 horas de programação disponíveis a consulta através de plataformas digitais.

Optou-se por observar um arquivo de cada programa, porém, alguns programas necessitaram ser assistidos mais de um, de datas de produção diferentes. No geral, mantivemos a lógica de pesquisa a partir do conteúdo disponível *on line*, a forma de participação da comunidade (apresentador, produtor, entrevistador, entrevistado, imagem e voz), independente do período.

III. 4. Análise dos dados

A análise foi realizada a partir de cada documento, de forma comparativa e com composição de quadros para registo de informações, características e detalhes, referente a cada televisão pesquisada.

Após a recolha de dados, entrevistas e análise dos documentos e conteúdos audiovisuais, o processo foi de buscar uma análise individual e depois comparativa, a observar as peculiaridades de cada localidade, como por exemplo, no caso da TV Klelé, cujo conteúdo não está disponível integralmente na Internet, nem em tempo real, muito menos se equipara ao produzido por uma televisão, no formato padrão com produção

diária ou regular. Diferente da Arroios TV, cuja programação pode ser assistida em tempo real via Internet e depois vista *on demand* através do YouTube.

CAPÍTULO IV: Resultados e discussão

IV. 1. Descrição dos resultados

Os resultados do envolvimento dos membros da comunidade nas instâncias de participação, seja no campo da produção (espetador, produtor), seja no espaço de gestão, pode ser observado a partir da análise da produção audiovisual, que se complementam junto a análise das entrevistas, dos documentos que regem os canais bem como sobre o tipo de produção audiovisual (produzida e veiculada) através destes Media. Para auxiliar a análise, contamos com o uso de tabelas, vide Anexos III, IV e V.

Nos referenciamos em Cicilia Peruzzo, que divide a participação popular, em quatro níveis (PERUZZO, 2009: 90), seguimos na busca por esmiuçar os conceitos da autora, com a perspectiva do que poderia representar cada um destes níveis de participação, juntos aos Media pesquisados, narrando-os a seguir.

Observamos que esta participação poderia ser:

Nível elementar, o cidadão é espectador da televisão, sua participação pode ser através do envio de mensagens, perguntas, pedir músicas, etc. A comunidade tem acesso ao conteúdo veiculado e se sente representada através desta programação.

Participação na produção, por exemplo através da produção de matérias e programas. Consiste na elaboração e edição dos conteúdos a serem transmitidos. O papel dos membros é acrescido pela participação no que será veiculado pelo canal. Possui voz e/ou imagem.

Participação no planeamento, onde o envolvimento das pessoas ultrapassa a lógica da participação na produção e compõe o estabelecimento da política dos meios. Participa da elaboração dos planos de atuação do meio de comunicação e da programação. A comunidade tem uma palavra a dizer na definição do que será exibido.

A **participação na gestão** permite o envolvimento dos membros da comunidade na elaboração dos objetivos e na condução do meio, processos de administração e comando, inclusive em instâncias formais de participação (a exemplo de conselhos com funções de direção).

IV. 2. Análise geral sobre a produção e veiculação de conteúdos

A partir das entrevistas aos gestores¹⁷ e da análise do conteúdo produzido¹⁸, bem como a contar com a disponibilidade destes a serem assistidos através da Internet, iniciamos por apontar a periodicidade e as formas de produção e veiculação de conteúdos audiovisuais.

A TV Cidade de Taubaté possui uma produção de conteúdos em sua maioria diários e semanais, com várias temáticas de interesse da comunidade, documentação cultural, documentários. Seu sistema de produção, gravação e edição é digital, em FullHD, com edição não-linear. A veiculação decorre através do serviço de acesso condicionado - TV por assinatura. Possui interatividade com a comunidade para os programas transmitidos ao vivo, através de telefone ou com envio de mensagens pelo Facebook.

A TV Cidade de Taubaté apresenta uma veiculação de conteúdos semanais na ordem de 53 programas, mais reprises e videocliques. Seu conteúdo não está disponível como TV online, nem disponível integralmente para acesso através da Internet *on demand*. Quinze programas não foram analisados por esta razão. Nem todos os programas estão disponíveis para acesso *on demand*, via YouTube, nem todos são atuais ou possuem uma série disponível, por isso alguns programas analisados são de anos anteriores.

Todos os programas que são transmitidos em direto são gravados e posteriormente reprisados no próprio canal, em dias da semana e horários diferentes. A TV Cidade de Taubaté não disponibiliza todos os seus conteúdos através web, os que são disponibilizados decorrem apenas após sua primeira exibição, o que pode ocorrer depois de alguns dias ou semanas.

São 24 horas de programação diária, ininterruptas. A sua grade de programação destina 12 horas diárias para a veiculação de conteúdos locais, sendo que destas, 4 horas são de conteúdos produzidos pelo próprio canal comunitário, enquanto produtor audiovisual. As demais 12 horas são conteúdos provenientes de diversos parceiros (regionais e nacionais) e inclui organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil,

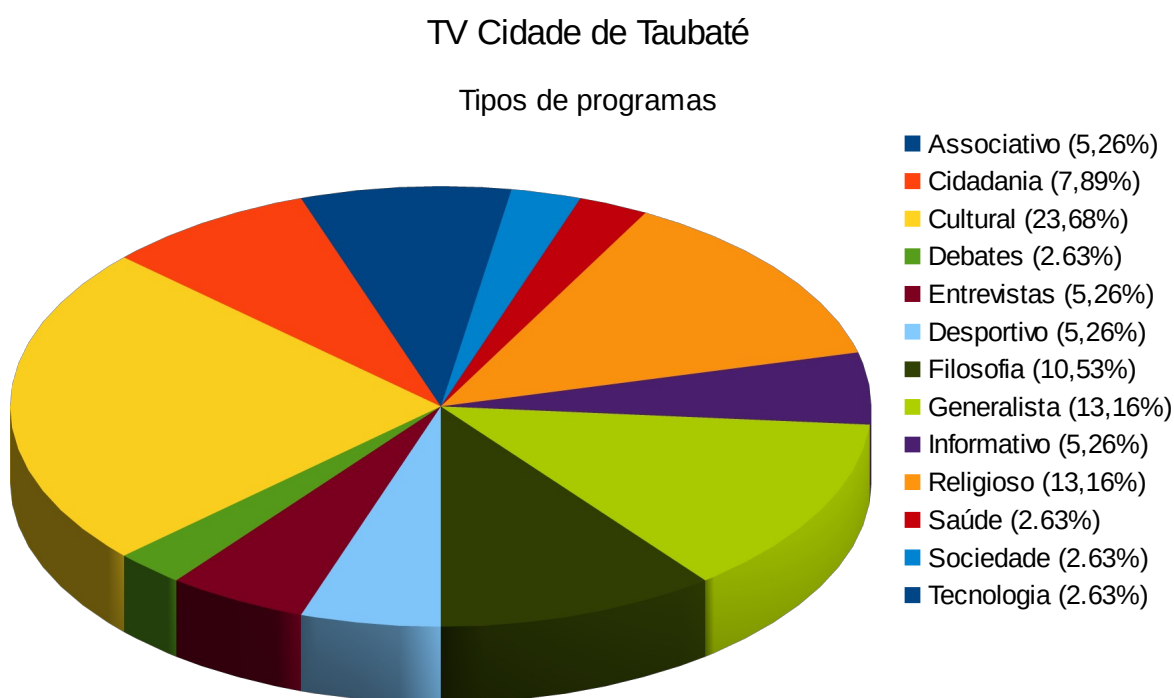
¹⁷ Vide Anexo I.

¹⁸ Vide tabelas do Anexo III, IV e V.

Petrobrás, Associação Nacional de Diabéticos, Polícia Civil, cujo conteúdos é de caráter informativo¹⁹.

Dos 53 programas veiculados pelo canal comunitário, 27 programas locais, mais de 50% da grade de programação. Deste conteúdo local, dois são produzidos pela própria TV Cidade de Taubaté, que é coprodutor de outros 12, em parceria com membros comunidade, e recebe mais 13 programas produzidos por membros da comunidade, enquanto produtores independentes.²⁰

Há uma grande ocorrência de reprises na programação, isto pode evidenciar uma necessidade de novos programas, a falta de produção local suficiente a atender a quantidade de horários (24 horas por dia) ou, considerando o fato de estar no sistema de TV por cabo, ser uma prática comum para o serviço de acesso condicionado.



A produção e veiculação de conteúdos culturais corresponde a 23% da grade de programação do canal, com destaque para a documentação cultural local.

Programas de cunho religioso e filosófico (estes por vezes também com fundo religioso) representam, juntos, mais 23%. O restante da programação é distribuída em

¹⁹ Vide Anexo II, “a”.

²⁰ Vide Anexo IV, tabela “a”.

programas variados, com base numa participação mais ampla dos membros da comunidade.

A TV Klelé tem sua produção de conteúdos gerada a partir de uma demanda da sociedade local, com foco principalmente nas áreas de saúde, educação, agricultura, interesses públicos, produzindo diferentes conteúdos como programas jornalísticos, documentários, videoclipes.

A produção, gravação e edição do material audiovisual é digital, em FullHD, com edição não-linear. Tem ocorrência semanal, quinzenal ou chega a três semanas. Não tem produção diária. Isso não descaracteriza o fator de participação elementar da comunidade, que tem acesso a sua produção de forma livre, nas exibições em locais públicos. Os conteúdos a serem exibidos são veiculados via tela de projeção em escolas, quadras poliesportivas ou na rua. E é neste momento da exibição ao ar livre que ocorre interatividade. Após as exibições a televisão promove o debate sobre o conteúdo exibido e o público tem a oportunidade de falar, as imagens e o som são reproduzidos em direto na tela de projeção, através do que é denominado pela TV de câmara aberta.

A TV Klelé produz conteúdos sempre que há demandas de temas pela sua comunidade. Normalmente são conteúdos pontuais, abrangendo uma questão a ser tratada localmente, por exemplo, sobre a recolha de lixo ou melhoria na forma de plantio de mandioca, ou mesmo de um evento como palestra e debate de interesse público. A exibição de cada novo conteúdo decorre de forma semanal ou quinzenal, podendo chegar a intervalos com períodos maiores, até semanas. Ou seja, não há uma periodicidade especificada para produção ou veiculação. Quando um programa vai ser exibido, a TV Klelé conta com o apoio da rádio comunitária do bairro, rádio Voz de Quelelé, que sensibiliza a comunidade para o que será exibido e divulga o local, a data e a hora.²¹

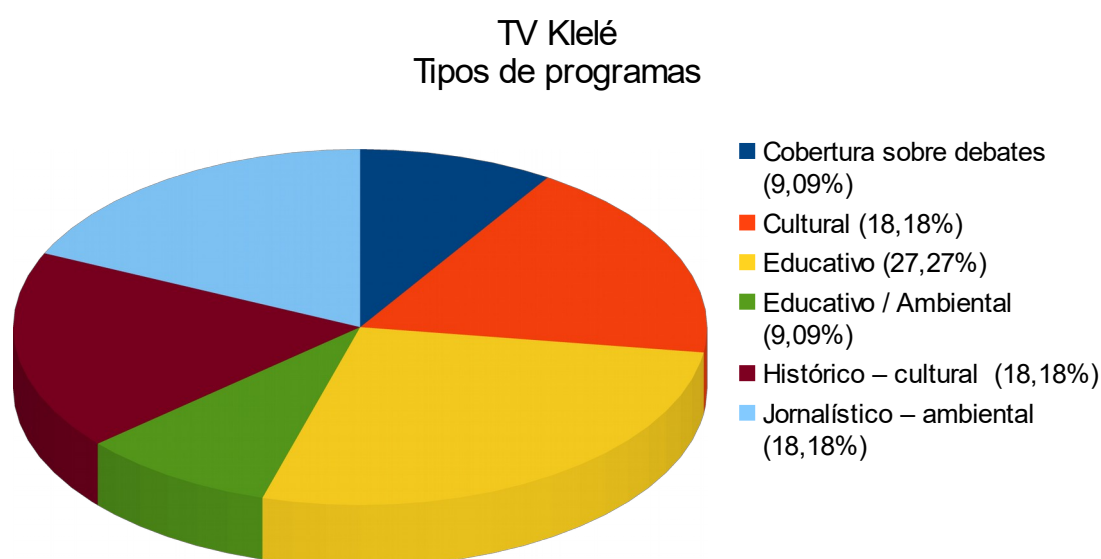
No caso da TV Klelé, há um intervalo expressivo para produção de conteúdos e a sua veiculação para a comunidade, podendo este intervalo chegar a duas ou três semanas. Situação muito diferente das condições da TV Cidade de Taubaté e da Arroios TV, cuja veiculação é diária. A inexistência de infraestrutura adequada para a transmissão pode ser um dos fatores, associado também a questões financeiras e socioeconômicas vividas pelo país.

²¹ Vide Anexo I, A.2, “c”.

Por conta disto, a observação utilizou-se de vídeos disponíveis apenas através da Internet, com datas a partir de 2012. Para percebermos as condições tecnológicas locais na Guiné-Bissau e acessíveis, apontamos que a maior parte do material assistido só foi disponibilizado pela TV Comunitária, através do YouTube, a partir de 2016, quando da vinda do coordenador da TV Klelé à Portugal. A Guiné-Bissau possui problemas de conexão de Internet. Para além de pouca infraestrutura, o acesso é muito caro, inviabilizando que os conteúdos produzidos estejam disponíveis on line, logo a seguir a sua produção e veiculação local.

Do material utilizado na análise desta pesquisa, foram observados 20 conteúdos audiovisuais em sua maioria no género documentário, incluindo ainda coberturas jornalística e videoclipes, com a TV Klelé a ser produtor de 12 e coprodutor de 8 vídeos.²²

A TV Klelé apresenta também um alto índice de programas com viés cultural, educativo e ambiental.



Nas coproduções, o principal parceiro local foi a ONG AD - Acção para o Desenvolvimento, que também apoiou a comunidade na criação da TVKlelé e na disponibilização de equipamentos para a produção e a veiculação de conteúdos.²³

²² Vide Anexo IV, tabela “b”.

²³ Vide Anexo I, A.2. “b”.

Os conteúdos educativos correspondem a quase 1/3 do que é produzido. A condição da comunidade intervir diretamente na programação, pode ser o elemento que explica a valorização destas temáticas. Os programas possuem como base a transmissão do conhecimento, a preservação e valorização das tradições locais, o que promove o fortalecimento da identidade cultural nacional.

Dos três meios de comunicação, a Arroios TV foi a mais fácil de acompanhar no que se refere a sua veiculação de programação, dentro de um período de uma semana, embora alguns programas tenham sido assistidos *on demand*, disponíveis através da plataforma YouTube, inclusive os produzidos diariamente, como é o caso do Arroios Informação²⁴. A sua programação segue o padrão de uma TV tradicional, com dias e horários regulares.

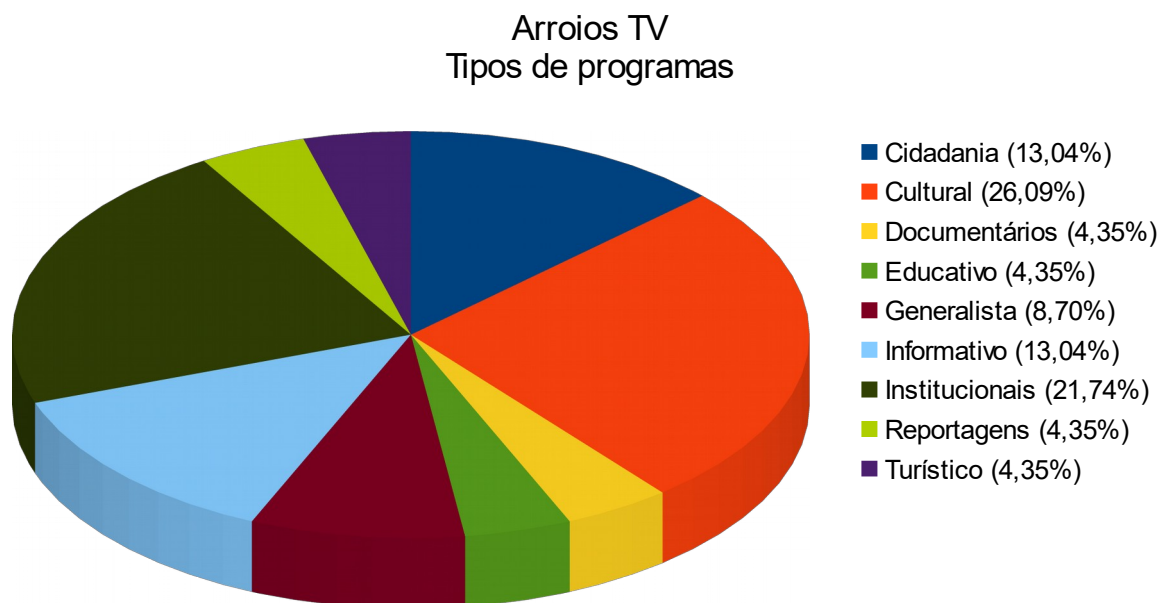
No caso da TV Arroios, há produção de conteúdos diários, semanal ou esporádico (em séries). É produzida em formato digital, FullHD, com edição não-linear. A veiculação do conteúdo é realizada via *Meo Canal*, Internet. Arroios é uma freguesia multicultural, em pouco mais de dois quilómetros quadrados contam-se cerca de 79 nacionalidades o que a coloca com o desafio de produzir e veicular programas que garantam o alcance da sua própria diversidade cultural.

A produção de carácter cultural representa 26,09%, seguida por uma produção de conteúdos audiovisuais de carácter institucional com 17,39%²⁵. Esta programação institucional, caracteriza-se por tratar de assuntos referentes a gestão da junta de freguesia de Arroios, insere ao canal um carácter diferente do que encontramos nos conteúdos audiovisuais da TV Cidade de Taubaté e da TV Klelé, que não veiculam este tipo de programa.

Os demais programas que compõem a grade de programação da Arroios TV são de carácter de cidadania, documentários, educativos, generalistas, informativos, turísticos e de reportagens locais.

²⁴ Vide Anexo III, tabela b, item 6.

²⁵ Vide Anexo III, tabela “c”, coluna “tipos de conteúdos”.



Outro aspeto da programação, remete a interatividade com a população, que decorre quando há gravações ao vivo, por exemplo, das reuniões da assembleia da junta de freguesia.

IV. 3. Participação comunitária elementar e na produção de conteúdos

Iniciamos a observação pela ocorrência de uma **participação elementar ou básica**, uma forma mais simples de relacionamento da comunidade com o Medium, onde a primeira não interfere necessariamente na decisão final da programação do segundo, mas pode cooperar de forma colaborativa e voluntária, através da sua imagem ou de entrevistas, ou mesmo no envio de mensagens, sem necessariamente ter responsabilidade sobre a escolha do conteúdo a ser exibido, integral ou parcial. Observamos essa ocorrência, com mais recorrência, nos conteúdos produzidos e veiculados pela Arroios TV.

Trata-se de uma participação eventual, como acontece normalmente nos *Mass Media* ou em outros meios de comunicação privados, muitas vezes também como

ocorre em casos de canais do campo público²⁶, onde é dado ao cidadão a condição de participar de entrevistas, pedir música ou sugerir vídeos ou pautas jornalísticas.

O fato da comunidade participar neste nível elementar e se ver refletida no que foi produzido e veiculado, não lhe é conferido o poder de decisão de escolha sobre os temas a serem produzidos. Neste caso, pode ocorrer que indivíduos, ou grupos, se apropriem do espaço comunitário, só permitindo que a comunidade esteja inserida com esse tipo de participação elementar. O perigo pode advir do uso do meio de comunicação contra a própria comunidade, contra o direito de escolha, porque limita a presença do cidadão a mero expectador e colaborador eventual, não que isso tenha sido uma prática identificada nesta pesquisa.

Observamos que na TV Arroios, a comunidade aparece na apresentação de programas, a exemplo do *Sabores do Mundo* e do *Viagem em Arroios*. Por sua vez, a presença dos membros desta comunidade é mais evidente no envio de mensagens e como entrevistado nos telejornais, nos programas culturais e jornalísticos, e estão envolvidos na relação com a diversidade cultural local a exemplo do programa *Todos diferentes, todos Iguais*, onde residentes, de nacionalidades diferentes, falam de sua vida e adaptação à freguesia. Possui uma representação comunitária maior na reprodução das imagens, quando são mostrados (através das imagens) os indivíduos presentes nas locações externas onde são realizadas gravações (biblioteca, associações, empresas do comércio, na rua) e em eventos (festival de cinema, assembleia da freguesia). Unicamente através da voz e da imagem a presença da comunidade corresponde a um percentual de 50% do que é produzido, não estando em outras áreas de participação como apresentação e produção.²⁷

O conteúdo independente, que é produzido fora do canal, por produtora independentes e posteriormente veiculado, é limitado a produção de uma série de vídeo-aulas no *Aprender Mandarim*, produzido por uma associação local para ensino de um dos idiomas que representa uma das 79 nacionalidades da comunidade, e alguns curtas-metragens exibidos no programa *Cine Pathé*, neste caso os telespectadores da junta de freguesia são convidados a enviarem seus vídeos (artísticos ou domésticos).²⁸

²⁶ Canais do campo público compreendem os canais que não possuem finalidade comercial a exemplo de universitários, comunitários e estatais.

²⁷ Vide Anexo IV, tabela “c”, tipos de participação.

²⁸ Links de acesso aos programas vide Anexo V, tabela “c”, itens 3 e 12, respetivamente.

Outro exemplo de participação a comunidade, mas integrada a um programa no formato documental institucionalizado, é a série *Mania das Letras*, que é produzido na biblioteca da freguesia e realizado com a participação de servidores da instituição. A participação do cidadão é sugestionada, como ocorre no episódio 3 quanto ao fim do programa é apresentado o quadro “Livro com história”, no qual o apresentador convida o espetador/leitor a participar na indicação de um livro que tenha marcado sua vida.²⁹

A preocupação com a internacionalização do conteúdo produzido, talvez também pela diversidade de nacionalidades presentes na comunidade, pode explicar o uso de legendas em inglês, como no caso do programa *Comerciantes*, curtas metragens a contar as histórias de comerciantes da junta de freguesia e que inclui relatos sobre se trabalho e vida pessoal. Outro exemplo seria o *Jornal de Arroios*, que reproduz a publicação do jornal impresso (de mesmo nome), acrescido de uma entrevista alargada que aparece em destaque nesse mesmo jornal em papel. Neste caso, também ocorre a produção de programetes com duração entre três e quatro minutos, apresentados em idiomas diferentes: português, inglês e mandarim.³⁰

Apesar do carácter político institucional da Arroios TV, presente mas significativamente em programas como o *Pergunte que eu respondo*, onde a presidente da junta de freguesia responde perguntas dos fregueses ³¹, fica evidente que há uma preocupação do canal (e de seus gestores) em estar próximo à comunidade, condição que pode ser observada, por exemplo, quando do uso de frases de efeito utilizadas ao final do programa *Arroios informação*: “Fique por aí, fique com a Arroios TV”, “Arroios TV, uma televisão que nos abraça” e “Arroios um lugar desejado.”³²

A decisão sobre o que será produzido e veiculado é de responsabilidade dos coordenadores, da equipa de comunicação da junta-freguesia, o que designa o carácter público-estatal do canal³³. Porém, a presença dos membros da comunidade é perceptível na participação do conteúdo audiovisual, da maioria dos programas, mas em entrevistas, imagens e contribuições por mensagens e na presença em atividade e eventos, como no caso do orçamento participativo ou das assembleias da junta de freguesia.

²⁹ Links de acesso ao programa vide Anexo V, tabela “c”, item 15.

³⁰ Links de acesso aos programas vide Anexo V, tabela “c”, itens 13 e 14, respetivamente.

³¹ Os fregueses participam enviando perguntas por e-mail, telefone ou vídeo. As perguntas são seleccionadas pela produção e as respostas abrangem esclarecimentos sobre os mais variados temas de interesse público, relacionados com a atual gestão.

³² Links de acesso aos programas vide Anexo V, tabela “c”, item 6.

³³ Vide Anexo I, tópico A2. Item “c”.

A **participação na produção** ocorre quando o cidadão passa da condição de espectador para a de participante na produção, ou coprodução, dos conteúdos que serão posteriormente veiculados pela televisão. É quando os membros da comunidade passam a exercer funções como apresentadores, entrevistadores, entrevistados, ou mais especificamente como produtores independentes, interferindo nas decisões editoriais dos programas.

A TV Cidade de Taubaté apresenta um maior percentual de produções independentes, com a presença de membros da comunidade na produção destes conteúdos (conforme citado na página 40), talvez justificado pela razão de que o canal disponibiliza condições de produção audiovisual, com infraestrutura (equipamentos e estúdio) e pessoal técnico, aos membros da sua comunidade. Esta relevante quantidade de coprodução, entre a televisão comunitária e diferentes parceiros locais, pode demonstrar um mecanismo para que o canal solucione uma eventual necessidade de produção contínua de conteúdos locais.

Da mesma forma, ser coprodutor, pode configurar uma disposição da televisão comunitária em garantir a presença do cidadão e das entidades locais em suas atividades de produção audiovisual.

Levando em consideração que todos os programas produzidos na TV Cidade, são resultado de demanda desta mesma comunidade, o índice de participação é o mais elevado entre os canais pesquisados. A presença da comunidade está tanto na escolha do tema como na forma de representar a própria comunidade, com voz e imagem.

A TV Klelé, independente do tipo de conteúdo audiovisual que produz, sempre preza pela veiculação de imagens e de voz dos membros da comunidade, garantindo a sua imagem e principalmente a sua voz. Destaque para a opção de uso do crioulo como idioma da produção, em substituição ao uso do português, falado apenas por 10% da população do país. A Guiné-Bissau possui cerca de 30 etnias diferentes, com dialetos próprios, mas que tem no crioulo uma língua de unidade nacional. O uso do crioulo nas produções audiovisuais demonstra uma preocupação da TV Klelé em garantir um maior alcance, tanto de espectadores como da participação destes, para que possam ser vistos e ouvidos pelos demais membros da comunidade.

A presença da comunidade nas decisões sobre a produção realizada pela TV Klelé é assegurada através de órgãos da associação, previstos no estatuto, a exemplo do

conselho de administração (Art. 8º), conselho de notáveis (Art. 13º) e clubes de telespectadores (Art. 14º).³⁴

A Arroios TV possui uma grade de programação composta, em boa parte, por produções audiovisuais institucionais, onde há um destaque para a imagem e a voz do poder público, na representação a sua junta de freguesia, como podemos observar em programas como *A Nossa Junta*, *Assembleia da freguesia*, *Orçamento participativo* e no *Pergunte que eu respondo*, este último programa com a presença da presidente da junta de freguesia a responder perguntas selecionadas pela coordenação de comunicação.³⁵

A participação efetiva da comunidade na produção de conteúdos é mínima. A maior parte dos conteúdos, quase em sua totalidade, é produzido a partir da Arroios TV. Dos 23 programas analisados, 22 são produzidos pela equipa de produção e comunicação da junta de freguesia.³⁶

Tanto a TV Cidade de Taubaté como a TV Klelé, possuem uma lógica semelhante para os conteúdos a serem veiculados, que sejam produzidos a partir de membros da comunidade, sejam individuais ou coletivos. Na Arroios TV é a coordenação de comunicação da junta de freguesia, instituição representativa do poder público, que decide sobre a programação³⁷ e, muitas vezes, também participa da apresentação dos conteúdos, uma voz que tende a refletir a imagem da administração pública local.

Com base nas tabelas do Anexo IV, a seguir apresentamos gráficos com os índices de participação da comunidade em cada uma das televisões observadas:

³⁴ Vide Anexo II, “b”.

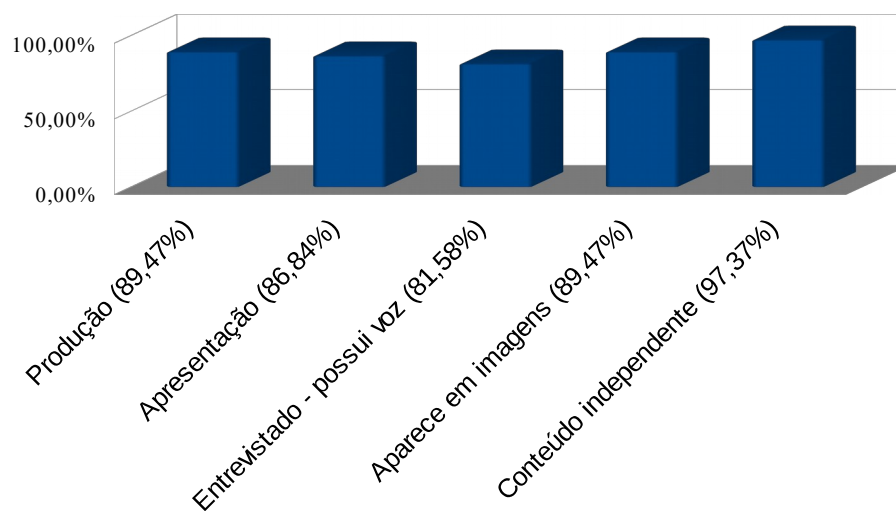
³⁵ Vide Anexo IV, tabela “c”.

³⁶ Vide Anexo IV, tabela “c”.

³⁷ Vide Anexo I, “A.2, item “c”.

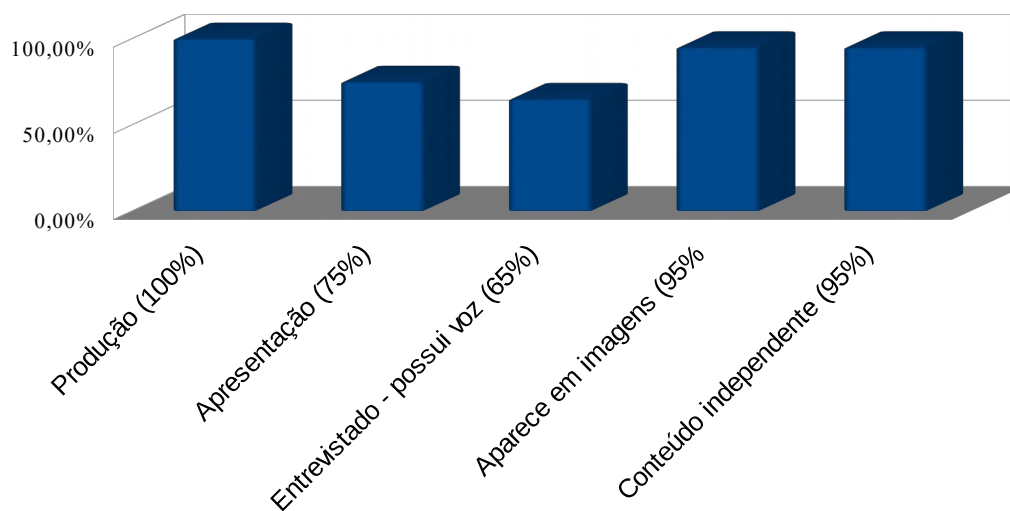
TV Cidade de Taubaté

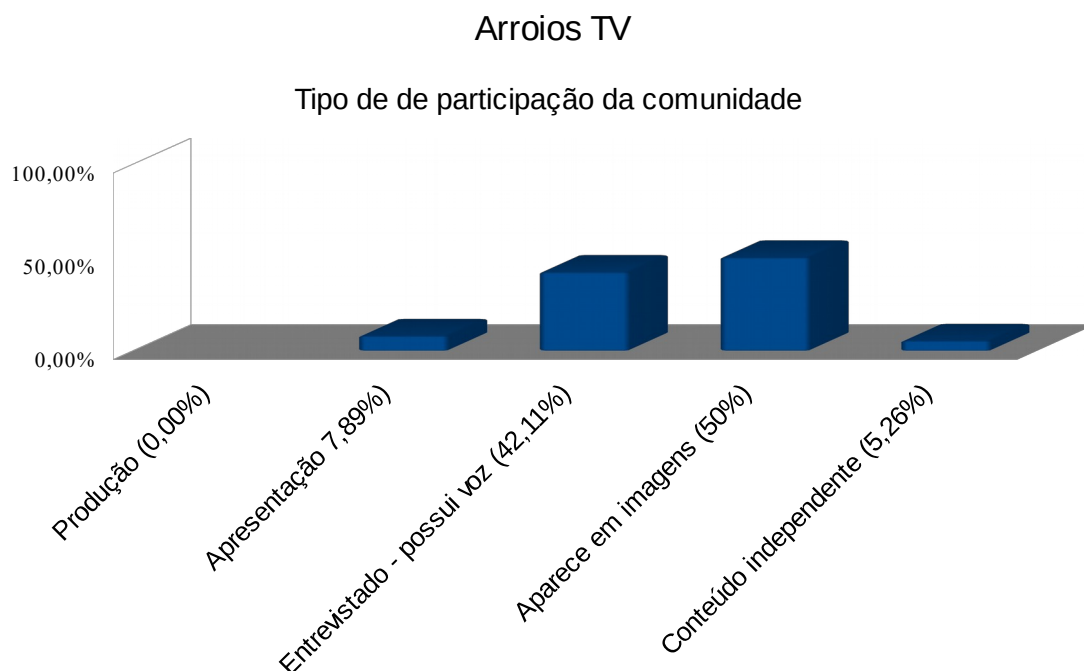
Tipo de de participação da comunidade



TV Klelé

Tipo de de participação da comunidade





IV. 4. Participação comunitária nos espaços de planeamento e gestão.

A partir dos dados coletados, podemos observar que os membros da comunidade, sejam eles componentes da associação que gere o Canal, ou não, em qualquer dos casos, é dado a condição de participação na produção de conteúdos. Em muitos casos com o suporte técnico da TV Cidade de Taubaté, que assume a vez de coprodutora, permitindo ao cidadão comum participar como apresentador ou entrevistador.

Os estatutos da TV Cidade de Taubaté e da TV Klelé³⁸ conferem em ambos os casos, que a comunidade tenha participação nos canais, através de eleições de membros da comunidade para comporem seus órgãos de representatividade e gestão.

Quanto a presença da comunidade em outros espaços de participação nos canais, pudemos observar que a primeira diferença abarca a constituição dos canais. A TV Cidade de Taubaté e a TV Klelé são entidades sem fins lucrativos e de natureza jurídica privada, sendo a primeira uma associação de direito privado, sem fins económicos, enquanto a segunda é designada como uma entidade civil de objetivos culturais e sem

³⁸ Vide Anexo II, “a” e “b”.

fins lucrativos, mantendo a sua independência em relação aos partidos políticos, as igrejas, ao governo e ao poder económico. A Arroios TV é um canal televisivo mantido pela junta de freguesia de Arroios, com recursos públicos.

Mais uma vez os dois canais comunitários, brasileiro e guineense, apresentam características específicas em seus objetivos, que são de garantir a participação plena da comunidade no processo da TV.

Na análise individualizada das garantias da presença dos membros da comunidade, a TV Cidade de Taubaté não apresenta esta participação definida no seu estatuto, embora garanta a entrada de pessoas de número indefinido (fundador, benemérito, honorários e contribuinte). Possui três órgãos de gestão: Assembleia Geral, Diretoria, Conselho Fiscal.

A TV Klelé tem como base de seus estatutos que a participação pode se dar por pessoas e entidades que se identifiquem com os objetivos do canal, que aceitem o estatuto e o regulamento e cuja candidatura seja aprovada pela Assembleia Geral, que é um dos órgãos de gestão e programação do canal, para além da existência de um conselho de administração, uma direção executiva, do conselho fiscal, do conselho de notáveis (que é consultivo) e de um clubes de telespectadores (este como observador e voluntário).

Diferente do que é observado no Brasil, a TV Comunitária da Guiné-Bissau possui um diferencial na representação do seu Conselho de Administração, que garante a existência de representantes dos jovens e de representantes das mulheres. Aqui inserido um aspeto agregador de preocupações com políticas inclusivas, referendado por seus estatutos.

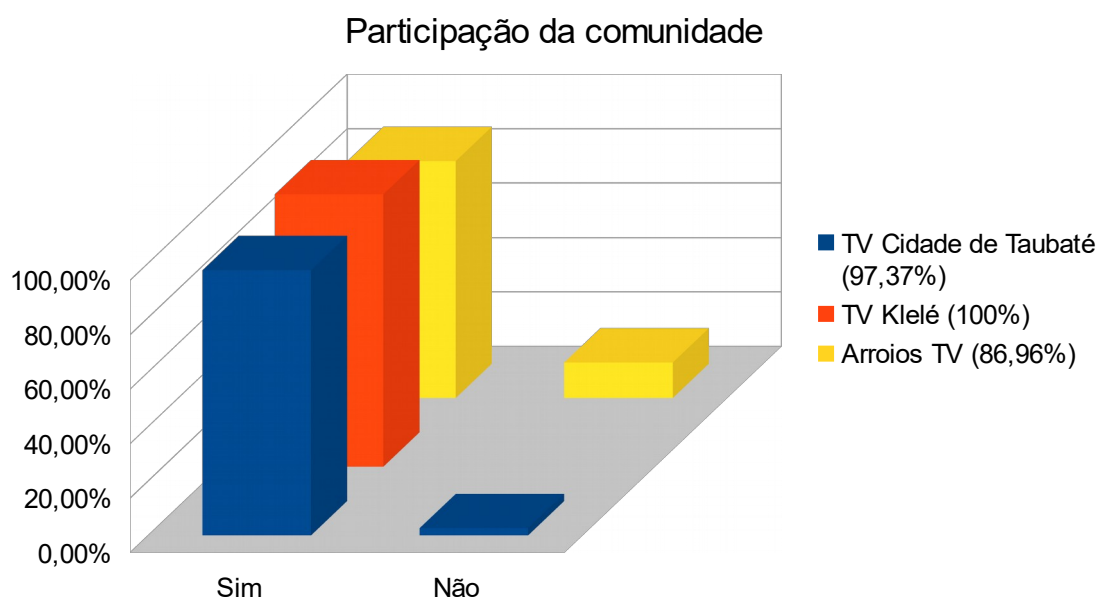
No caso da Arroios TV, não há órgãos consultivos ou deliberativos da comunidade sobre o canal. A participação do cidadão é mediada pelos membros do governo, neste caso, diretamente ligada as decisões da presidência e assessoria de comunicação da junta de freguesia.

A TV Cidade de Taubaté estabeleceu que sua missão é de fomentar a democratização da comunicação; o exercício da democracia e a liberdade de expressão; Igualdade, participação, representação da pluralidade e da solidariedade; da preservação dos recursos naturais; da garantia dos direitos humanos, das liberdades individuais e coletivas e a justiça social; e da leitura crítica dos meios de comunicação.

A TV Klelé apresenta duas funções estatutárias: a) Servir a comunidade do bairro de Quelelé e; b) Apoiar tecnicamente as outras televisões comunitárias.

A função social da Arroios TV é a de servir a comunidade de Arroios, numa perspetiva mais local, ou seja, busca dar primazia ao que tem a ver com Arroios, direta e indiretamente.

Apesar de não possuírem os mesmo critérios para a participação da comunidade nas decisões do canal, todos os canais tem por finalidade servir a comunidade, conferindo a todos um aspeto de comunitário, tanto no sentido da audiência como no tipo de conteúdo produzido.



Todos os canais observados possuem, pelo menos, um dos tipos de participação, seja elementar, de produção, planeamento e gestão.

CONCLUSÃO

Longe dos *Mass Media* tradicionais, dos grandes veículos de comunicação, surgem de forma independente os meios comunitários, como veículos de difusão da diversidade de ideias e de cultura, do livre exercício na forma de liberdade de expressão em seu exercício pleno, em um contexto democrático.

Uma grande de programação comunitária não pode ser resultado de uma padronização de formas ou supostas qualidades, mas o resultado da integração entre diversas ideias, culturas, ideologias que somam e caracterizam a diversidade e a pluralidade existente em cada região e localidade de um país. Uma lógica que independente do formato em que cada conteúdo audiovisual, venha a ser produzido.

A comunicação do tipo comunitária, na compreensão de uma comunicação alternativa, é o resultado do empoderamento para uso do meio pela população. Não está inserida na lógica de mercado, ao contrário, busca garantir condições que possam conferir ao cidadão, o espaço de criação e de desenvolvimento social, através da participação nos Media. Podemos encontrar o sentido desta participação na vida coletiva das suas comunidades, o que alinha com o pensamento de que, em um estado de direitos democráticos, a busca pela participação social neste meios não ocorre de forma igual para todas as comunidades, talvez porque reflita o conceito das práticas dos direitos fundamentais, onde *não se prevê a participação pela participação, prevê-se e promovê-se como expoente da realização das pessoas* (MIRANDA, 2008: 169).

O desenvolvimento do audiovisual comunitário tem um valor de direitos humanos acrescido ao processo cultural, à criatividade e a perspectiva de pertencimento local, que pode gerar o sentimento de membro de uma determinada comunidade. Aqui ele produz conteúdos audiovisuais, para si e para esta comunidade, que são reflexos da realidade local e da sua identidade cultural nacional. Os temas do cotidiano são retratados e discutidos a partir dos interesses e das visões locais.

A participação popular pode ser observada em diversas instâncias, como por exemplo: participação em entrevistas e reportagens; produção de conteúdos; definição de agendas; programação a ser veiculada e; na própria gestão. Não se trata de uma participação igual, para todos os meios de comunicação comunitários, ou para todos os membros da comunidade. Talvez nem mesmo que haja esta participação em todas as

instâncias, ou ainda, que mesmo que haja a representação de todos os grupos sociais nos conteúdos produzidos e veiculados.

Então, a possibilidade de transmissão das imagens, as opiniões, os reflexos visuais das comunidades, são uma mais-valia enquanto exercício da liberdade de expressão. De forma geral, os meios de comunicação de base comunitária, ao largo das discussões governamentais e de políticas públicas, possuem uma capacidade de agir, atuar, decidir, expressar-se, segundo sua própria vontade e determinação.

Observamos que todos os canais (TV Cidade de Taubaté, TV Klelé e Arroios TV), independente da forma de transmissão ou do contexto na participação dos cidadãos, agregam elementos de integração comunitária. Sejam produtores de seus próprios conteúdos audiovisuais ou programadores de conteúdos independentes, refletem a imagem local, proporcionam uma comunicação por vezes mais independentes que as dos *Mass Media* e melhor servir aos interesses dos cidadãos.

As formas de participação (elementar, produção, planejamento e gestão) podem ser complementares, quando agregadas representam o sentido da existência de um canal comunitário, participação cidadã. Então, recetores de mensagens passam a ser emissores ativos (PERUZZO, 2009: 94).

Se pensarmos em elementos como transparência, autonomia e independência, junto ao exercício da liberdade de expressão, é possível tentar identificar dois níveis da presença popular nestes meios de comunicação e categorizá-los em: canal de presença comunitária e canal de uso comunitário.

O **canal de presença comunitária** poderia ser designado como aquele *Medium* onde há ocorrência de elementos de participação comunitária, porém onde um grupo ocupa a gestão do espaço e exerce o poder de escolha sobre a produção e a veiculação de conteúdos audiovisuais, bem como de quais são as formas de participação dos indivíduos desta comunidade.

Geralmente, os gestores deste tipo de canal não se preocupam em buscar resultados enquanto a existência ou não do elemento da liberdade de expressão e exercício cidadão. Há uma indicação de ser comunitário, embora a presença da comunidade se limite a presença através de opinião, mesmo que em temas de interesse público e comunitário. Sua grade é um reflexo de meios de comunicação privados, como uma suposta tendência a buscar audiências. A maior participação se dá na

audiência, quando a comunidade tem permissão de assistir programas que refletem sua identidade cultural.

Pode manter uma estrutura de gestão onde um grupo domina o espaço, embora seja permitida a participação de entidades e de indivíduos na produção e veiculação de conteúdos audiovisuais, inseridos numa grade de programação, geralmente definida por este grupo gestor.

De uma certa forma busca manter o *status quo* de “comunitário” sem necessariamente atender a função social de ser um espaço de diálogo com a produção local, porém não efetiva a plena participação da comunidade nos espaços de gestão.

O **canal de uso comunitário** pode ser definido como aquele que abre espaço ao debate, a presença participativa sobre os temas de destaque da comunidade, nos programas, favorecendo a produção independente local. Permite o exercício comunitário da liberdade de expressão e da participação representativa dos membros de sua comunidade, não necessariamente de toda a comunidade.

Sua fundamentação é pragmática e integrada a participação social, na inserção do cidadão comum como um ente e um agente do processo da comunicação. Há a garantia da participação integral e no exercício do direito à comunicação. Neste caso, os elementos ativos aqui determinantes são: interesses da comunidade pelos conteúdos; integração da comunidade na produção e veiculação destes conteúdos audiovisuais e; gestão participativa.

A liberdade, como um direito de livre expressão de cada cidadão, diferente do direito de informação, é aqui ferramenta para uso e proveito do próprio cidadão e das instituições de representação da comunidade.

Estaria ligada a condição de que qualquer indivíduo, em qualquer parte do mundo, possui o direito de se expressar independente do seu país de origem, da comunidade em que vive, de sua cor, religião, classe ou casta social. É um direito básico que deve ser respeitado incondicionalmente (SEN, 2009: 291).

Observamos que a inexistência de meios de comunicação comunitários poderia gerar riscos a liberdade de expressão, talvez até com alto risco em comunidades onde os estados de direitos democráticos estejam fragilizados, inserido em uma problemática de proteção aos direitos humanos, mais do que de justificá-los, seria *um problema não filosófico, mas político* (BOBBIO, 1992: 24).

Um fator apontado por Amartya Sen quando alerta sobre a importância da *relação da regra da maioria e a proteção dos direitos das minorias*. A proteção aos direitos das minorias e das comunidades em situação de vulnerabilidade, seriam elementos constitutivos das práticas democráticas, incluindo os direitos de indivíduos dissidentes ou discordantes. (2009: 276). A prática democrática deve ser tolerante e inclusiva.

Seria uma possibilidade futura, o estudo quanto o fato da ocorrência destes Media comunitários, bem como dos modelos existentes, em ambientes sociais onde os direitos humanos são escassos ou as democracias estão fragilizadas. Outro aspeto relevante seria a análise das influências acometidas para a sustentabilidade, as influências e pressões que poder interferir no processo de comunicação comunitária, ressaltando que *nas sociedades democráticas, a Comunicação Social desempenha uma atividade de carácter económico* (FAUSTINO & CÁDIMA, 2013: 119).

Um mundo dividido também entre os propósitos da globalização e os interesses de estruturas comunitárias, teria como pressuposto a busca por um equilíbrio de forças, principalmente na na garantia dos serviços e interesse público. As questões comunitárias também evocam princípios de pertencimento territorial.

A existência de meios de comunicação comunitários e a veiculação de conteúdos audiovisuais de produção local, por si só, não têm como garantir que haja uma participação cidadã, mas há uma mais-valia, *a priori*, para o exercício de liberdade de expressão, o que indica um favorecimento ao exercício de voz e imagem dos membros desta comunidade.

BIBLIOGRAFIA

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: 1948.

ALEXANDRINO, J. M. (2014). O âmbito constitucionalmente protegido da liberdade de expressão, In MORAIS, M. L. DUARTE, & R. B. CASTRO, *Media, Direito e Democracia*. Coimbra: Almedina, 41-66.

BARROS, M. D. (2012). Os mídias e os Direitos Humanos na Guiné-Bissau: o caso dos jornais Nô Pintcha, Diário de Bissau e Gazeta de Notícias. *Revista Africana de Mídias*, 20, 83-100.

BECERRA, M., CASTILEJJO, A., SANTAMARÍA, Ó., & ARROYO, L. (2012). *Caixas Mágicas. O renascimento da televisão pública na América Latina*. Madrid: Editora Tecnos.

BENEVENUTO JR., Á. (2005). Canais comunitários se espalham e criam entidade nacional. *Conexão - Comunicação e Cultura*, 4, 121-134.

BENEVENUTO JR., Á. (2005). *De canal comunitário a POA TV: estratégias*. (Tese de doutoramento não publicada). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil.

BOBBIO, N. (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.

BOLAÑO, C., JESUS, S. M. de, & SANTOS, V. A. (2009). *Comunicación, educación y movimientos sociales en América Latina*. Brasília: Casa das Musas.

BRANDÃO, E. P. (2006) Usos e significados do conceito Comunicação Pública. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Publicado em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1037-1.pdf>, visitado em outubro de 2014.

BRENNEN, B. S. (2013). *Qualitative research methods for media studies*. NY/London: Routledge.

BRITO, M. N. (2014). *Média e democracia*. In C. B. Moraes, M. L. Duarte, & R. B. Castro (Org.) *Media, Direito e democracia*. Coimbra: Almedina.

BRITTOS, V. C., & COLLAR, M. S. (2008). Direito à comunicação e democratização no Brasil. In E. Saraiva, P. E. Martins, & O. P. Pieranti, *Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa* (pp. 71-90). Rio de Janeiro: FGV.

- COELHO, P. (2005). *TV de proximidade e os novos desafios do espaço público*. Lisboa: Livros Horizontes.
- CAMPOS, M. A. (27 de Maio de 2010). *TVs Comunitárias no Brasil*. Obtido em 28 de 10 de 2014, de Google Maps: <http://goo.gl/maps/lHwgq>
- Convenção Europeia dos Direitos Humanos* (1953). Roma.
- DAHLGREN, P. (2000). *Television and the public sphere*, London: SAGE Publications.
- DEACON, D., PICKERING, M., GOLDING, P., & MURDOCK, G. (1999). *Researching Communications*. London: Arnold.
- FAUSTINO, P., & CÁDIMA, F. R. (2013). *Políticas públicas, Estado e media* (1ª ed.). Lisboa: Média XXI.
- FERREIRA, F. V. (2015). Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação *Em Debate*, 7 (1), 50-68.
- FONSECA, J. N. (2001) *Regulação política dos meios de comunicação social*. Obtido em 14 de Outubro de 2014, de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65292001000100004&script=sc.>
- HERZ, Daniel (1983). *Introdução de novas Tecnologias de Comunicação no Brasil: Tentativas de implantação do serviço de cabodifusão, um estudo de caso*. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Brasília, Brasil.
- LAKATOS, E.M. & MARCONI, M. A. (1994). *Metodologia Científica*. (2ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- MACHADO, A. (2008). *Televisão: a questão do repertório*. In G. e. BORGES, *Discurso e práticas de qualidade na televisão* (pp. 23-45). Lisboa: Livros Horizonte.
- MCLUHAN, M. (1971). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix.
- MEDINA, M., & LA PORTE, T. (2010). *Globalization and pluralism: reshaping pluralism TV in Europe*. Lisboa: Media XXI.
- MENDEL, T. (2011). *Serviço público de radiodifusão: um estudo de direito comparado*. Brasília: UNESCO.
- MILL, S. (2005). *Utilitarismo*. Porto: Porto Ed.
- MILL, S. (1969). *Da liberdade de expressão*. Lisboa. Dom Quixote.

- MIRANDA, J. (2014). *Liberdade de comunicação social e serviço público de rádio e de televisão*. In M. L. MORAIS, *Media, Direito e democracia* (pp. 25-40). Coimbra: Almedina.
- MIRANDA, J. (s.d.). *Liberdade de comunicação social e serviço público de rádio e de televisão*. Obtido de Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: http://icjp.pt/sites/default/files/papers/jm785_liberdade_de_comunicacao_social.pdf
- MIRANDA, J. (s.d.). *Os novos paradigmas do Estado Social*. Obtido de Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: <http://icjp.pt/sites/default/files/media/1116-2433.pdf>
- MIRANDA, J. A (2008). Dignidade da pessoa humana e a unidade valorativa do sistema de direitos fundamentais. In J. MIRANDA, & M. M. SILVA, *Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana* (pp. 168-176). São Paulo: Quartier Latin.
- NEUMAN, M. I. (2009). Apropriação, tecnologia y movimientos sociales en América Latina. In C. Bolaño, S. M. Jesus, & V. A. Santos, *Comunicación, educación y movimientos sociales en América Latina* (pp. 31-40). Brasília: Casa das Musas.
- NORA, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, 10, 7-28.
- PAIVA, R. (2003). *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Mauad.
- PAIVA, R. (2007). Para interpretar a comunicação comunitária. In R. Paiva (Org.) *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad.
- PAREDES RIVERA, M. A. (2004). *A TV comunitária na construção da cidadania: experiência do canal Fênix de Campinas*. (Dissertação de Mestrado não publicada). UNICAMP, Brasil.
- PEREIRA, A. & POUPA, C. (2003). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- PERUZZO, C. M. (2004). Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In M. J. Oliveira, *Comunicação pública* (pp.49-79). Campinas: Alínea.
- PERUZZO, C. M. (2007). *Televisão comunitária: dimensão e participação cidadã na mídia local*. Rio de Janeiro: Mauad.
- PERUZZO, C. M. (2009). *Televisão comunitária: mobilização social para democratizar a comunicação no Brasil*. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2008 (pp. 89-98). Coimbra: CECS/Pé de Página.

- PERUZZO, C. M. (2014). Comunicação e participação popular. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, XI, 35-38.
- PIERANTI, O. P. (2011). *O Estado e as comunicações no Brasil: construção e reconstrução da Administração Pública*. Brasília: Abras/Lecotec.
- QUEIROZ, A. A. (2009). *Por dentro do governo: como funciona a máquina pública*. Brasília: DIAP.
- RAWLS, J. (2007). *Uma teoria da justiça*. Lisboa: Presença.
- RODRIGUES, A. D. (2013). Questões transversais. *Revista de Epistemologias da Comunicação*, 1 (1), 14-26.
- SEN, A. (2013). *The idea of justice*. London: Penguin.
- SESLIC, M. D. (2013). Controvérsias da política de media dentro da política cultural - conflitos entre interesse privado e responsabilidades públicas. In P. Faustino, *Indústrias Criativas e Clusters* (pp. 237-254). Lisboa: Média XXI.
- SILVA, S. P. (2013). *Participação, transparência, autonomia e independência no campo da mídia pública no Brasil*. Trabalho apresentado ao Congresso da Compólitica. Curitiba.
- TCHEKA, T. (2015). *Os medias na Guiné-Bissau*. Bissau: Edições Corubal.
- VENERAL, D. (2012). Liberdade de expressão e o direito à informação: um contraponto à violação dos direitos e garantias fundamentais e a preservação da dignidade da pessoa humana. In AFFORNALLI, M. C. & GABARDO, E. *Direito, informação e cultura: o desenvolvimento social a partir de uma linguagem democrática*. Anais do Simpósio Comunicação, Cultura de Massas, Globalização e Direito: II Congresso Ciencias, Tecnologias y Culturas (pp. 65-83). Belo Horizonte: Fórum.
- WINNER, M., & PIERANTI, O. P. (2009). Serviços públicos de radiodifusão? Incoerências, insuficiências e contradições na regulamentação infraconstitucional. *Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, XI, 196-211.

Links

A Brief History of Community Media in <http://www.massaccess.org/history>, acesso em 01/11/2016.

ANEXO I - ENTREVISTAS

A1. Guião das entrevistas

Dados sobre o entrevistado

1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

1.1 Nome

1.2 Idade

1.3 Escolaridade

2 SOBRE A TV (ORIGEM, ASPETOS LEGAIS E INFRAESTRUTURA)

2.1 Qual sua função da TV? Há quanto tempo exerce esta função?

2.2 A TV é legalmente constituída, possui identidade jurídica? Como é caracterizada?

2.3 É registada em algum órgãos?

2.4 Quais instrumentos legais garantem seu funcionamento?

2.5 Como a legislação do seu país trata a existência de TVs Comunitárias?

2.6 Como surgiu a TV? (Como, porque, quem são os fundadores)

3 PRESENÇA E ALCANCE

3.1 Qual a área geográfica de atuação da TV? Para onde produz e veicula seus conteúdos?

3.2 A comunidade tem acesso ao conteúdo veiculado pela TV? Por quais meios?

4 SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DA TV

4.1 Quais atributos a TV possui? Produtora, programadora, distribuidora?

5 PRODUÇÃO

5.1 A TV produz seus próprios conteúdos? Há produção independente?

5.2 Quem produz os conteúdos da TV? E onde?

5.3 A comunidade tem acesso aos meios de produção do canal? O canal disponibiliza infraestrutura (pessoal e equipamentos) para esta produção?

5.4 Como a comunidade participa na produção de conteúdos? (Convidado para entrevistas, depoimentos, indicação de pautas, produtores independentes ...) A TV aceita conteúdos produzidos fora do canal?

5.5 Quantas horas semanais são produzidas fora da TV?

6 PROGRAMAÇÃO

6.1 Sobre os conteúdos produzidos fora da TV, como eles chegam ao canal? (SE FOR O CASO)

6.2 Há custos para os conteúdos serem veiculados no canal?

6.3 A comunidade participa da escolha de temas da programação? Pode propor pautas e programas e de que forma?

6.4 Quem escolhe a grade de programação a ser veiculada? Há algum tipo de conselho de programação?

7 PLANEAMENTO E GESTÃO

7.1 Existe algum tipo de conselho gestor? Quem faz parte dele?

7.2 Quais as instâncias de decisão do Canal? Quem decide sobre a gestão?

8 OPINIÃO PESSOAL

8.1 Como definir comunicação comunitária?

8.2 O que é Liberdade de Expressão?

8.3 Canais comunitários garantem a Liberdade de Expressão? Porque?

9 SUSTENTABILIDADE

9.1 Como o canal sobrevive? Quais as formas de receita?

9.2 Qual a expectativa de futuro para a comunicação comunitária televisiva?

A2. Transcrição de entrevistas - Representantes/coordenadores das televisões

a) Mário Jefferson Leite Melo, TV CIDADE DE TAUBATÉ.

Data: 10 de Outubro de 2016

Gravado em vídeo por Cláudia Melo, em Taubaté, enviado em arquivo digital.

Dados sobre o entrevistado:

Mário Jefferson Leite Melo, 62 anos, diretor presidente da TV Cidade, reside em Taubaté, Estado de São Paulo. É diretor presidente, há 14 anos.

Entrevista:

A TV é uma organização não governamental, entidade sem fins lucrativos, na designação de OSCIP - Organização Social de Interesse Público, registada no cartório de títulos e documentos.

A existência da comunicação comunitária televisiva é regida no Brasil pelas Leis nº 8.977 de 1995, e Lei. nº 12.485 de 2012. A legislação do Brasil não estabelece um diploma legal para o segmento das televisões comunitário, primeiro que há uma falta de entendimento do próprio governo e legisladores sobre o que sejam TVs Comunitárias. Falta um marco regulatório que defina o que é TV pública e o que é TV comunitária.

A TV Comunitária de Taubaté "nasceu de um sonho" acalentado, quando acreditávamos que a comunicação social no Brasil poderia ser diversificada, ser de fato democrática, participativa e que pudesse contar com a participação direta da comunidade, daqueles que deixariam os noticiários policiais para se tornarem notícia pelo que são, pelo que fazem de bem.

Em 2002, a TV Taubaté inicia suas transmissões ininterruptamente. A sua fundação decorreu através do próprio Jefferson, sua esposa e outros companheiros que apostaram como Júlio Evangelista, Luís Carlos Pinto (atualmente na TV Câmara em Pindamonhangaba), entre outros.

A área geográfica da TV é restrita a 3 municípios: Caçapava, Pindamonhangaba e Taubaté. Além da veiculação disponibilizada através do

sistema de acesso condicionado (TV por cabo), a programação da TV fica disponível na Internet através de canal do YouTube.

Através de fanpage no Facebook a programação é divulgada e a comunidade pode utilizar o espaço para interagir com a programação, através de opiniões e mensagens inclusive sugestão de pautas e programas.

Começou como uma programadora de conteúdos. Posteriormente sentiram a necessidade de produzir conteúdos e mais adiante passaram a ser distribuidora de conteúdos para outras TVs.

Grande parte dos conteúdos são produzidos pela própria equipe da TV, também recebem conteúdos de produtores independentes da própria cidade e também de outros municípios.

A TV possui uma produtora com equipe de produção própria. Existem alguns programas que são produzidos pela TV, de interesse da comunidade e produzidos pela comunidade, utilizando a infraestrutura da TV, disponibilizando equipamentos e pessoal.

Buscamos desenvolver uma linha de atividades que envolvam a pluralidade, onde a comunidade é chamada a discutir todos os temas de interesse seja na área social, desporto, lazer, cultura. Uma participação efetiva, mantendo-se programas de entrevista diários, que abordam questões específicas.

Há programas de debate onde busca-se levantar casos da comunidade que precisam de solução imediata.

A veiculação é 24 horas, diárias, com 12 horas de programação diária e 12 horas de reprogramação (reprises). Destas 4 horas são próprias da TV comunitárias e as outras 12 horas são de produções que recebem.

Possuímos parcerias na veiculação de conteúdos com outras organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil, Petrobrás, Associação Nacional de Diabéticos, Polícia Civil, todos com cunho informativo.

Embora sejam uma ONG, as despesas de manutenção são rateados entre os interessados em veicular no canal.

A grade de programação é feita pelos próprios colaboradores do canal, através de reuniões entre equipe, apresentadores, parceiros. Devem ser respeitados os critérios de veiculação do canal que se abstém de veicular conteúdos violentos, policiaiscos, discriminatórios.

Já houve um conselho de programação, mas não funcionou, porque na prática apenas duas ou três pessoas participavam. Há um conselho gestor e um conselho fiscal, formados por membros da comunidade que se encarregam de fazer parte da diretoria geral do canal. A gestão é determinada pelo diretor presidente.

Opinião sobre comunicação comunitária?

Comunicação comunitária é definida pela interação do público com os conteúdos e com a necessidade da liberdade de expressão. Através da comunicação comunitária é possível chegar mais próximo da verdade de cada indivíduo que vive, principalmente, na periferia, que tem anseios, desejos, que tem a sua verdade que precisa ser exposta e discutida.

É a ponte entre a informação, o conteúdo e a população.

Como definem o termo Liberdade de expressão?

Liberdade de expressão baseia-se pela democratização da comunicação onde todos possam ter voz e vez.

Canais comunitários tentam manter esta liberdade de expressão. A maioria deles consegue, a duras penas exercer isto. Alguns, infelizmente, são obrigados a prostituir sua grade para que possam sobreviver. A maioria continua na luta para que seja possível sem que tenha que se quedar ao capital. A liberdade de expressão, tão sonhada, tão acalentada, um dia será conquistada.

Como sobrevive o canal?

O canal sobrevive da tercerização da sua grade de programação, através de apoios culturais das empresas locais, venda e receitas de produções independentes realizadas pela emissora e através de doações.

Sobre o futuro?

Atualmente, estamos querendo que haja uma reformulação na comunicação comunitária, porque está muito longe de ser o que sonhamos ou tencionamos. Embora, haja uma lei que os permita veicular a produção, ainda

existe também a proibição de veiculação de publicidade local que possam dar sustentação.

b) Demba Sanhá, TVKlelé

Data: 29 de Agosto de 2016

Gravado em vídeo por Maria Alice Campos em Queluz/Amadora/Portugal.

Dados sobre o entrevistado:

Demba Sanhá, Guiné-Bissau, 37 anos, escolaridade 12^a classe. Trabalha nas televisões comunitárias da Guiné-Bissau. Diretor da Televisão Comunitária de Klelé e coordenador das TVs comunitárias da Guiné-Bissau. São quatro TVs comunitárias que existem na Guiné-Bissau.

Neste momento, a TVKlelé, ao qual é diretor, está a presidir a Rede Nacional de Rádios e televisões comunitárias da Guiné-Bissau, no qual está a exercer o cargo de presidente da rede.

Decupagem:

Quantas TVs e Rádios existe na Guiné-Bissau?

Fazem parte da rede 32 rádios comunitárias e 4 TVs comunitárias. Há um pouco mais de rádios comunitárias no país.

Há quanto tempo está na TVKlelé? E a quanto tempo na atual função?

Está na TVKlelé desde 2003 e está na função de coordenador desde 2006.

A TVKlelé é uma TV legalmente constituída?

A TV é um órgão de comunicação comunitária, um instrumento de animação comunitária, tanto que depois da existência das rádios comunitárias no país, sobretudo da rádio Voz de Quelelé, que foi a primeira rádio constituída na Guiné-Bissau, como tem desenvolvido atividades comunitárias, participação comunitária, permitindo as pessoas conseguir falar, sensibilizarem, educarem e informar para os cuidados, sobretudo ligado a saúde, educação, meio ambiente, entre outras coisas. Este impacto que a rádio fez com essa comunicação, viu-se bem que seria bom associar a parte auditiva, que é da rádio, e a parte de imagem,

que era para melhor transmitir a mensagem e conseguir atingir aos objetivos que pretende-se com esta forma de se fazer comunicação.

Portanto, daí surgiu a TVKlelé.

TVKlelé foi autorizada a emissão pelas autoridades nacionais, caso que o Ministério da Comunicação Social. Tiveram uma declaração de que poderiam fazer a comunicação que estavam a fazer, mas atualmente a TVKlelé está legalizada como uma Associação, tem o seu Estatuto jurídico e é um órgão de comunicação legal.

*Existe Lei específica na Guiné-Bissau para a comunicação comunitária?
Para televisão comunitária?*

Recentemente foi aprovada na Assembleia Nacional da Guiné-Bissau uma lei para órgãos de comunicação em geral e, em particular para órgãos de comunicação comunitária. E neste documento está cifrado tudo como as regras são feitas e como se pode desenvolver a comunicação, portanto é nessa ótica, as TVs comunitárias estão incluídas neste leque de regras que foram instituídas pelo Estado da Guiné-Bissau e há uma lei recente (já foi promulgada ou está em fase de promulgação pelo presidente da república) dos órgãos de comunicação comunitária.

Você participou da constituição desta lei?

Diretamente não, mas participaram através da rede. A Rede, o anterior coordenador ele foi ouvido pelas entidades que estiveram envolvidas na elaboração do documento e desta forma a TVKlelé deu a sua contribuição. Foram também ouvidas as formas como os órgãos de comunicação comunitária se desenvolviam. A participação foi feita, de forma indireta, mas foi garantida a participação sobre o tema.

Como surgiu a TVKlelé e como o Demba entrou para a TV?

A TVKlelé surgiu como um cumprimento das formas que a rádio estava desenvolvendo a comunicação dentro da comunidade. Então a TVKlelé surgiu para associar a parte auditiva e a parte da imagem.

Nos primeiros tempos, a TVKlelé fazia a reportagem, sobre diferentes temas que estão ligados a educação, cultura, saúde, desporto, temas do interesse

dentro da comunidade. A TVKlelé fazia reportagens e montava programas e esses programas eles iam ao interior do bairro, em diferentes zonas, para projetar em um televisor com um pequeno ecrã. Exibiam através daqueles aparelhos, imagens onde a população assistir aquelas imagens onde eles mesmos eram protagonistas das emissões.

Quem eram essas pessoas que começaram a TVKlelé?

Demba não fazia parte do grupo, mesmo no início também não estava lá. Foi uma iniciativa da associação dos moradores do bairro de Quelelé, com o apoio da ONG AD, que está a intervir na Guiné-Bissau e também no bairro de Klelé.

A ONG AD apoiou esta iniciativa da associação dos moradores, porque a ONG havia visto uma experiência do Brasil, ligado as TVs comunitárias. Pegou nesta experiência e foi desenvolve-la na Guiné-Bissau.

Eles tinham visto a TV na rua, de tal forma captar imagens, pegar jovens que são principiantes, sobretudo na comunicação, jovens locais. Filmar problemas ligados a comunidade e desenvolveram informação dentro da comunidade, permitindo as pessoas da comunidade, que não têm oportunidade de falar nas TVs Estatais e TVs de outros canais. TV comunitária, qualquer um que está na comunidade tem oportunidade de dar sua contribuição.

Não sabe o local do Brasil onde foi.

Entrou na TVKlelé dois anos depois de sua constituição. Entrou como os jovens do bairro, que queriam manejar uma câmara.

Área geográfica de atuação da TV?

Atua no bairro de Quelelé e nos bairros periféricos de Bissau. Desenvolve muitas atividades ligadas a toda capital.

Que tipo de atividades?

Produzem programas ligados a saneamento básico, sobretudo porque uma das preocupações no meio da nossa comunidade é o saneamento, higiene, como as pessoas podem melhorar as técnicas de gestão do lixo. Porque as pessoas produzem muito lixo na Guiné-Bissau e a Câmara não tem capacidade de escoamento do lixo. É preciso se mobilizar dentro de cada comunidade formas de

gestão de lixo e como podem melhorar ou contribuir para apoiar a câmara municipal de Bissau.

A TVKlelé produz e veicula os conteúdos produzidos.

Com o crescimento do número de pessoas que querem assistir a estas produções, atualmente a TVKlelé exibe seus conteúdos em espaços abertos, campos de futebol, praças, através do uso de telão e projetor.

A equipe da TV vai para um sítio e projeta sua emissão e promovem um debate. Ao final de cada projeção é promovido um debate sobre o vídeo exibido e a TVKlelé transmite ao vivo, para o telão, as opiniões das pessoas, chamam de "câmara aberta."

Assim eles levam a informação junto a comunidade de Quelelé, como também realizam esta dinâmica em outros bairros que fazem parte da cidade de Bissau.

Outro tipo de programa realizado é a "TV Móvel", quando vai ao interior, a um outro local, outra região do país. Faz uma reportagem local, recolhem a informação, montam no local e projetam, onde só as pessoas do local participam do debate. Foi desta forma que nasceram as outras televisões comunitárias que estão no interior da Guiné-Bissau.

Quanto fazem este deslocamento, exibem conteúdo só daquela região ou levam também conteúdos produzidos em Bissau?

São levados conteúdos produzidos em Bissau, porque há conteúdos que tem interesse também em outras zonas, como troca de experiência. Pode se tomar uma experiência e mostrar uma ideia, por exemplo, como a associação do bairro de Quelelé organiza para fazer a limpeza, para ter acesso a água, prevenção de doenças.

Se há naquela localidade do interior uma situação também que pode interessar, pode servir para a comunidade do bairro de Quelelé, eles trazem para exibir.

Quais conteúdos são transmitidos?

Conteúdos próprios e também conteúdos de outras TVs Comunitárias de Bissau.

Por enquanto só conteúdos produzidos pelas TVs comunitárias, porque os conteúdos individuais ainda não possuem condições para transmissão. Há pessoas que colaboram, que fornecem informações, mas há pessoas que possuem conteúdos como filmes, documentários, outras, que podem contribuir para a comunidade.

Há sessões de filmes e conteúdos independentes.

A TVKlelé contribui com a produção de conteúdos individuais de membros da comunidade, desde que esteja de acordo com a linha da comunicação comunitária.

Quais as formas de participação da comunidade da TV, para além da audiência?

Na elaboração dos conteúdos, a equipe da TV enquanto técnicos das TVs Comunitárias também são membros da comunidade. Logo a principio, já tem ideia do que acontece dentro da comunidade.

Mas isso não é suficiente, para complementar há participação através da associação de moradores do bairro, se for necessário participam da reunião da redação. A comunidade ajuda na elaboração dos conteúdos.

Os jovens da TV comunitária, jornalistas, repórteres são membros da comunidade, sabem diariamente o que acontece, estão atentos a acompanhar os temas que podem ser desenvolvidos em programas. Independente disto, a comunidade participa através de forma organizada através da associação de moradores e agrupamento dos jovens que estão no bairro, organizados no bairro, como também agrupamentos de mulheres.

Os líderes destas organizações (agrupamentos) por vezes participam das reuniões da redação e ver os conteúdos que podem ser desenvolvidos e quais contributos.

As reuniões de redação decorrem de acordo com a demanda de programas. Não uma produção constante e regular de programas. A programação de exibição depende dos conteúdos que estão disponíveis.

por exemplo, há períodos que há menos produções, porque não apenas fazem informação, constantemente a fazer notícias como os órgãos de comunicação fazem habitualmente, com informações diárias. A informação comunitária produzida é periódica, recolhem os acontecimentos que houveram num determinado período. Se em uma semana acontecer muita coisa que interesse

a comunidade, que valha a pena trazer para a discussão, é levado para exibição. Se dentro de uma semana não ocorrer temas que podem ser objeto de debate, isso pode arrastar uma nova programação para até duas semanas, as vezes três, ou mesmo mensal.

A veiculação para a comunidade é feita de acordo com a demanda de produção realizada, ao longo de cada período.

Como a comunidade que é dia de exibição e a hora?

Há um trabalho de colaboração com a rádio. Quando vai haver uma emissão da TV, é anunciado pela rádio comunitária Voz de Quelelé, toda a comunidade já fica sensibilizada. Durante a emissão, "a rádio entra em cadeia". Monta o equipamento no local da emissão e retransmite na rádio. Só as pessoas que estão no local, a ver a transmissão da TV Quelelé ao vivo, conseguem ver e ouvir o que acontece e participar do debate. Porém, as pessoas que não estão presentes, podem acompanhar através da rádio o programa e o debate.

No campo polivalente, com sua bancadas, fica lotado para as transmissões. Os números podem ser de 500, mil, duas mil pessoas. Através da Quelelé o alcance de mais de 60 Km.

Depois das emissões, as pessoas que participaram tem por hábito divulgar o que veem. Transmissão oral.

Por exemplo, passaram um vídeo de sensibilização sobre o Ébola, de como se pode prevenir esta doença e as pessoas que assistiram passam a ser portadores da informação para sua família e outros membros da comunidade.

O idioma utilizado é o Crioulo da Guiné-Bissau, que toda gente consegue perceber:

Há pessoas que não entendem outros idiomas ou das outras etnias que estão na Guiné-Bissau. O Crioulo toda a gente consegue perceber.

A TV produz programas de vulgarização de técnicas agrícolas, de forma a ajudar as comunidades no interior, ou mesmo para valorizar os produtos locais, tudo é produzido em Crioulo.

Sobre planeamento e gestão. Como funciona? Existem conselhos, organismos, direção? Quem decide?

A TV possui um Conselho de Administração em que estão diferentes entidades e representantes do bairro. Associação dos moradores, ONGs que apoiam o desenvolvimento no bairro, agrupamentos de jovens, agrupamentos de mulheres, assim compondo o Conselho de administração.

Há uma direção técnica, que é composta por diretor, técnico responsável por administração e finanças, responsável por programas.

Como define Comunicação Comunitária?

A comunicação comunitária (para mim) é uma comunicação de proximidade, porque com a comunicação comunitária você consegue trazer as pessoas que sentem que são minimizados na sociedade e essas pessoas conseguem nos órgãos de comunicação comunitária dar a sua voz, dar a sua palavra e contribuir para o desenvolvimento. Conseguem sentir também que são importantes, sentem-se que são valorizados porque conseguem falar.

Comunicação comunitária tem mais proximidade vai junto das pessoas, menos vistos na sociedade. Consegue trazer pessoas lá da família, da comunidade, dos camponeses, de toda camada social, para poderem falar e contribuir para o seu próprio desenvolvimento. Porque o programas que nós fazemos a comunidade vai lá discutir os seus próprios problemas.

A própria comunidade vai procurar suas soluções, de como resolver os seus problema, que eles tem na comunidade, sem espera do Estado ou de outras pessoas para o ajudar.

A própria comunidade discute os seus problemas e busca soluções para os seus problemas. Esta dinâmica que as TVs Comunitárias tem desenvolvido com todos os outros órgãos de comunicação comunitária tem desenvolvido, para minimizar o sofrimento da população: doenças, culturas locais, porque as zonas, por exemplo estão a perder muita coisa que estão ligadas as culturas tradicionais, locais. E órgão de comunicação comunitária vão resgatando estas informações, este saberes tradicionais que já estão a perder, que é trazer para cima, para as pessoas valorizarem isso.

Como define liberdade de expressão?

A liberdade de expressão é permitir cada um poder exprimir o seu ponto de vista, deixar cada um exprimir o que entende, pode ser que não seja uma coisa

correta, mas que seja uma contribuição e que seja valorizada a sua palavra, em que ninguém se sente medo de falar.

Acha que canais comunitários favorecem a liberdade de expressão?

Canais comunitários favorecem a liberdade de comunicação porque permite toda a pessoa, toda classe social uma voz, um microfone para poder dar a sua palavra, para poder dar a sua mensagem, para poder contribuir para o seu desenvolvimento e bem estar.

E esta facilidade que as TVs comunitárias, os órgãos de comunicação comunitária dão possibilidade aos membros da comunidade, isto tem contribuído para minimizar as doenças, fome, muita coisa.

Quando fala de liberdade de comunicação é a liberdade das pessoas poderem falar, terem a oportunidade de comunicar, terem a oportunidade a sua opinião. Portanto, é também os órgãos de comunicação comunitários poderem também exercer o seu trabalho junto das pessoas e sentirem intimidados quando vai ou quando quer trazer um tema para o público ou para o debate. Para não sentir censurado, não sentir medo de trazer aquele tema.

Como é a relação da TV Comunitária com os outros órgãos de comunicação social na Guiné-Bissau?

Existem canais estatais, nacionais, por exemplo, existe televisão nacional, rádio nacional, também existem rádios privadas. As TVs Comunitárias estão ligadas a todos. A TVKlelé tem uma parceria com a televisão nacional em que alguns programas da TVKlelé, que a televisão nacional acha que é interessante por e passar, porque TV Nacional consegue emitir para mais população. Portanto temas que tomam e emitem.

A TV Nacional da Guiné-Bissau (TVG) é pública, estatal.

Os programas da TVKlelé passam na TVNacional. Possuem uma relação totalmente aberta com outros órgãos de comunicação social.

Existe cooperação, por exemplo, quando precisam estagiar uma pessoa, ou quando a TV Nacional quer um técnico da TV Comunitária, que acharem que pode trabalhar na TV.

Como a TVKlelé sobrevive?

a sobrevivência das televisões comunitárias dependem dos donativos. Há parceiros no desenvolvimento, ONGs que estão a intervir nas zonas para apoiar o desenvolvimento e as TVs comunitárias são parceiros destas ONGs, para desenvolver também as suas atividades. Participam com as organizações, para também poderem contribuir para o desenvolvimento que estão a apoiar. E produzem conteúdos que são ligados as suas intervenções no terreno. E estes conteúdos revertem muitas vezes em apoio monetário para subsidiar o pessoal das televisões e, como também, fornecem em apoio nos equipamentos. Estes equipamentos que conseguem apoiar na produção com o funcionamento diário das TVs.

Não há cobrança para veicular conteúdos. O que se cobra é a produção. Há certos conteúdos que são ligados a ONGs e organizações parceiras que a TVKlelé recebe um valor que poderá subsidiar o pessoal que esteve a fazer o trabalho, como também para poder comprar os equipamentos que irão melhorar o trabalho local da TV ou que vai permitir continuar a fazerem o trabalho. E há sempre situações que a cobrança não seja diretamente com dinheiro, mas com equipamento.

Já produziram programas de muitas organizações, documentários, que reverteram em contrapartida compraram equipamento tipo câmara, microfone, combustível.

A TVKlelé utiliza um equipamento da ONG AD que é uma unidade móvel. Então, quando a TVKlelé precisa a ONG AD fornece a unidade móvel sem cobrar nada. Então, quando a ONG AD precisa fazer emissões, a equipe da TV acompanha para dar apoio técnico.

Qual sua expectativa para o futuro da comunicação comunitária?

Poderia ir trabalhar em outros sítios, com a pouca experiência que já adquiriu, poderia ganhar dinheiro, mas tem a paixão de desenvolver essa atividade da comunicação comunitária, por lutar para elevar o nível deste sistema de comunicação. porque é um sistema de comunicação que permite estar junto das pessoas. Permite viver o sofrimento de outras pessoas, permite viver a alegria de outras pessoas, permite conhecer muito bem a comunidade onde está inserido. permite conhecer altos e baixos das pessoas. permite muita coisa.

Dá aproximação com as pessoas.

Em 2015 e ainda em 2016, a Guiné-Bissau estava a beira da doença Ébola, porque o país vizinho, que tem fronteira, tinha a doença. Mas graças a influência dos órgãos de comunicação comunitária muitas doenças se consegue evitar.

A expectativa é de que comunicação comunitária, na Guiné-Bissau, que já tem ganhado uma dimensão muito grande, continue a crescer.

c) Francisco Gamito e Francisco Garcez, ARROIOS TV

Entrevistados: Francisco Gamito, produtor executivo da Arroios TV e da comunicação da Junta de freguesia de Arroios e Francisco Garcez, coordenador editorial.

Estão na TV desde o início das atividades em 15 de outubro de 2015. Anteriormente, já estavam na comunicação da junta de freguesia.

Entrevista:

Como surgiu a TV? (Como, porque, quem são os fundadores)

Para falar da TV é preciso falar da candidatura da atual presidente da junta, Margarida Martins, que tinha entre suas promessas e desejos fazer uma televisão de proximidade, querendo inovar no projeto levando a comunicação mais a frente, a fundar uma televisão de junta de freguesia, a primeira televisão de uma junta de freguesia.

Já tinha sido pensado anteriormente.

A Arroios TV insere-se em um projeto de comunicação mais vasto da junta de freguesia de Arroios, que engloba vários canais de comunicação: o jornal de Arroios, a revista trimestral AR Magazines, o Jornalinho (infantil), o site, o facebook.

Não esquecendo todos os cartazes e "publicidade" (entre aspas) que fazem de eventos que a junta de freguesia promove para toda a comunidade.

Área geográfica?

Os conteúdos da Arroios TV são transmitidos para todo o mundo. Qualquer pessoa pode aceder através do link online aquilo que estão a transmitir. É claro que os conteúdos que fazem parte da televisão tem uma perspetiva mais

local, ou seja, dão primazia a aquilo que tem a ver com Arroios, direta e indiretamente. Isso não quer dizer que não seja transmitido para todo o mundo.

Qualquer pessoa os podem ver www.kanal/5050. Ou no Meo canal 5050.

Isto também é pouco com a pergunta sobre já termos pessoas de outras partes do mundo que, ou nasceram em Arroios ou cresceram em Arroios e também, graças ao canal sentem esta proximidade.

Já receberam feedback positivos de pessoas que estão em outras partes do mundo, mas também acompanham a ArroiosTV e esse é um dos objetivos do canal, dar as pessoas que não estão em Arroios estes mesmos conteúdos.

Produção?

Há vários programas, produzidos e veiculados pelo próprio canal. Todos os conteúdos são muito variados, mas são interna. Há uma equipa de cameras, editores, produtores, jornalistas. E com isto, fazem tudo para que não precisem recorrer ao meio externo para fazer qualquer tipo de programa. Apenas têm convidados especiais, coptados, mesmo em termos de produção interna, para enriquecer os conteúdos de cada programa. Também tem questões editoriais que são decididas internamente. A TV está aberta a sugestões a comunidade, a ideias, a propostas.

Estão abertos a receber propostas de programas piloto, embora ainda não seja uma realidade na programação.

Mas, para fazer um programa para a Arroios TV, para além do guião de um programa, também exigem que as pessoas pensem numa temporada.

Em televisão não é possível pensar em curto prazo, é preciso pensar na proposta para a comunidade a partir da produção de temporadas. Possuem um programa de cinema que recebem conteúdos, curtas metragens.

Resta virem boas ideias.

O movimento parte das pessoas para a Arroios TV, para apresentarem uma ideia.

Outra coisa é quando a TV vai ao encontro das pessoas, isso acontece num noticiário, Arroios informação diário, quando fazem peças nas quais contam com as declarações das pessoas (membros da comunidade) que vivem Arroios, atenção, que vivem em Arroios, mas que vivem Arroios, estão ligadas a associações, empresas, escolas, espaços vivos na comunidade.

Têm um programa de associações em que vão ao encontro das associações que existem na freguesia, ouvem o que os dirigentes e outros envolvidos tem a dizer sobre o tema.

Prometeu, responde. O que as pessoas tem a dizer sobre a junta de freguesia e a própria presidente da junta responde. O programa recebe perguntas das pessoas por e-mail, por telefone e também em gravações de externas.

Quem escolhe a grade de programação?

A equipa de comunicação.

De segunda a sexta-feira tem sempre o Arroios informação e sempre uma estreia semanal, após o jornal das 21 horas. Anunciado sempre no Facebook, para além da televisão.

Quem decide sobre a gestão?

A ARROIOS TV é um canal que está sob a alçada da junta de freguesia de Arroios, portanto a figura máxima, em termos de decisão, é a sempre a presidente da junta de freguesia e diretora geral do canal.

Opinião sobre comunicação comunitária.

A Comunicação comunitária tem muito a ver com aquilo que a Arroios TV faz, que é uma comunicação de proximidade. Uma televisão de proximidade. E há interesse por parte das pessoas de ter acesso a uma comunicação que vai ao encontro de assuntos que estão próximos delas.

Os conteúdos produzidos, embora tenham um carisma, não tanto a ver só com a Arroios, mas fazem para ser visto em todo mundo, tem sempre o cuidado com a comunidade.

É a única televisão a transmitir em direto uma assembleia de freguesia, para que as pessoas possam estar mais em contacto com o canal, quer sejam através dos conteúdos de Arroios; como dedicados ao comerciantes da freguesia, ou sobre a arquitetura em Arroios. a preocupação é criar um sentimento de comunidade, proximidade, para fazer "Arroios um lugar cada vez mais desejado" (PERCEBA, a citação da frase de campanha da junta).

Como definem o termo Liberdade de expressão?

A Liberdade de expressão é poder ter acesso as plataformas que veiculam livremente a informação. Sem qualquer tipo de censura.

Todas as pessoas são livres para acederem a aquilo que querem.

Antigamente, se calhar, em vários países isso não foi possível, mas felizmente hoje em dia, cremos que a liberdade de expressão existe e deve ser mantida porque é importante para a democracia e para as liberdades.

Importante esses dois vetores da liberdade de expressão , que é a liberdade de expressão por quem produz, que hoje é estimulada pelas redes sociais e por outros tipos de canais que possibilitam essa manifestação daquilo que é nossa opinião. E depois, liberdade de acesso a informação.

Acreditam que comunicação comunitária ou com a comunidade garante a liberdade de expressão? Porque?

Há um contributo para esta liberdade de expressão. Porque ajuda com as pessoas tenham acesso a informação. Porque liberdade de expressão não é só dizer aquilo que te apettesse, é estar social informado para que possa manifestar livremente sua opinião. E o acesso livre a informação, que é proposto na Arroios TV prestam e que está facilmente acessível a toda gente é um contributo para que a pessoa também possa manifestar livremente.

Qual a expectativa para o futuro da comunicação que é feita pela Arroios TV?

Estão a ser pioneiros, no sentido de numa área, principalmente numa área de Lisboa, estão a dar a conhecer as pessoas o que acontece, que é muita coisa. E tem uma transparência "total" porque não fazem só notícias internas, sobre a junta, mas vão ao encontro das pessoas, das associações, dos eventos e querem dar transparência de informação e tudo que se passa na freguesia. E já estão a ser pioneiros nisto.

Quanto a produção de programas e quanto a questão de conteúdos editoriais que fazem, assim como a união das várias formas de comunicação (TV, magazine, etc) se faz notar porque percebem isso também pelas falas das pessoas. São as próprias pessoas que dizem feedbacks positivos.

O futuro passa muito pela noção de comunicação de proximidade, ou pela comunicação comunitária. Lembra a transmissão da Assembleia que será transmitida ao vivo e que fica a disposição da comunidade, isso tem muito valor porque as pessoas estão interessadas em saber o que se passa a nível local.

ANEXO II - ESTATUTOS DAS TELEVISÕES COMUNITÁRIAS

a) TV Cidade de Taubaté

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE TAUBATÉ

Rua Anítoz Ortiz Monteiro, 122, CEP 12010-000 - Taubaté - SP - Fone: (12) 2125-4277 CNPJ nº50.463.801/0001-61

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de dois mil e nove, na sede da ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ, localizada à Rua Irmã Henriqueta 136 Vila São Carlos - Taubaté - Estado de São Paulo, em cumprimento ao EDITAL DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA publicado no jornal "A Voz do Vale", Edição Nº 20.946 de 10 de novembro de 2009, página 05, em cumprimento ao sugerido pelo Ministério da Justiça através da Análise nº. 0077/2009 VICOT/COESO/DEJUS/SNJ/MJ de 22 setembro de 2009, para cumprimento das exigências do Decreto nº. 3.100/99 e de acordo com os requisitos estabelecidos na Portaria nº. 30 da Secretaria Nacional da Justiça, de 20 de junho de 2005 e ainda Lei nº. 9.790/99 resolve colocar em votação a modificação do ESTATUTO SOCIAL de acordo com a legislação citada. Inicialmente o **Presidente** jornalista **Mário Jefferson Leite Melo**, nomeou a mim, **Carlos Rogério Antunes da Silva**, como **secretário** para fazer as anotações e fez uso da palavra saudando os presentes e explicando as razões da realização da Assembléia Geral Extraordinária da forma em que foi convocada. Disse que ao ser apresentado o ESTATUTO para votação, acabou por deixar de fora várias ações que são realizadas por esta entidade, notadamente para possibilitar o registro como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o que acabou por indeferir a pretensão, mas que abria um novo prazo para que o equívoco fosse corrigido. Sugeriu incluir, no Artigo 2º do Estatuto Social, os seguintes itens: IX - Promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; X - Promover o voluntariado; XI - Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais; XII - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologia alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades contidas na área da comunicação comunitária; XIII - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. Após as necessárias explicações, foi sugerido que o ESTATUTO com as necessárias modificações e alterações, junto com a presente ATA fosse encaminhada para registro para que produza seus efeitos legais e de igual sorte, copia da presente ata e do novo ESTATUTO já reestruturado, fosse encaminhado para a Coord. De Títulos e Qualificação OSCIP - Esplanada dos Ministérios Bloco T, 326 - Anexo II, Zona Cívico - Administ. CEP 70064-900 - Brasília - DF - para as necessárias anotações e registro na qualificação de OSCIP. Foi lido o novo ESTATUTO e achado conforme, aprovado por todos e será encaminhado para os devidos registros. Após as devidas comunicações, deixou a palavra em aberto para quem quisesse fazer uso. Como ninguém quis fazer uso da mesma e não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a presente assembleia, determinado que fosse a lavrada a presente ata que após lida e achada conforme, vai assinado por todos e encaminhada para registro nos setores competentes. Taubaté, 18 de novembro de 2009.

MÁRIO JEFFERSON LEITE MELO
PRESIDENTE

ATA EXTRAÍDO DO LIVRO Nº 01 DE REGISTRO DE ASSEMBLÉIAS DA ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORA E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ, PÁGINAS 15 À 17

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
RUA ANÍTOZ ORTIZ MONTEIRO, 122 - TAUBATÉ - SP
PAULA DE CASTRO RIBEIRO MACEDO
MICROFILME nº 045204

Associação das Entidades Administradoras e Usuárias do Canal Comunitário da Cidade de Taubaté
Fundada em 30 de julho de 2002
Tel/fax: 12 3624-8656
tvcidade@viva.com.br

TV CIDADE TAUBATÉ

Ministério da Cultura
Secretaria de Cidadania Cultural

Cultura

Ministério da Cultura
Secretaria de Cidadania Cultural

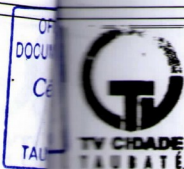
Cultura

Ministério da Cultura
Secretaria de Cidadania Cultural

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE TAUBATÉ

Rua Anízio Ortiz Monteiro, 122/ CEP 12010-000 - Taubaté - SP - Fone: (12) 2125-4277 CNPJ nº50.463.801/0001-61

Rua Irmã Henriqueta 136 Vila São Carlos - Taubaté - SP
Cep: 12070-190

CNPJ 05.856.414/0001-71

Associação das Entidades Administradoras e Usuárias
do Canal Comunitário da Cidade de Taubaté

Fundada em 30 de Julho de 2002

Tel/fax: 12 3624-8656

SOMOS

tvcidade@vivas.com.br



ESTATUTO

ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS
CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ

• CAPÍTULO 1 - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E AFINS.

Art. 1º - A ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ também designado pelo nome de fantasia **TV CIDADE**, sob a forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, e duração por tempo indeterminado, com sede à Rua Irmã Henriqueta, 136 - Vila São Carlos - no município de Taubaté - Estado de São Paulo e foro em Taubaté.

Art. 2º - A ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ tem por finalidade:

- I - fomentar, por todas as suas instâncias e meios, a democratização da comunicação;
- II - garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando liberdade de expressão aos representantes das entidades associadas, buscando sempre a unidade na ação;
- III - orientar sua ação por princípios éticos e de igualdade, participação, representação da pluralidade e solidariedade;
- IV - defender a solidariedade entre os povos, o ambiente natural, a biodiversidade e os recursos naturais não renováveis, os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas e a justiça social;
- V - Assegurar o exercício do direito de expressão, de geração de informação e de produção cultural a todos os segmentos sociais;
- VI - fomentar a capacitação dos cidadãos para a leitura crítica dos meios de comunicação, nas suas diversas modalidades, e para o debate da estética, dos conteúdos, da linguagem e da técnica empregada;
- VII - estimular o desenvolvimento dos serviços de TV por assinatura pautado pelas noções de participação da sociedade e de preservação do interesse público.
- VIII - lutar pela criação e ampliação do Conselho Municipal de Comunicação de Taubaté como espaço institucional necessário para o debate dos assuntos da área das comunicações;
- IX - Promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- X - Promover o voluntariado;
- XI - Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- XII - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologia alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades contidas na área da comunicação comunitária;
- XIII - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

Iniciativa

Cultura

Secretaria de
Cidadania CulturalMinistério
da Cultura

**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE TAUBATÉ**

Rua Anízio Ortiz Monteiro, 122, CEP 12010-000 - Taubaté - SP - Fone: (12) 2125-4277 CNPJ nº50.463.801/0001-61

Rua Imré Henriqueta 136 Vila São Carlos - Taubaté - SP
Cep: 12070-190 tvcidade@taubate.com

CNPJ 05.356.414/0001-71

Associação das Entidades Administradoras e Usuárias
do Canal Comunitário da Cidade de Taubaté

Fundada em 30 de Julho de 2002

Tel/fax: 12 3624-8656
tvcidade@viva.com.br

SONOS



Parágrafo Único - A ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, a ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Parágrafo Único - A ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ se dedica à suas atividades por meio de execução direta de projetos; programas ou planos de ações, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público ou privado que atuam em áreas afins.

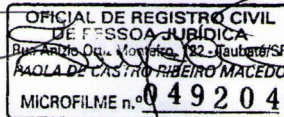
Art. 4º - A ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento inclusive em obediência a Lei Nº 11.127 de 28 de junho de 2005.

Art. 5º - A fim de cumprir suas finalidades, a ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

• CAPITULO II - DOS ASSOCIADOS

Art. 6º - A ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ constituída por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

- a) - fundador
- b) - benfeitor
- c) - honorários
- d) - contribuintes



Iniciativa

Cultura

Secretaria de
Cidadania CulturalMinistério
da Cultura

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE TAUBATÉ

Rua Anízio Ortiz Monteiro, 122, CEP 12010-000 - Taubaté - SP - Fone: (12) 2125-4277 CNPJ nº50.463.801/0001-61



Rua Imã Henriqueta 136 Vila São Carlos - Taubaté - SP
Cep: 12070-190 tvd@taubate.sp.gov.br

CNPJ 05.356.414/0001-71

Associação das Entidades Administradoras e Usuárias
do Canal Comunitário da Cidade de Taubaté

Fundada em 30 de Julho de 2002

Tel/fax: 12 3624-8656
tvd@taubate.sp.gov.br

SOMOS



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOA JURÍDICA
RUA ANÍZIO ORTIZ MONTEIRO, 122 - TAUBATÉ - SP
CNPJ 05.356.414/0001-71
MICROFILME nº 049204

Parágrafo Único - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa reconhecida em procedimento que assegure o direito de defesa e de recurso.

Art. 7º - São direitos dos associados especificados no artigo 6º, quites com suas obrigações sociais;

- I - Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II - tomar parte nas Assembleias Gerais;

Art. 8º - São deveres dos associados;

- I - Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II - Acatar as decisões da Diretoria

Art. 9º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Art. 10 - A ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ será administrado por:

- I - Assembléia Geral
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal

Parágrafo Único - A ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ remunera seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva e aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades.

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão soberano da Instituição, se constituirá dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12 - Compete à Assembléia Geral:

- I - Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II - Decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do art. 33;
- III - Decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do art. 32;
- IV - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V - Aprovar o Regimento Interno;
- VI - Emitir Ordens Normativas para funcionamento interno da Instituição.
- VII - Destituir os Administradores

Parágrafo Único - Os itens II e VII, são competência privativa da assembléia geral

Iniciativa

Cultura



Secretaria de
Cidadania Cultural

Ministério
da Cultura



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE TAUBATÉ

Rua Anízio Ortiz Monteiro, 122, CEP 12010-000 - Taubaté - SP - Fone: (12) 2125-4277 CNPJ nº50.463.801/0001-61



Rua Imã Henriqueta 136 Vila São Carlos - Taubaté - SP
Cep: 12070-190 tvcidade@taubate.org.br

CNPJ 05.356.414/0001-71

Associação das Entidades Administradoras e Usuárias
do Canal Comunitário da Cidade de Taubaté

Fundada em 30 de Julho de 2002

Tel/fax: 12 3624-8656

tvcidade@viva.com.br

SOMOS



Art. 13 - A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano p

- I - Aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida à Diretoria;
- II - Apreçar o relatório anual da Diretoria;
- III - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 14 - A Assembléia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- I - Pela Diretoria
- II - Pelo Conselho Fiscal
- III - Por requerimento de 1/5 (um quinto) associados quites com as obrigações sociais.

Art. 15 - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital fixado na sede da Instituição ou publicado pela imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

Parágrafo Único - Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 16 - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 17 - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

Parágrafo Primeiro - O mandato da Diretoria será de 06 (seis) anos, sendo permitida mais de uma reeleição consecutiva.

Parágrafo Segundo - Não poderão ser eleitos para os cargos de Diretoria da entidade os associados que exerçam cargos, empregos ou funções públicas em qualquer órgão do Poder Público.

Art. 18 - Compete a Diretoria:

- I - Elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta de programação anual da Instituição;
- II - Executar a programação anual de atividades da Instituição;
- III - Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
- IV - Reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V - Contratar e demitir funcionários;
- VI - Regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da instituição.

Iniciativa

Cultura



Secretaria de
Cidadania Cultural

Ministério
da Cultura



**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE TAUBATÉ**

Rua Anízio Ortiz Monteiro, 122, CEP 12010-000 - Taubaté - SP - Fone: (12) 2125-4277 CNPJ nº50.463.801/0001-61



Rua Imã Henriqueta 136 Vila São Carlos - Taubaté - SP
Cep: 12070-190 tvcidade@taubate.org.br
CNPJ 05.356.414/0001-71

Associação das Entidades Administradoras e Usuárias
do Canal Comunitário da Cidade de Taubaté
Fundada em 30 de Julho de 2002

Tel/fax: 12 3624-8656
tvcidade@vivas.com.br



Art. 19 - A Diretoria se reunirá no mínimo uma vez por mês.

Art. 20 - Compete ao Presidente

- I - Representar a ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS
USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ judicial
e extra-judicialmente;
II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
III - Presidir a Assembléia Geral;
IV - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

Art. 21 - Compete ao Vice - Presidente:

- I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
III - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente;

Art. 22 - Compete ao Primeiro Secretário:

- I - Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;
II - Publicar todas as notícias das atividades da entidade.

Art. 23. Compete ao Segundo Secretário:

- I - Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
III - Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário.

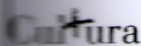
Art. 24 - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I - Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e
donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
II - Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
III - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
IV - Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os
relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais
realizadas;
V - Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à
tesouraria;
VI - Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.

Art. 25 - Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I - Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
III - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Iniciativa



Secretaria de
Cidadania Cultural

Ministério
da Cultura



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE TAUBATÉ

Rua Anízio Ortiz Monteiro, 122, CEP 12010-000 - Taubaté - SP - Fone: (12) 2125-4277 CNPJ nº50.463.801/0001-61



Rua Imã Henriqueta 136 Vila São Carlos - Taubaté - SP
Cep: 12070-190 tvd@taubate.sp.gov.br
CNPJ 05.356.414/0001-71

Associação das Entidades Administradoras e Usuárias
do Canal Comunitário da Cidade de Taubaté
Fundada em 30 de Julho de 2002

Tel/fax: 12 3624-8656
tvidade@viva.com.br

SOMOS



Art. 26 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro - O Mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

Parágrafo Segundo - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 27 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Examinar os livros de escrituração da Instituição;
- II - Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo, pareceres para os organismos superiores da entidade.
- III - Requisitar ao Primeiro Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- IV - Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V - Convocar extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente sempre que necessário.

• Capítulo III - DO PATRIMÔNIO

Art. 28 - O patrimônio da ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

Art. 29 - No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.799/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 30 - Na hipótese da Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada, nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

• Capítulo IV - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 31 - A prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

Iniciativa

Cultura



Secretaria de
Cidadania Cultural

Ministério
da Cultura



DOCUMENTO

DE TAUBATÉ

NPJ nº50.463.801/0001-61

**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE TAUBATÉ**

Rua Anízio Ortiz Monteiro, 122, CEP 12010-000 - Taubaté - SP - Fone: (12) 2125-4277 CNPJ nº50.463.801/0001-61



Rua Imã Henriques 136 Vila São Carlos - Taubaté - SP
Cep: 12070-190 tvcidade@taubate.com.br

CNPJ 05.356.414/0001-71

Associação das Entidades Administradoras e Usuárias
do Canal Comunitário da Cidade de Taubaté

Fundada em 30 de Julho de 2002

Tel/fax: 12 3624-8656

SOMOS

tvcidade@viva.com.br



- I - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício financeiro, do relatório das atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-se à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III - A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objetos de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da constituição Federal.

Capítulo V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - A ASSOCIACAO DAS ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUÁRIAS DO CANAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE TAUBATÉ será dissolvido por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 33 - O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 34 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

MÁRIO JEFFERSON LEITE MELO
RG 8 424 432 SSP/SP CPF 548 370 908 - 00

3º Tabelião
de Notas

CARLOS ROGÉRIO ANTUNES DA SILVA
RG 308 819 339 - 8 SSP/SP CPF 290 853 088 - 01

2º

ANDRÉ LUIS FERREIRA ALVES
RG 30 499 218 - 5 SSP/SP CPF 251 245 618 - 82

3º Tabelião
de Notas

Iniciativa

Cultura



Secretaria de
Cidadania Cultural

Ministério
da Cultura



DOCUMENTO
TAUBATÉ
nº 50.463

**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE TAUBATÉ**

Rua Anízio Ortiz Monteiro, 122, CEP 12010-000 - Taubaté - SP - Fone: (12) 2125-4277 CNPJ nº 50.463.801/0001-61



Rua Imã Henriqueta 136 Vila São Carlos - Taubaté - SP
Cep: 12070-190 tvcidade@taubate.com.br
CNPJ 05.356.414/0001-71

Associação das Entidades Administradoras e Usuárias
do Canal Comunitário da Cidade de Taubaté
Fundada em 30 de Julho de 2002

Tel/Fax: 12 3624-8656
tvcidade@viva.com.br

SOMOS



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 37 - CENTRO - TAUBATÉ - CEP: 12020-010
FONE/FAX: (12) 2125-2035 - TABELA: FLAVIA REGINA ORTIZ STREHLER

MICROFILME n.º 049204

1º CARTÃO
[Signature]

DAURO APARECIDO DA SILVA MACHADO
RG 18 850 861 - 6 SSP/SP CPF 091 199 498 - 89

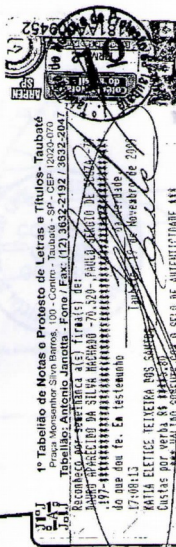
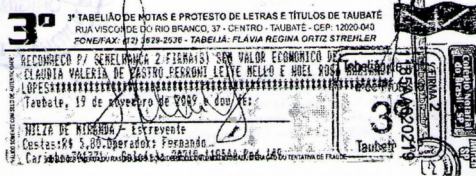
3º Tabelião
de Notas
[Signature]
CLAUDIA VALERIA DE CASTRO PERRONI LEITE MELO
RG 19 719 633 - 0 SSP/SP CPF 138 330 388 - 61

2º CARTÃO
[Signature]

PAULO SERGIO DE SOUZA
RG 25 851 697 - 5 SSP/SP CPF 18 718 648 - 61



3º Tabelião
de Notas
[Signature]
DR NOEL ROSA MARIANO LOPES
OAB/SP 126.597



Iniciativa

Cultura



Secretaria de
Cidadania Cultural

Ministério
da Cultura





**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE TAUBATÉ**

Rua Anízio Ortiz Monteiro, 122, CEP 12010-000 - Taubaté - SP - Fone: (12) 2125-4277 CNPJ nº 06.718.088/0001-00

**OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
PESSOA JURÍDICA**

Rua Anízio Ortiz Monteiro, 122 - Taubaté/SP

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO

apontado, arquivado, microfilmado sob nº
de ordem **049204** do protocolo nº A

AVERBADO na inscrição nº **048899**
do livro A.

TAUBATÉ.

01 DEZ 2009

[Handwritten signature]



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA


Célia de Oliveira Silva
Escrevente Autorizada

TAUBATÉ - Estado de São Paulo



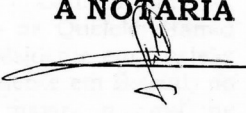
b) TV Klelé

910109150


REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CARTORIO NOTARIAL DE GUINE - BISSAU

SECTOR AUTONOMO DE BISSAU

A NOTÁRIA


CERTIDÃO

ESCRITURA DE TV KLELÉ - TELEVISÃO
COMUNITÁRIA DE KLELÉ.

LAVRADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2014

Fls. 90 á 103
Livro 12 série A
NUMERO 186

OUTORGANTE:

BRAIMA SANO, MALAM CAMARA, HAMID UMARO
BALDÉ, LAMARANA CULUBALI, DEMBA SANHA,
BACAR MANE.

**CARTÓRIO NOTARIAL
CERTIDÃO**

CERTIFICO: Para efeito de publicação que por escritura do dia dezoito do mês de Junho do ano dois mil e quinze lavrada neste Cartório Notarial de Bissau e exarada a folhas **noventa a cento e três** do Livro de notas para escrituras diverso número **doze, série A**, sob o número **cento oitenta e cinco**, compareceram a outorgar:

Braima Sano, solteiro, maior, natural de Geba, região de Bafata e residente em Bissau, no Bairro de Quelele; Malam Camara, solteiro, maior, natural e residente em Bissau, no Bairro de Quelele; Hamid Umara Baldé, solteiro, maior, natural de Bolama residente em Quelele; Lamarana Culubali, solteiro, maior, natural e residente em Bissau, no Bairro de Quelele; Demba Sanha, solteiro, maior, natural de Bambadinca e residente em Bissau, no Bairro de Quelele; Bacar Mane, solteiro, maior, natural e residente em Bissau, Bairro de Quelele.

E por eles foi dito:

Que como consta na acta síntese da assembleia-geral realizada em Bissau, no Bairro de Quelele, no dia vinte de Março de dois mil e quinze, reunidos deliberaram por unanimidade criar uma associação sem fins lucrativos, que será regida nos termos do presente estatutos, os quais fazem parte integrante desta escritura, seguido dos elementos essenciais como se segue:

Artigo 1º
Denominação

A Associação denomina-se **TV KLELÉ - TELEVISÃO COMUNITÁRIA DE KLELÉ** é uma entidade civil com objectivos culturais e sem fins lucrativos, mantendo a sua independência em relação aos partidos políticos e às igrejas, o governo e ao poder económico.

5

Artigo 2º
Sede

TV KLELÉ - TELEVISÃO COMUNITÁRIA DE KLELÉ tem a sua sede social situada no Bairro de Quelélé na cidade de Bissau.

Artigo 3º
Funções e objectivos

Um: A TV Klelé tem como principais funções:

- a) Servir a comunidade do Bairro de Quelélé,
- b) Apoiar tecnicamente as outras televisões comunitárias

Dois: A TV Klelé tem os seguintes objectivos:

- a) Contribuir para a segurança e soberania alimentar, a redução da pobreza e a melhoria do nível de vida das comunidades;
- b) Dinamizar e mobilizar a colectividade de Quelélé com vista ao seu bem-estar socio-económico integração e harmonia comunitárias, reforço da expressão cultural e artística e equilíbrio ambiental;
- c) Reforçar as capacidades técnicas e organizacionais das outras televisões comunitárias membros da RENARC;
- d) Contribuir para a criação de uma perspectiva comunitária do desenvolvimento ao nível nacional e a sua tomada em consideração nas políticas nacionais;

Artigo 4º
Duração

Um: A TV Klelé é criada por uma duração ilimitada.

Artigo 5º
Os membros

Um: São membros da Associação TV Klelé todas pessoas ou entidades que se identificarem com os seus objectivos, manifestarem o desejo dela serem membros e aceitarem os seus Estatutos e regulamento interno e cuja candidatura seja aprovada em Assembleia Geral sob proposta da Direcção.

Dois: Para ser considerado sócio da Associação TV Klelé será necessário ser morador do Bairro de Quelele, no caso de pessoa física ou ter sede no caso de uma pessoa coletiva, nas áreas atingidas pela transmissão.

Três: Pessoas ou entidades de qualquer nacionalidade que aceitem os objetivos, estatutos e regulamento interno da TV Klelé como membros associados.

Quatro: Pedido de adesão à Associação TV Klelé como membro de pleno direito ou membro associado será feito por escrito junto da direcção, a qual submeterá, para deliberação e decisão, a candidatura à primeira sessão da assembleia-geral após a recepção da candidatura.

Cinco: Um membro que deixe de respeitar os artigos destes Estatutos pode ser expulso da associação TV Klelé através do voto da maioria simples dos membros com direito a voto que se encontrem presentes em assembleia-geral convocada para o efeito, desde que todos os membros, incluindo o membro em questão, tenham sido notificados pelo menos com um mês de antecedência da acção de o expulsar.

Artigo 6º

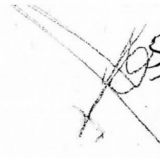
Direitos e deveres dos associados

Um: São direitos dos membros de pleno direito:

- a) Eleger e ser eleitos para os corpos sociais da TV Klelé.
- b) Participar nas reuniões da Assembleia Geral e em todas as reuniões e atividades de carácter estratégico da Associação
- c) Participar na alteração dos estatutos e do regulamento interno da Associação
- d) Receber regularmente por carta, email ou telefone todas as informações sobre as estratégias, os programas, o pessoal e o funcionamento da Associação e as alterações dos mesmos;
- e) Solicitar e obter todas as informações e esclarecimentos que pretender dentro de um período de tempo razoável

Dois: Constituem deveres dos membros:

- a) Cumprir as disposições estatutárias da TV Klelé, bem como respeitar as deliberações dos seus órgãos.
- b) Desempenhar com dedicação os cargos para que forem eleitos, quando for este o caso.

- 
- c) Zelar pelo património da TV Klélé, bem como pelo seu bom nome.
 - d) Contribuir com ideias, sugestões, críticas, materiais e quaisquer outros meios à sua disposição para a elaboração da estratégia e dos programas da TVK assim como o seu bom funcionamento
 - e) Contribuir para a definição, mobilização de recursos técnicos, humanos, materiais e financeiros externos para a implementação, dos programas, o crescimento e o desenvolvimento da TV Klélé.

Artigo 7º
Órgãos da associação

São órgãos da associação TV Klélé o conselho de administração, a direcção executiva, o conselho fiscal, o conselho de notáveis e os clubes de telespectadores

Artigo 8º
Conselho de administração

Um: O conselho de administração é o órgão máximo da TV Klélé ao qual compete:

- a) Convocar e presidir às reuniões ordinárias da assembleia-geral e reuniões extraordinárias, sempre que as mesmas sejam convocadas nos termos de presentes estatutos;
- b) Aconselhar e apoiar a direcção executiva nas áreas da sua competência;
- c) Analisar, aprovar, e velar pela aplicação dos programas anuais de trabalho da TV Klélé;
- d) Acompanhar e avaliar a implementação física e financeira dos programas anuais de trabalho;
- e) Analisar e aprovar os relatórios de atividade e financeiros anuais da TVK;
- f) Contribuir ativamente para a mobilização de recursos humanos, técnicos, de conhecimentos, informacionais, materiais e financeiros para a associação;
- g) Garantir a boa gestão dos recursos e património.

Dois: O conselho de administração é constituído por cinco sócios no pleno gozo dos seus direitos sociais.

Três: O conselho de administração tem uma mesa constituída por um presidente, que dirige os trabalhos do conselho, um vice-presidente que coadjuva e substitui o presidente, em casos de impedimentos deste, e um secretário que executa todas as tarefas administrativas do conselho.

Quatro: Compete ao presidente do conselho de administração.

Cinco: Os membros da mesa de conselho de administração são eleitos na assembleia-geral, por um mandato de três anos.

Seis: O conselho de administração, reúne-se em sessão ordinária três vezes por ano e convoca assembleia-geral, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas dos exercícios anterior, aprovação do plano de acção anual e discussão de assuntos gerais da entidade ou das comunidades envolvidas.

Sete: O conselho de administração é composto pelos seguintes membros, todos eles sócios da associação em pleno uso dos seus direitos:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário
- d) Representante da associação dos moradores de Quelelé
- e) Representante da ong AD
- f) Representante da RENARC
- g) Representante dos Jovens
- h) Representante das Mulheres

Oito: Sempre que convocado pelo Presidente do conselho de administração, o director executivo ou qualquer outro membro da direcção executiva da TV Klélé assiste às reuniões do conselho de administração ou a parte delas.

Artigo 9º Assembleia-geral

Um: A assembleia-geral é composta por todos os sócios da Associação TV Klélé em pleno uso dos seus direitos. Ela é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração.

Dois: Compete à assembleia-geral definir as estratégias, linhas de orientação, estatutos e regulamentos da TV Klélé e a suas alterações, eleger os órgãos sociais da associação.

Três: A assembleia-geral reúne em sessão ordinária uma vez por ano no primeiro trimestre por convocatória do seu presidente que propõe uma ordem do dia. a assembleia-geral poderá ser convocada extraordinariamente, pelo conselho de administração ou por pelo menos um terço dos associados em dia com suas obrigações estatutárias, por meio de um abaixo-assinado.

Quatro: A convocatória para as reuniões da assembleia-geral é pública e individual, cada membro será informado pelo menos oito dias antes da data da assembleia-geral um membro impedido não se pode fazer representar por um outro membro

Artigo 9º Direcção executiva


Um: A direcção executiva é composta pelo director executivo que a preside e os responsáveis das diferentes áreas da TVK; os seus membros são eleitos pela assembleia-geral, sob proposta do presidente do conselho de administração e ao mesmo tempo que os membros com o conselho fiscal por um mandato de dois anos

Dois: A formalização da candidatura à direcção executiva da TV Klélé deverá ser feita até quinze dias antes da data marcada para a realização da assembleia-geral, mediante apresentação de pedido por escrito anexo a uma lista nominal, com respectivas funções, ao presidente do conselho de administração.

Três: A direcção executiva, é responsável pela gestão técnica e administrativa da estação. a direcção executiva reunir-se-á quinzenalmente no primeiro dia útil da primeira semana e no primeiro dia útil da 3ª semana do mês na sede da associação reunirá extraordinariamente sempre que convocada pelo Director ou por um terços dos seus membros ou ainda por dois terços dos membros da direcção técnica.

Quatro: A direcção executiva, é composta por seguintes membros:

- a) Director executivo da TVK;
- b) Responsável de programas;

- 
- c) Responsável técnico;
 - d) Chefe de redacção;
 - e) Responsável da administração e finanças.

Cinco: Dependendo da aprovação pelo conselho de administração, a direcção executiva pode criar, se justificado grupos de trabalho em função das suas atribuições e competências.

Artigo 10º
Atribuições da direcção executiva

Um: São as atribuições da direcção executiva:

- a) Dar execução às deliberações de conselho de administração e da assembleia-geral
- b) Elaborar os termos de referência de todos os colaboradores da TV Klélé, supervisor e avaliar anualmente o seu trabalho na base do seu programa anual;
- c) Propor um programa de acção a conselho de administração;
- d) Velar pela aplicação do programa de diversos comités executivos que cria;
- e) Garantir a boa utilização dos recursos;
- f) Propor assembleia-geral a adesão de novos membros;
- g) Produzir os relatórios das actividades e de contas, submete-lo ao parecer do conselho fiscal e à aprovação da assembleia-geral.
- h) O director executivo é o responsável pela coordenação de todas as áreas da TV Klélé e pela elaboração de propostas de estratégia, regulamentos e planos anuais de actividades e orçamento, é igualmente responsável pela apresentação de contas e relatórios segundos as normas em vigor no país

Artigo 11º
Atribuições dos membros da direcção

Um: São atribuições do director executivo:

- a) Presidir as reuniões da Direcção e do Comité de Redacção
- b) Assegurar o bom funcionamento da Direcção;
- c) Elaborar propostas de planos anuais de trabalho e submetê-los à aprovação do conselho de administração;

- 9
- d) Elaborar e apresentar relatórios de atividade e financeiros anuais à assembleia-geral através do conselho de administração;
 - e) Representar a TV Klélé em reuniões, colóquios, conferências e outras manifestações nacionais e internacionais;
 - f) Autorizar os pagamentos
 - g) Representar TV Klélé em justiça, tanto em juízo como fora dele
 - h) Delegar em qualquer membro da direcção as competências que lhes são atribuídas.
 - i) Em caso de ausência, o diretor executivo é substituído pelo responsável de programas;

Dois: São atribuições do responsável de programas:

- a) Na base do mandato, estratégia e linhas de orientação definidas elaborar propostas de programas anuais de atividades, incluindo calendário, necessidades e orçamento, e submetê-los ao diretor executivo para análise e decisão e posterior envio ao conselho de administração para aprovação final;
- b) Na base dos programas anuais de trabalho, elaborar programas mensais e semanais de trabalho e submetê-los ao diretor executivo para aprovação;
- c) Solicitar e obter dos responsáveis dos diferentes programas os elementos necessários para a elaboração dos programas e relatórios;
- d) Coordenar a implementação dos programas anuais de atividades e assim assumi-la perante o secretário executivo;
- e) Elaborar relatórios anuais das atividades nas áreas sob a sua responsabilidade;
- f) Substituir em todas as funções o director executivo em caso de ausência, de impedimento ou de vacatura ele é o representante legal adjunto de associação.

Três: são atribuições do responsável técnico, sob a supervisão e autoridade do diretor executivo:

- a) Propor regras e procedimentos de aquisição, instalação, utilização, manutenção, reparação e controle dos equipamentos e materiais da TV Klélé;
- b) Propor equipamentos e matérias, assim como as suas especificações, necessários à boa execução dos programas da TV Klélé;


- c) Elaborar um inventário semestral de todos os equipamentos e matérias da Associação, proceder ao seu controle e atualização, assim como a elaboração e apresentação de relatórios
- d) Responsabilizar os utentes dos equipamentos e materiais da TV Klélé e propor e implementar medidas corretivas quando necessárias;
- e) Fazer propostas de gestão, manutenção e reparação dos equipamentos técnicos da TV Klélé garantir a sua execução
- f) Propor e garantir a implementação de ações de formação e superação dos membros da TV Klélé na área da sua responsabilidade;
- g) Quando justificado, propor a aquisição de serviços externos de manutenção e reparação dos equipamentos da TV Klélé;

Quatro: Atribuições do chefe da redação, sob a supervisão e autoridade do diretor executivo:

- a) Propor atribuições, regras e procedimento de funcionamento do grupo de redação da TV Klélé;
- b) Garantir a conformidade dos programas da TV Klélé e de todos os seus produtos com o mandato, objetivos, estratégias e domínios de intervenção da TV Klélé;
- c) Propor e garantir a implementação de regras de ética e deontologia em todo o trabalho da TV Klélé;
- d) Propor e garantir a implementação de um guia de estilo para a TV Klélé;
- e) Propor e garantir a implementação de ações de formação e superação dos membros da TV Klélé na área da sua responsabilidade;
- f) Convocar e presidir às reuniões do grupo de redação, segundo modalidades e frequência definidos.

Cinco: São as atribuições de responsável administrativo e financeiro

- a) Responsável pela planificação e gestão financeira;
- b) Elaboração de propostas de orçamento anual;
- c) Planos de execução de despesas;
- d) Cumprimento rigoroso do regulamento financeiro da TVK
- e) Prever e assinalar situações de risco, anomalias;
- f) É o responsável pelos fundos da TV Klélé, ele assina conjuntamente com o director, os engagements de pela direcção e toda correspondência com implicações financeiras.

- 
- g) Ele tem em dia os documentos contabilísticos da TV Klélé. Elabora os relatórios financeiros trimestrais os relatórios financeiros anuais para ser analisado e visado pelo diretor executivo a assembleia-geral ordinária e faz a sua apresentação antes da eleição do comité de gestão;
 - h) Assegurar a produção e difusão da emissão;
 - i) Prestar serviços;
 - i) Enquadrar e assistir aos parceiros com os quais a televisão tem um acordo estabelecido;
 - j) Enquadrar os voluntários em colaboração com director executivo;
 - k) Participar nas reuniões da redacção;

Artigo 12º
O conselho fiscal

Um: O conselho fiscal será constituído por um presidente e um secretário.

Dois: O conselho fiscal reunir-se-á semestralmente trimestralmente para apreciar e aprovar o orçamento, os relatórios e balancetes financeiros, os documentos contabilísticos e os actos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade.

Três: Propor medidas inovativas e correctivas para a melhoria permanente da planificação, programação e execução financeiras da TV Klélé

Quatro: Os pareceres e as deliberações do conselho fiscal serão registados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após os incrementos dos trabalhos.

Artigo 13º
Conselho de notáveis

Um: Conselho de notáveis é um órgão consultivo, constituído por destacadas personalidades da comunidade de Quelélé na sua diversidade.

Dois: O número dos seus membros não deve ultrapassar onze pessoas.

Três: Os seus membros são escolhidos pela assembleia-geral, sob proposta do conselho de administração.

12/10

Quatro: O conselho de notáveis é coordenado por um dos seus membros, que é escolhido na sua primeira reunião;

Quatro: O conselho de notáveis tem como funções:

- a) Aconselhar a direcção executiva na definição e aplicação da sua estratégia e linhas diretrizes tendo em conta os interesses superiores, valores e princípios de boa convivência, coesão social, governação e desenvolvimento socio-económico comuns a toda a comunidade;
- b) Emitir pareceres sobre questões de ética e deontologia no seio da TV Klélé;
- c) Aconselhar a direcção executiva em matéria de história e cultura da comunidade de Quelélé assim como de outras comunidades locais da Guiné-Bissau relevantes para a comunidade de Quelélé, tendo em conta os objetivos de paz, unidade e desenvolvimento
- d) Aconselhar a Direcção Executiva em matéria de integração harmoniosa dos estrangeiros e suas representações na comunidade de Quelélé;
- e) Emitir pareceres sobre a tomada em consideração nos programas dos pontos de vista e contribuições da comunidade de Quelélé na base dos seus interesses superiores, valores e princípios
- f) Apaziguar conflitos internos;
- g) Quando solicitado, promover a imagem e reputação da Televisão junto do poder local, financiadores e telespectadores.
- h) Um representante do conselho de notáveis toma parte na assembleia-geral como observadores.
- i) A reunião de conselho de notáveis pode ser convocada pelos seus membros ou a pedido de outros órgãos da associação TV Klélé.
- j) A reunião do conselho de notáveis é presidida por um dos seus membros.

Artigo 14º

Clubes de telespectadores

Um: Os clubes de telespectadores são estruturas informais que jogam o papel de provedor do telespectador criticando a grelha de programação, os conteúdos dos programas, a linha editorial e apresentando sugestões.

Dois: Qualquer grupo de telespectadores residentes no Bairro de Quelele, cujo número é superior a duas pessoas pode constituir-se em clube de telespectadores.

13/9

Três: Para ser reconhecido como clube de telespectadores da TV Klelé, os seus membros devem enviar ao conselho de administração desta associação, uma carta de intenção, tendo em anexo a lista nominal dos membros do clube de telespectadores requerente e os seus respectivos residências e contactos.

Quatro: Cada clube de telespectadores tem direito a um lugar, como observador na assembleia-geral da associação TV Klelé.

Cinco: Os clubes de telespectadores podem contribuir de forma voluntária para o reforço da associação TV Klelé nos aspectos organizacional, funcional, técnico, material e financeiro.

Artigo 15º As receitas

Um: As receitas da televisão são provenientes das seguintes fontes:

- a) Quotização anual dos seus membros;
- b) Financiamento de parceiros exteriores interessados
- c) Prestação de serviços subvenção do estado;
- d) Subvenções de colectividades locais;
- e) Contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação
- f) Patrocínios do comércio local, todas as receitas ficarão registados em livro-caixa com valor, data e identificação do doador;

Dois: Serão rejeitadas as doações de origem ou de fonte ilegal ou duvidosa ou que comprometam de forma directa ou indirecta os objectivos, a reputação e o funcionamento da Televisão.

Três: Todas as doações serão analisadas pelo conselho de administração que poderá aceita-las ou não, respeitando o depósito no parágrafo anterior.

Quatro: Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrada por decisão do conselho de administração, após solicitação por escrito, ou por força judicial.

Artigo 16º As despesas

Um: As despesas da Televisão podem ser:

- 14/15
- a) Despesas de investimento
 - b) Despesas operacionais, tais como aluguer de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos, materiais, pagamento de subsídios ou salários e outras despesas de funcionamento;
 - c) Pagamento de mão-de-obra para assessorais técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;
 - 1. Nenhum membro do conselho administração, conselho fiscal ou assembleia-geral da TV Klélé poderá ser remunerado.

Artigo 17º
Programação mínima

Um: Minimamente, a programação deverá constar de:

- a) Espaço garantido as organizações sociais para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, observar a adequação de horário na programação;
- b) Reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro das especificações técnicas definidas pelo director da TV Klélé.
- c) Proibição de uso de qualquer espaço com fins político - partidário, excepto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela associação, por escrito a todos e protocolado, a excepção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da lei;
- d) Proibição de uso de qualquer espaço com fins religiosos ou sectários de qualquer forma que seja.

Artigo 18º
Regulamento interno

A aplicação dos presentes estatutos será objecto de um regulamento interno que não poderá entrar em contradição com os presentes estatutos; ele deverá ser submetido à aprovação do conselho de administração, na reunião da assembleia-geral.

Artigo 19º
Alterações dos estatutos

Os presentes estatutos poderão ser alterados no todo ou em parte pela assembleia-geral numa reunião convocada por esta.

Artigo 20º
Dissolução

Um: A dissolução da TV Klelé ocorre apenas por decisão de Assembleia-geral.

Dois: A ordem do dia obrigatória na assembleia-geral convocada para dissolução da entidade deverá ser a prestação de contas, verificadas pelo conselho fiscal, até a data da assembleia-geral.

Três: O património da entidade deverá ser doado a outras entidades de actividades afins, sempre de carácter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela assembleia-geral.

Quatro: Caso haja dívidas na data de dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do património, sendo doado o saldo conforme a decisão da assembleia-geral.

ESTÁ CONFORME

Por ser verdade mandei passar a presente certidão que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste cartório.

CARTÓRIO NOTARIAL DE BISSAU, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E QUINZE.

A NOTARIA,

/Drª Maria Quessangde Mendes Viegas/

CONTA

22	308,80
29	8.400,00
Artº	
Artº	
SOMA	8.708,80
Part Emol	1.742,00
Artº	4.000,00
Selo Acto	4.200,00
Selo Acto	1.400,00
Selo Rs. Nac	1.400,00
TOTAL	21.450,80
Reg. Selo	
Bissau	27/06/2015

ANEXO III – TABELAS SOBRE CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PROGRAMAS

a) TV Cidade de Taubaté | Brasil

Item	Nome do programa	Características gerais de cada programa					Características da produção – Observações
		Tipo de conteúdo	Periodicidade	Duração média (min)	Local de gravação	Público alvo	
1	CIDADE SAMBA/DEMAIS: Reprise programas antigos	Cultural	terça	60	Externas	Comunidade em Geral	Sobre a produção da indústria do Samba da região
2	AFCESP (Reprise sexta-feira às 17h30)	Associativo	terça	28	Estúdio com produção de matérias	Funcionários público do Estado de SP	Entrevistas e falas sobre a temática da engenharia e arquitetura na região
3	MOMENTOS DA ENGENHARIA E ARQUITETURA	Informativo	terça	29	Estúdio	Engenheiros e arquitetos	
4		Religioso	segunda	30	Estúdio		
5	CIDADANIA OAB (Reprise sexta-feira às 11h)	Cidadania	terça	25	AO VIVO – TV Cidade – Estúdio	Comunidade em Geral	Programa de entrevistas com matérias, foco no setor legal legislativo
6	CIDADE EM AÇÃO (Reprise Domingo)	Cidadania	sexta	60		Comunidade em Geral	
7	CIDADE EM DEBATE (Reprise Sábado 23h)	Cidadania	quinta	50	Estudio da TV ou externas	Comunidade em Geral	
8		Sociedade	terça	60		Comunidade em Geral	
9	DONIZETE COSTA (Reprise terça e quinta-feira às 08h)	Cultural	Sábado	60		Comunidade em Geral	Musica local, com a presença de artistas.
10	ENCONTRO AMIGO (Reprise quinta-feira às 14h30)	Generalista	terça	46		Comunidade em Geral	
11	ESPIRITISMO EM FLASH (Reprise segunda-feira às 15h)	Religioso	quinta	30	TV Cidade – Estúdio	Comunidade em Geral	Programa religioso filosófico. Entrevistas com estudiosos de destaque no Movimento Espírita.
12	EVIDÊNCIA (Reprise Sábado 11h)	Cultural	quarta	34	Estúdio da TV e externas	Comunidade em Geral	
13	GENTE DA GENTE (Reprise quarta-feira)	Cultural	Domingo	variada	Externas	Comunidade em Geral	Programa sobre eventos em geral, realizados na comunidade.
14	GIRANDO (todos os dias)	Generalista	Domingo	variada	Externas	Comunidade em Geral	

15	HARD SOFT (Reprise 4ª Feira às 10h30)	Tecnologia	segunda	25	Estúdio	Comunidade católica	
16	HOMEM UNIVERSAL (Reprise quarta-feira às 11h)	Filosofia	segunda	58	Estúdio	Comunidade em Geral	Palestras holísticas
17	JORNAL DO ENGENHEIRO (Reprise sexta-feira às 11h35)	Informativo	segunda	variada	Externas	Engenheiros	
18	LITTERATUDO (Reprise segunda-feira e Domingo)	Cultural	sexta	90		Comunidade em Geral	
19	MEMÓRIA ESPORTIVA (Reprise terça-feira 11h)	Desportivo	Domingo	40	Estúdio da TV Cidade	Comunidade em Geral	
20	MOMENTO ESPÍRITA (Reprise QUINTA e Sábado)	Religioso	terça	60		Comunidade espírita	Palestras sobre o espiritismo Kardecista
21	MUITO FRANCA (Reprise quarta-feira às 23h30)	Entrevistas	Domingo		Estúdio da TV Cidade	Comunidade em Geral	
22	NAS ONDAS DO PACÍFICO (Reprise Sábado às 22h)	Cultural	sexta	60	Estúdio da TV Cidade	Comunidade em Geral	Programa com foco musical e em vídeos da internet, apresenta ao fim uma banda local da cidade.
23	O POVO NA TV (2ª a sexta-feira)	Generalista	segunda	50	Estúdio da TV Cidade	Comunidade em Geral	Programa de entrevistas com foco na política local.
24	PAPO SINDICAL (Reprise sexta-feira às 16h)	Associativo	segunda	28	Estúdio da TV		Programa sobre temas referentes ao comércio e sindicato local
25		Cultural	terça	9			
26		Religioso	quarta	100			
27	SAÚDE EM DEBATE (Reprise Sábado 17h)	Saúde	terça	25	AO VIVO – TV Cidade – Estúdio	Comunidade em Geral	Entrevistas sobre temas de saúde e palestra
28	SEICHO-NO-IE	Filosofia	Domingo	30	Estúdio		
29	STAY HEAVY (Reprise Sábado às 17h35)	Cultural	segunda	55	Estúdio com externas	Apreciadores de Rock HeaveMetal	Cobertura de eventos, clips e entrevistas no segmento musical do Rock
30	STOP (Reprise quinta-feira às 08h)	Filosofia	segunda	30	Estúdio	Comunidade em Geral	Programa de palestras sobre a temática de sustentabilidade planetária

31	SUA MAJESTADE O VIOLÃO (Reprise segunda-feira às 21h)	Cultural	sexta	60	Estúdio da TV	Comunidade em Geral	Programa de musica dedicada a apresentar artistas que tocam violão
32	TRANSPARÊNCIA (Reprise segunda-feira às 11h)	Generalista	quinta	60	AO VIVO – TV Cidade – Estúdio	Comunidade católica	
33	TV CIDADE NOS ESPORTES (segunda a sexta-feira)	Desportivo	terça	60	AO VIVO – TV Cidade – Estúdio	Comunidade em Geral	
34	TV MUNDO MAIOR - ESPIRITISMO E ADMINISTRAÇÃO (Reprise sexta-feira)	Religioso	quinta	25	Estúdio	comunidade espirita	
35		Entrevistas	segunda	25	Estúdio	comunidade espirita	Programa de entrevistas sobre temas variados
36		Debates	segunda	30	Estúdio	comunidade espirita	Debates entre Espiritismo e Parapsicologia.
37		Religioso	segunda	25	Estúdio	comunidade espirita	Narrativas contidas na Bíblia
38	VAVÁ BERALDO NO AR (Reprise terça-feira às 00h)	Generalista	quinta	80		Comunidade em Geral	Shows, eventos e festas da cidade

b) TV Klelé | Guiné-Bissau

Item	Nome do programa	Características gerais de cada programa					Características da produção – Observações
		Tipo de conteúdo	Periodicidade	Duração média (min)	Local de gravação	Público alvo	
1	Mosca da Fruta, um mal pa combati	Educativo	único	9	Externas	Comunidade rural	Programa com foco na agricultura local e financiado pela União Europeia.
2	Sal Solar, um purduto ke ta da riqueza	Educativo	único	10	Externas	Comunidade rural	Programa com foco na agricultura local e financiado pela União Europeia.
3	Cabras, um riqueza pa difindi	Educativo	único	11	Externas	Comunidade rural	Programa com foco na agricultura local e financiado pela União Europeia.

4	Cacheu, caminho de escravos	Histórico – cultural	único	22	Externas	Comunidade em geral	Um registo do trabalho de pesquisa realizado na Guiné-Bissau, recordando a importância da região de Cacheu, no Norte do país, na época da escravatura e domínio português.
5	Vírus Ébola	Educativo	único	3	Externas	Comunidade em geral	Produção informativa sobre saúde, diagnóstico, prevenção e combate ao Ébola.
6	Educação Ambiental	Educativo / Ambiental	único	8	Externas	Comunidade em geral	Sobre curso e informações de educação ministrados na região do interior.
7	Pesca Artesanal	Educativo	único	11	Externas	Comunidade em geral	Cobertura sobre pesca artesanal e práticas culturais ligadas a esta prática, de educação ambiental, apresentando aspetos da comunidade local.
8	Rio Cacheu, riquezas partilhadas	Educativo / Ambiental	único	28	Externas	Comunidade em geral	Programa de educação ambiental e agricultura, voltado para sustentabilidade local.
9	Djuntos contra a fome	Educativo	único	5	Externas	Comunidade em geral	Programa sobre combate a fome e segurança alimentar
10	Cacheu, novas páginas	Histórico – cultural	único	9	Externas	Comunidade em geral	Registos históricos sobre a escravidão na Guiné-Bissau.
11	Papis Biai	Cultural	único	4	Externas	Comunidade em geral	Vídeoclip musica local
12	Furkuntunda Djunta Mon	Cultural	único	5	Externas	Comunidade em geral	Vídeoclip musica local
13	Guiné Livre	Cultural	único	6	Externas	Comunidade em geral	Vídeoclip musica local
14	Bonizande	Cultural	único	5	Externas	Comunidade em geral	Vídeoclip musica local
15	Rias do Sul	Jornalístico – ambiental	único	28	Externas	Comunidade em geral	
16	PNUD RSS	Cobertura sobre debates	único	20	Externas	Comunidade em geral	Temática na reforma de defesa e justiça do país
17	Audiência Pública, Setor de São Domingos e Suzana	Jornalístico - ambiental	único	15	Externas	Comunidade em geral	Programa de temática jornalística ambiental.
18	Boé, Formação e audiência Pública	Jornalístico - ambiental	único	16	Externas	Comunidade em geral	Programa de temática jornalística ambiental.
19	Bubaque, formação e audiência Pública	Jornalístico - ambiental	único	19	Externas	Comunidade em geral	Programa de temática jornalística ambiental.
20	Visita Senegal, experiência na exploração mineira	Cobertura sobre debates	único	14	Externas	Comunidade em geral	Programa de temática jornalística ambiental, cobertura de intercâmbio nacional

c) Arroios TV | Portugal

Item	Nome do programa	Características gerais de cada programa					Características da produção – Observações
		Tipo de conteúdo	Periodicidade	Duração média (min)	Local de gravação	Público alvo	
1	A Nossa Junta	Institucional	semanal	15	Estúdio da TV / Externo	Comunidade em Geral	Sobre a constituição e o funcionamento dos órgãos oficiais da Freguesia.
2	Agenda Cultural	Cultural	semanal	1	Estúdio da TV	Comunidade em Geral	Informe sobre os eventos que decorrem todas as semanas em Arroios. Exibição de cartazes e fotos com textos informativos.
3	Aprender Mandarim	Educativo	semanal	3	Estúdio da TV	Comunidade em Geral	Ensino do idioma Mandarim
4	Ar Magazine	Institucional	mensal	30	Estúdio da TV / Externo	Comunidade em Geral	Programa que apresenta o entrevistado principal de cada número da Revista.
5	Arroios e as Crianças	Infantil	único	40	Externo	infantil	Único programa
6	Arroios Informação	Jornalismo	Diário	10	Estúdio da TV	Comunidade em Geral	Informação diária abrangendo os acontecimentos da freguesia. Às 14h, com repetição às 21h.
7	Assembleia da Freguesia	Institucional	mensal	mais de 2 horas	Instituições locais	Comunidade em Geral	Transmissão das Assembleias de Freguesia na Arroios TV, com intervenção do público.
8	Arroios Film Festival	Cultural	único		Estúdio da TV	Comunidade em Geral	Programetes com duração variada, apresentando o Festival de Cinema da freguesia.
9	Arroios Report	Jornalismo	Mensal	25	Estúdio da TV	Comunidade em Geral	Programa de reportagens sobre atividades realizadas na região pela junta de freguesia.
10	Artes em Partes	Cultural	Série	30	Locais / externas	Comunidade em Geral	Conversas informais, se apresenta a trajetória de artistas que residem na Freguesia.
11	Associações e Colectividades	Associativo	Série	26	Instituições locais	Comunidade em Geral	Programa sobre as Associações da freguesia são focadas, apresenta seus responsáveis e atividades, com uma visita guiada ao local.

12	Cine Pathé	Cultural	Série	40	Estúdio da TV	Comunidade em Geral	Programa sobre cinema, feito a partir do envio de filmes de curtas metragens pelos membros da freguesia.
13	Comerciantes	Associativo	Série	3	Instituições locais	Comunidade em Geral	Curtas metragens a contar as histórias de comerciantes da junta de freguesia. Relatos sobre seu trabalho e vida pessoal.
14	Jornal de Arroios	Jornalismo	Mensal	15	Estúdio da TV	Comunidade em Geral	Reproduz a publicação do Jornal de Arroios, com a produção de programetes de 3-4 minutos em idiomas diferentes.
15	Mania das Letras	Cultural	Série	15	Locais / externas	Comunidade em Geral	Produção no formato documental institucionalizado, realizada com os servidores da biblioteca.
16	Orçamento Participativo	Institucional	Mensal	1,5	Externas / ruas	Comunidade em Geral	Programetes de 1 minuto e meio, onde o residente da freguesia apresenta o seu projeto ao Orçamento participativo da Freguesia e que será votado pela comunidade.
17	Passageiros em Arroios	Generalista	Série	4	Externas / ruas	Comunidade em Geral	Depoimentos de pessoas que passam pela freguesia seja pelo turismo ou para visitar amigos e familiares.
18	Pergunte que eu Respondo	Institucional	Mensal	não definido 35 – 60 min	Estúdio da TV	Comunidade em Geral	Programa institucional onde a presidente da junta de freguesia responde perguntas dos fregueses.
19	Ruas De Arroios	Histórico – cultural	Série	3	Externas / ruas	Comunidade em Geral	Videos informativos sobre as ruas da freguesia.
20	Sabores do Mundo	Cultural	Série	45	Residências	Comunidade em Geral	Sobre a gastronomia internacional existente na freguesia através dos emigrantes residentes.
21	Todos Diferentes Todos Iguais	Cultural	Série	45	Estúdio da TV	Comunidade em Geral	A cada programa, duas pessoas de nacionalidades diferentes comentam sobre sua vida em Arroios.

22	Viagem em Arroios	Histórico – cultural	Série	45	Externas / ruas	Comunidade em Geral	Sobre o património arquitetónico da Freguesia, apresentado por arquiteto morador com convidados especiais.
23	Volta ao Mundo em Arroios	Cultural	Série	20	Externas / ruas	Comunidade em Geral	Cobertura dos acontecimentos da semana de cada país, com entrevista a Embaixadores.

ANEXO IV– TABELAS ANÁLISE DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

a) TV Cidade de Taubaté | Brasil

Nome do programa	Produtor		Participação da comunidade	TIPO DE PARTICIPAÇÃO				
	Comunidade / Gestor do canal	Nome do Produtor		Produção	Apresentação	Entrevistado (possui voz)	Aparece em imagens	Conteúdo independente
1 CIDADE SAMBA/ DE MAIS: REPRISE CS's ANTIGOS	Comunidade	Felipe Gabriel Oliveira TV Cidade de Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
2 AFCESP (REPRISE 6ª FEIRA ÀS 17H30)	Comunidade	AFCESP	Sim	X	X	X	X	X
3 MOMENTOS DA ENGENHARIA E ARQUITETURA	Comunidade	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
4 CAMINHO DO PARAÍSO (2ª a DOMINGO)	Comunidade	Antônio Teixeira	Sim	X	X	X	X	X
5 CIDADANIA OAB (REPRISE 6ª FEIRA ÀS 11H)	Comunidade	OAB-SP Ordem dos Advogados do Brasil-São Paulo	Sim	X	X	X	X	X
6 CIDADE EM AÇÃO (REPRISE DOMINGO)	Comunidade	Chico Oiring TV Cidade Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
7 CIDADE EM DEBATE (REPRISE SÁBADO 23H)	Comunidade	Sônia Ribeiro	Sim	X	X	X	X	X
8	Gestor do canal e parceiro		Sim	X	X	X	X	X
9 DONIZETE COSTA (REPRISE 3ª E 5ª ÀS 08H00)	Gestor do canal e parceiro	Donizete Costa TV Cidade Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
10 ENCONTRO AMIGO (REPRISE 5ªF 14H30)	Gestor do canal e parceiro	Rubens Freire ! TV Cidade Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
11 ESPIRITISMO EM FLASH (REPRISE 2ª FEIRA ÀS 15H)	Gestor do canal e parceiro	Janete Querido TV Cidade Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
12 EVIDÊNCIA (REPRISE SÁBADO 11H)	Gestor do canal e parceiro	Mírian Ferreira TV Cidade Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
13 GENTE DA GENTE (REPRISE 4ª FEIRA)	Gestor do canal e parceiro	Márcio Carneiro TV Cidade Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
14 GIRANDO (todos os dias)	Gestor	TV Cidade de Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
15 HARD SOFT (REPRISE 4ª FEIRA ÀS 10H30)	Parceiro de outra cidade	Marçal Produções	Sim	X	X	X	X	X
16 HOMEM UNIVERSAL (REPRISE 4ª FEIRA ÀS 11H)	Parceiro de outra cidade	Sociedade Internacional de Trilogia Analítica	Sim	X	X			X
17 JORNAL DO ENGENHEIRO (REPRISE 6ª FEIRA ÀS 11H35)	Parceiro de outra cidade	Sindicato dos Engenheiros São Paulo	Sim	X	X	X	X	X

18	LITTERATUDO (REPRISE 2ª FEIRA e DOMINGO)	Gestor do canal e parceiro	Luiz Antônio Cardoso TV Cidade Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
19	MEMÓRIA ESPORTIVA (REPRISE 3ª FEIRA 11H)	Comunidade	Lamarque Monteiro	Sim	X	X	X	X	X
20	MOMENTO ESPÍRITA (REPRISE QUINTA e SÁBADO)	Comunidade	Edgard Figueiredo	Sim	X	X	X	X	X
21	MUITO FRANCA (REPRISE 4ª FEIRA ÀS 23H30)	Gestor do canal e parceiro	Monique Top	Sim	X	X	X	X	X
22	NAS ONDAS DO PACÍFICO (REPRISE SÁBADO ÀS 22H)	Comunidade	Marcelo Pacífico	Sim	X	X		X	X
23	O POVO NA TV (2ª a 6ª FEIRA)	Comunidade	Rogério Naressi	Sim	X		X	X	X
24	PAPO SINDICAL (REPRISE 6ª FEIRA ÀS 16H)	Comunidade	Sindicato dos empregados do comercio de Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
25	PROJETO RUMOS (REPRISE 4ª FEIRA ÀS 17H)	Parceiro de outra cidade	Itaú Cultural	Sim	X	X		X	X
26	SANTA MISSA (REPRISE DOMINGO ÀS 06H00)	Gestor	TV Cidade de Taubaté	Sim	X	X		X	X
27	SAÚDE EM DEBATE (REPRISE SÁBADO 17H)	Gestor do canal e parceiro	Instituto Márcia Gonçalves TV Cidade Taubaté	Sim	X	X	X	X	
28	SEICHO-NO-IE	Parceiro de outra cidade	Seicho-No-Ie do Brasil	Sim	X	X	X	X	X
29	STAY HEAVY (REPRISE SÁBADO ÀS 17h35)	Parceiro de outra cidade	Vinicius Neves e Cintia Diniz	Sim	X	X	X	X	X
30	STOP (REPRISE 5ª FEIRA ÀS 08H)	Parceiro de outra cidade	Sociedade Internacional de Trilogia Analítica	Sim	X	X			X
31	SUA MAJESTADE O VIOLÃO (REPRISE 2ª FEIRA ÀS 21H)	Gestor do canal e parceiro	Waldomiro Rangel TV Cidade de Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
32	TRANSPARÊNCIA (REPRISE 2ª FEIRA ÀS 11H)	Gestor do canal e parceiro	Adilson Barbosa TV Cidade de Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
33	TV CIDADE NOS ESPORTES (2ª a 6ª feira)	Gestor do canal e parceiro	Tutty Pereira TV Cidade de Taubaté	Sim	X	X	X	X	X
34	TV MUNDO MAIOR - ESPIRITISMO E ADMINISTRAÇÃO (REPRISES 6ª FEIRA)	Parceiro de outra cidade	TV Mundo Maior	Sim					X
35	TV MUNDO MAIOR "DUALIDADE" (REPRISE 4ª FEIRA 07H30)	Parceiro de outra cidade	TV Mundo Maior	Sim			X	X	X
36	TV MUNDO MAIOR "MISTÉRIOS" (REPRISE 4ª FEIRA 08H00)	Parceiro de outra cidade	TV Mundo Maior	Sim			X	X	X
37	TV MUNDO MAIOR "ABRINDO A BIBLIA" (REPRISE 4ª FEIRA 07H)	Parceiro de outra cidade	TV Mundo Maior	Sim					X
38	VAVÁ BERALDO NO AR (REPRISE 3ª FEIRA ÀS 00H)	Comunidade	Vavá Beraldo	Sim	X	X	X	X	X

b) TV Klelé | Guiné-Bissau

Nome do programa	Produtor		Participação da comunidade	TIPO DE PARTICIPAÇÃO				
	Comunidade / Gestor do canal	Nome do Produtor		Produção	Apresentação	Entrevistado (possui voz)	Aparece em imagens	Conteúdo independente
1 Mosca da Fruta, um mal pa combati	Gestor do canal	TVKlele	Sim	X		X	X	X
2 Sal Solar, um purduto ke ta da riqueza	Gestor do canal e parceiro	TVKlele ONG AD	Sim	X		X	X	X
3 Cabras, um riqueza pa difindi	Gestor do canal e parceiro	TVKlele ONG AD	Sim	X		X	X	X
4 Cacheu, caminho de escravos	Gestor do canal e parceiro	TVKlele ONG AD IMVF ONG	Sim	X			X	X
5 Vírus Ébola	Gestor do canal e parceiro	TVKlele ONG AD	Sim	X	X			
6 Educação Ambiental	Gestor do canal e parceiro	TVKlele e TV Bagunda	Sim	X	X	X	X	X
7 Pesca Artesanal	Gestor do canal e parceiro	TVKlele e TV Bagunda	Sim	X	X	X	X	X
8 Rio Cacheu, riquezas partilhadas	Gestor do canal	TVKlele	Sim	X	X	X	X	X
9 Djuntos contra a fome	Gestor do canal e parceiro	TV Klelé ONG AD CPLP	Sim	X	X	X	X	X
10 Cacheu, novas páginas	Gestor do canal e parceiro	TVKlele ONG AD	Sim	X			X	X
11 Papis Biaí	Gestor do canal	TVKlele	Sim	X	X		X	X
12 Furkuntunda Djunta Mon	Gestor do canal	TVKlele	Sim	X	X		X	X
13 Guiné Livre	Gestor do canal	TVKlele	Sim	X	X		X	X
14 Bonizande	Gestor do canal	TVKlele	Sim	X	X		X	X
15 Rias do Sul	Gestor do canal	TVKlele	Sim	X	X	X	X	X
16 PNUD RSS	Gestor do canal	TVKlele	Sim	X	X	X	X	X
17 Audiência Pública, Setor de São Domingos e Suzana	Gestor do canal	TVKlele	sim	X	X	X	X	X
18 Boé, Formação e audiência Pública	Gestor do canal	TVKlele	sim	X	X	X	X	X
19 Bubaque, formação e audiência Pública	Gestor do canal	TVKlele	sim	X	X	X	X	X
20 Visita Senegal, experiência na exploração miniera	Gestor do canal	TVKlele	sim	X	X	X	X	X

c) Arroios TV | Portugal

Nome do programa		Produtor		Participação da comunidade	TIPO DE PARTICIPAÇÃO				
		Comunidade / Gestor do canal	Nome do Produtor		Produção	Apresentação	Entrevistado (possui voz)	Aparece em imagens	Conteúdo independente
1	A Nossa Junta	Gestor	Arroios TV	Não					
2	Agenda Cultural	Gestor	Arroios TV	sim				X	
3	Aprender Mandarim		Arroios TV	Não					
4	Ar Magazine	Gestor	Arroios TV				X	X	
5	Arroios e as Crianças	Gestor	Arroios TV	sim		X	X	X	
6	Arroios Informação	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	
7	Asssembleia da Freguesia	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	
8	Arroios Film Festival	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	
9	Arroios Report	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	
10	Artes em Partes	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	
11	Associações e Colectividades	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	
12	Cine Pathé	Gestor	Arroios TV	sim					X
13	Comerciantes	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	
14	Jornal de Arroios	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	
15	Mania das Letras	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	
16	Orçamento Participativo	Gestor	Arroios TV	sim				X	X
17	Passageiros em Arroios	Gestor	Arroios TV	sim					
18	Pergunte que eu Respondo	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	
20	Ruas De Arroios	Gestor	Arroios TV	sim				X	
21	Sabores do Mundo	Gestor	Arroios TV	sim		X	X	X	
22	Todos Diferentes Todos Iguais	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	
23	Viagem em Arroios	Gestor	Arroios TV	sim		X	X	X	
24	Volta ao Mundo em Arroios	Gestor	Arroios TV	sim			X	X	

ANEXO V – TABELA DE DADOS COMPLEMENTARES SOBRE OS PROGRAMAS ASSISTIDOS E LINKS

a) TV Cidade de Taubaté | Brasil

Item	Nome do programa	Características da produção – Observações	Episódios assistidos	Programas assistidos		
				Total de minutos assistidas	Data de veiculação	Link do vídeo
1	CIDADE SAMBA		1	60	3/11/2016	
2	AFCESP (REPRISE 6ª FEIRA ÀS 17H30)	Programa de entrevistas direcionado ao servidor pública do Estado de São Paulo. É um programa de alcance estadual.	1	28	Janeiro	
3	MOMENTOS DA ENGENHARIA E ARQUITETURA	Entrevistas e falas sobre a temática da engenharia e arquitetura na região	1	29	21/09/2015	
4		Programa de estudo, no formato palestra	1	30	Janeiro	
5	CIDADANIA OAB (REPRISE 6ª FEIRA ÀS 11H)	Programa de entrevistas com matérias, foco no setor legal legislativo	1	25	28/07/2014	
6		Programa de entrevistas com foco político na cidade	1	60	22/09/2016	
7	CIDADE EM DEBATE (REPRISE SÁBADO 23H)	Programa sobre cidadania e direitos individuais, neste com platéia da comunidade	1	50	Janeiro	
8	DESTAQUE RAIMUNDO NONATO (REPRISE 4ª F 22H30)	Programa voltado para personalidades locais de destaque	2		15/07/2015	
9	DONIZETE COSTA (REPRISE 3ª F 5ª ÀS 08H00)	Musica local, com a presença de artistas.	1	65	28/06/2016	
10	ENCONTRO AMIGO (REPRISE 5ª F 14H30)	Entrevistas com membros da comunidade sobre temas locais	1	46	2/06/2016	
11	ESPIRITISMO EM FLASH (REPRISE 2ª FEIRA ÀS 15H)	Programa religioso filosófico. Entrevistas com estudiosos de destaque no Movimento Espírita.	1	31	23/07/16	
12	EVIDÊNCIA (REPRISE SÁBADO 11H)	programa socio-cultural que entrevista personalidades e exibi eventos sociais locais.	1	34	23/11/2016	
13	GENTE DA GENTE (REPRISE 4ª FEIRA)	Programa sobre pessoas que fazem parte da comunidade, diferentes áreas	2	100	06/01/2017	
14	GIRANDO (todos os dias)	Programa sobre eventos da comunidade, em geral:	3	9	15/10/ 2016	
				80	8/11/2016	
				34	27/12/2016	
15	HARD SOFT (REPRISE 4ª FEIRA ÀS 10H30)	Programa sobre tecnologia, jogos e dicas de informática	1	25	21/06/2016	

16	HOMEM UNIVERSAL (REPRISE 4ª FEIRA ÀS 11H)	Palestras holísticas	1	58	01/12/2014	
17	JORNAL DO ENGENHEIRO (REPRISE 6ª FEIRA ÀS 11H35)	Sobre engenharia, programa de abrangência regional	1	30	14/12/2016	
18	LITTERATUDO (REPRISE 2ª FEIRA e DOMINGO)		1	90	21/11/2015	
19	MEMÓRIA ESPORTIVA (REPRISE	Programas de entrevistas sobre os desportistas locais	1	40	29/09/2016	
20	MOMENTO ESPÍRITA (REPRISE QUINTA e SÁBADO)	Palestras sobre o espiritismo Kardecista	1	60	26/04/2016	
21	MUITO FRANCA (REPRISE 4ª FEIRA ÀS 23H30)	Programa de entrevistas com políticos e personalidades da região.	1	60	27/03/2014	
22	NAS ONDAS DO PACÍFICO (REPRISE SÁBADO ÀS 22H)	Programa com foco musical e em vídeos da internet, apresenta ao fim uma banda local da cidade.	1	60	22/01/2016	
23	O POVO NA TV (2ª a 6ª FEIRA)	Programa de entrevistas com foco na política local.	2	100	26/04/2016	
					12/02/2016	
24	PAPO SINDICAL (REPRISE 6ª FEIRA ÀS 16H)	Programa sobre temas referentes ao comércio e sindicato local	1	28	6/04/2015	
25		Programas de apresentações musicais	1	9	18/08/2009	
26			1	100	8/10/2016	
27		Entrevistas sobre temas de saúde e palestra	1	30	22/09/2016	
28	SEICHO-NO-IE	Programa de perguntas e respostas	1	30	22/10/2016	
29	STAY HEAVY (REPRISE SÁBADO ÀS 17h35)	Cobertura de eventos, clips e entrevistas no segmento musical do Rock	1	30	18/11/2013	
30	STOP (REPRISE 5ª FEIRA ÀS 08H)	Programa de palestras sobre a temática de sustentabilidade planetária	1	30	01/02/2017	
31	SUA MAJESTADE O VIOLÃO (REPRISE 2ª FEIRA ÀS 21H)	Programa de música dedicada a apresentar artistas que tocam violão	1	60	19/02/2016	
32	TRANSPARÊNCIA (REPRISE 2ª FEIRA ÀS 11H)	Entrevistas com celebridades e gente do povo, matérias gerais sobre a comunidade.	1	60	17/03/2016	
33	TV CIDADE NOS ESPORTES (2ª a 6ª feira)	Programa esportivo dedicado ao futebol. Entrevistas, comentários e também exibe partidas de futebol.	2	60	4/03/2016	
				110	12/06/2016	
34	TV MUNDO MAIOR - ESPIRITISMO E ADMINISTRAÇÃO (REPRISES 6ª FEIRA)	Programa sobre a ligação entre espiritismo e administração, modelo de gestão. É um programa de ensino a distância	25	1	23/02/2016	

35	TV MUNDO MAIOR "DUALIDADE" (REPRISE 4ª FEIRA 07H30)	Programa de entrevistas sobre temas variados	25	1	20/12/2016	
36	TV MUNDO MAIOR "MISTÉRIOS" (REPRISE 4ª FEIRA 08H00)	Debates entre Espiritismo e Parapsicologia.	30	1	06/09/2016	
37	TV MUNDO MAIOR "ABRINDO A BIBLIA" (REPRISE 4ª FEIRA 07H)	Narrativas contidas na Bíblia	25	1	20/01/2017	
38	VAVÁ BERALDO NO AR (REPRISE 3ª FEIRA ÀS 00H)	Shows, eventos e festas da cidade	80	1	15/12/2016	
TOTAL DE HORAS ASSISTIDAS				1755		

b) TV Klelé | Guiné-Bissau

Nome do programa		Características da produção – Observações	Programas assistidos			
			Total de minutos assistidos	Episódio assistidos	Data de veiculação	Link do vídeo
1	Mosca da Fruta, um mal pa combati	Programa com foco na agricultura local e financiado pela União Europeia.	9	1	2012	
2	Sal Solar, um purduto ke ta da riqueza	Programa com foco na agricultura local e financiado pela União Europeia.	10	1	2012	
3	Cabras, um riqueza pa difindi	Programa com foco na agricultura local e financiado pela União Europeia.	10	1	2012	
4	Cacheu, caminho de escravos	Um registo do trabalho de pesquisa realizado na Guiné-Bissau, recordando a importância da região de Cacheu, no Norte do país, na época da escravatura e domínio português.	22	1	2012	
5	Vírus Ébola	Produção informativa sobre saúde, diagnóstico, prevenção e combate ao Ébola.	3	1	sem data	
6	Educação Ambiental	Sobre curso e informações de educação ministrados na região do interior	8	1	2009	
7	Pesca Artesanal	Cobertura sobre pesca artesanal e práticas culturais ligadas a esta prática, de educação ambiental, apresentando aspetos da comunidade local.	11	1	sem data	

8	Rio Cacheu, riquezas partilhadas	Programa de educação ambiental e agricultura, voltado para sustentabilidade local.	28	1	2014	
9	Djuntos contra a fome	Programa sobre combate a fome e segurança alimentar	6	1	2015	
10	Cacheu, novas páginas	Registros históricos sobre a escravidão na Guiné-Bissau.	9	1	2012	
11	Papis Biai	Videoclip musica local	4	1	sem data	
12	Furkuntunda Djunta Mon	Videoclip musica local	5	1	sem data	
13	Guiné Livre	Videoclip musica local	6	1	sem data	
14	Bonizande	Videoclip musica local	5	1	sem data	
15	Rias do Sul	Temática na reforma de defesa e justiça do país	28	1	2016	
16	PNUD RSS	Temática na reforma de defesa e justiça do país	20	1	2011	
17	Audiência Pública, Setor de São Domingos e Suzana	Programa de temática jornalística ambiental.	16	1	2013	
18	Boé, Formação e audiência Pública	Programa de temática jornalística ambiental.	16	1	2013	
19	Bubaque, formação e audiência Pública	Programa de temática jornalística ambiental.	19	1	2013	
20	Visita Senegal, experiência na exploração mineira	Programa de temática jornalística ambiental, cobertura de intercâmbio nacional	14	1	2013	
Minutos assistidos			249			

Arroios TV | Portugal

Nome do programa		Características da produção – Observações	Programas assistidos			
			Total de minutos assistidos	Episódio assistidos	Data de veiculação	Link do vídeo
1	A Nossa Junta	Sobre a constituição e o funcionamento dos órgãos oficiais da Freguesia.	21	1	17/05/16	
			12	2	17/05/16	
			16	3	17/05/16	
2	Agenda Cultural	Informe sobre os eventos que decorrem todas as semanas em Arroios. Exibição de cartazes e fotos com textos informativos.	1	não identificado	26/01/17	
			1	não identificado	19/01/17	
			1	não identificado	06/01/17	

3	Aprender Mandarim	Ensino do idioma Mandarim	3	1	19/02/16
			3	10	21/04/16
			3	20	5/12/16
4	Ar Magazine	Programa que apresenta o entrevistado principal de cada número da Revista.	25	5	Na internet em 27/01/2016
5	Arroios e as Crianças	Único programa	40	1	22/02/16
6	Arroios Informação	Informação diária abrangendo todo o tipo de acontecimentos relacionados com a freguesia. Às 14h00, com repetição às 21h00, na posição 5050 do Meo Kanal, em www.kanal.pt/5050, na sua página descejada do Facebook ou aqui no canal do Youtube. Programa sobre as notícias da JF, em sua maioria institucional. Acrescenta ao final de cada programa frases como: "Fique por aí, fique com a Arroios TV", "Arroios TV, uma televisão que nos abraça", "Arroios um lugar desejado".	10	do dia	06/01/17
			10	do dia	05/01/17
			10	do dia	04/01/17
			10	do dia	03/01/17
			10	do dia	02/01/17
7	Assembleia da Freguesia	Transmissão das Assembleia de Freguesia na Arroios TV. Um momento político, com intervenção do público.	102	1	22/12/16
8	Arroios Film Festival	Programetes com duração variada, apresentando o Festival de Cinema da freguesia.	4	não identificado	06/07/16
9	Arroios Report	Programa de reportagens sobre atividades realizadas na região pela junta de freguesia.	25	Desfile de carnaval	05/02/16
			26	População Senior	05/07/16
			25	Natal em movimento	26/01/17
10	Artes em Partes	Programa cultural sobre os artistas de todas as áreas que residem na Freguesia. A cada programa, em formato de conversas informais, se apresenta a trajetória de cada um destes artistas.	31	1	19/02/16
			35	2	19/02/16
11	Associações e Colectividades	Programa onde as Associações da freguesia são focadas, no sentido de dar a conhecer os seus responsáveis e atividades, com uma visita guiada pela mesma.	26	1	29/03/16
			26	2	19/04/16
			20	4	18/10/16
12	Cine Pathé	Programa sobre cinema, feito a partir do envio de filmes de curtas metragens dos membros da freguesia. Artísticos e domésticos. Convida o telespectador da junta de freguesia a enviarem seus vídeos.	45	1	Abr/2016
			48	2	Mai/2016
			35	3	17/06/16

13	Comerciantes	Dá a conhecer alguns dos estabelecimentos comerciais que pode encontrar na freguesia. Com legendas em inglês. Curtas metragens a contar as histórias de comerciantes da junta de freguesia. Relatos sobre o trabalho e vida pessoal.	3	não identificado	Jan/2017	
			3	não identificado	Nov/2016	
			3	não identificado	Set/2016	
14	Jornal de Arroios	Um programa que projeta a publicação do Jornal de Arroios e inclui uma entrevista alargada que aparece em destaque nesse mesmo jornal em papel. Destaque para a produção de programetes de 3-4 minutos em idiomas diferentes, abordando o conteúdo do jornal impresso.	23	7	25/05/16	
			35	8	12/01/17	
			40	9	12/01/17	
15	Mania das Letras	Produção no formato documental institucionalizado, realizada com os servidores da biblioteca. No episódio 3, ao fim do programa um quadro "Livro com história" convida o leitor a participar na indicação de um livro que tenha marcado sua vida. O Episódio 4 contempla participação de utentes da Biblioteca.	15	3	Disponibiliza do na internet em 28 de out de 2016	
			15	4	Disponibiliza do na internet em 20 de jan de 2017	
			1	1	06/07/16	
16	Orçamento Participativo		1	5	04/07/16	
			1	15	04/07/16	
17	Passageiros em Arroios	Programetes com 4 minutos de duração com depoimentos de pessoas que passam pela freguesia seja pelo turismo, seja para visitar amigos e familiares.	4	1	24/08/16	
			4	2	9/09/16	
		Programa institucional onde a presidente da junta de freguesia responde perguntas dos fregueses, enviadas para a produção do programa. Os fregueses participam enviando perguntas por e-mail, telefone ou vídeo. As respostas abrangem esclarecimentos sobre os mais variados temas de interesse público relacionados com a gestão.	60	1	Fev/2016	
18	Pergunte que eu Respondo		47	2	Fev/2016	
			35	4	Maio/2016	
19	Ruas De Arroios	Vídeos informativos sobre as ruas da freguesia.	3	Praça José Fontana	Na internet em 12 de jan de 2017	
			3	Campo dos Mártires da Pátria	em 21 de out de 2016	
			3	Calçada de Santana	Na internet em 2 de set de 2016	

20	Sabores do Mundo	Programa que dá a conhecer a gastronomia internacional existente na freguesia através dos emigrantes.	45	1	21/04/16	
			43	2	2/06/16	
21	Todos Diferentes Todos Iguais	Arroios é uma freguesia multicultural em dois quilómetros quadrados, contam-se cerca de 79 nacionalidades. A cada programa, duas pessoas de nacionalidades diferentes comentam sobre sua vida em Arroios.	45	1	27/01/16	
			55	3	18/02/16	
			45	6	16/09/16	
22	Viagem em Arroios	Programa sobre o património arquitectónico da Freguesia, apresentado por arquiteto morador com convidados especiais.	45	1	23/02/16	
			20	2	18/11/16	
23	Volta ao Mundo em Arroios	Programa que cobre os acontecimentos da semana de cada país, entrecortado com entrevista a Embaixadores.	21	1	23/02/16	
			22	2	23/02/16	
			24	5	13/04/16	
Minutos assistidos			1288			